



Mariana Sofia Pereira Marques Roxo

Realojamento: Práticas e Políticas de Habitação no Município de Coimbra

Relatório de Estágio de Mestrado em Sociologia, sob orientação do Professor Doutor Claudino Ferreira,
apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2010



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Mariana Sofia Pereira Marques Roxo

Realojamento: Práticas e Políticas de Habitação no Município de Coimbra

Relatório de Estágio de Mestrado em Sociologia, sob orientação do Professor Doutor Claudino Ferreira, apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2010



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador de estágio, Dr. Claudino Ferreira pelo apoio constante, pelo rigor exigido e pela paciência que teve comigo.

Agradeço também à minha supervisora de estágio, a Dra. Isabel Geraldo, em primeiro lugar por ter “possibilitado” esta oportunidade de estagiar no Departamento de Habitação da Câmara Municipal de Coimbra que em muito contribuiu para a minha formação pessoal e profissional. Em segundo lugar, pela disponibilidade e auxílio que me dedicou no dia-a-dia durante o meu estágio.

Estou também grata aos outros técnicos da Divisão de Gestão Social do Departamento de Habitação pela disponibilidade demonstrada aquando da realização de entrevistas e pela simpatia, confiança e apoio prestados na obtenção de documentos pertinentes para o presente relatório de estágio.

Agradeço ainda ao pessoal da Fornalhinha em geral, pela amizade e ajuda demonstradas, o que facilitou a minha adaptação e a realização da minha pesquisa.

Um agradecimento também para as técnicas do Centro de Acção Municipal no Bairro da Rosa também pertencentes à Divisão de Gestão Social do Departamento de Habitação pela sua simpatia e consentimento na realização das entrevistas assim como pelas informações fornecidas.

Agradeço aos meus pais, amigas e namorado pelo apoio e incentivo.

Por fim, um agradecimento especial a todas as pessoas que se disponibilizaram a ser entrevistadas por mim, permitindo-me a entrada nas suas casas e, mais nuns casos do que noutros, a “invasão” da sua privacidade.

INDÍCE

AGRADECIMENTOS.....	ii
RESUMO.....	vi
ABSTRACT.....	vii
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. POLÍTICAS DE HABITAÇÃO EM PORTUGAL.....	3
2.1. As políticas de habitação na estrutura hierárquica das políticas sociais.....	3
2.2. Evolução das Políticas de Habitação em Portugal: principais medidas.....	8
3. O REALOJAMENTO COMO PROBLEMÁTICA E OS OBJECTIVOS DO ESTÁGIO.....	18
3.1. O caso de Coimbra.....	21
3.1.1. Caracterização do Departamento de Habitação da Câmara Municipal de Coimbra	21
3.1.2. Programas e principais actividades.....	23
3.1.3. O processo de Realojamento.....	25
3.1.3.1. Programas de Realojamento.....	25
3.1.3.2. O processo de atribuição de habitação.....	27
3.2 Objectivos do estágio.....	28
3.2.1. Metodologia utilizada.....	28
3.2.2. Definição, dimensão e composição da amostra.....	29
3.2.3. Actividades realizadas.....	29
4. CARACTERIZAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO.....	32
4.1. Principais conclusões das entrevistas realizadas às famílias realojadas.....	32
4.1.1. Emprego.....	32
4.1.2. Educação dos filhos.....	33
4.1.3. O Processo de Realojamento.....	34
4.1.3.1. Conhecimento do Departamento de Habitação.....	34
4.1.3.2. Motivos para o pedido de habitação	35
4.1.3.3. Procedimentos burocráticos.....	36
4.1.3.4. Satisfação das famílias realojadas.....	37
4.1.4. Vivências anteriores ao realojamento.....	38

4.1.5. A habitação.....	38
4.1.6. A vizinhança.....	39
4.1.7. Gestão dos rendimentos e apoios.....	40
4.1.8. Opinião sobre a actuação camarária.....	41
4.1.9. Acompanhamento pós-realojamento.....	42
4.1.10. Autonomização em relação à habitação municipal.....	42
4.1.11. Expectativas para o futuro.....	43
4.2. Principais conclusões das entrevistas realizadas aos técnicos.....	44
4.2.1. Problemas identificados nos processos de realojamento.....	44
4.2.2. Condições ideais para o sucesso do processo de realojamento.....	46
4.2.3. Lidar com o comportamento e problemas das famílias.....	47
4.2.4. Motivos para o pedido de habitação.....	48
4.2.5. Expectativas das famílias.....	48
4.2.6. Aspectos positivos e negativos vividos pelas famílias durante o processo de realojamento.....	49
4.2.7. Satisfação das famílias: habitação, acessos e vizinhança.....	51
4.2.8. Despesas familiares.....	53
4.2.9. Mudança de habitação.....	54
5. CONCLUSÃO.....	57
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	60

ANEXOS

Anexo I - Estrutura orgânica da Câmara Municipal de Coimbra

Anexo II - “Modelo Integrado de Actuação com a População Cigana”

Anexo III - Critérios objectivos e pontuação dos pedidos de habitação para a priorização das famílias a enquadrar em situação de emergência

Anexo IV - Fluxograma “Descrição do Processo de Gestão da Habitação”

Anexo V - Regime de Renda apoiada

Anexo VI - Guiões das entrevistas às famílias e aos técnicos

Anexo VII - Fichas das famílias

Anexo VIII - Manual de Boas Práticas de Realojamento

RESUMO

O presente relatório de estágio apresenta as principais características do Departamento de Habitação da Câmara Municipal de Coimbra. Através do estudo e caracterização das famílias realojadas, do parecer dos técnicos assim como do próprio funcionamento do processo de realojamento, pretende-se discutir a complexa temática do realojamento, demonstrando a extrema importância de um pré e de um pós acompanhamento social contínuos durante o processo de realojamento.

ABSTRACT

The present report presents the main characteristics of the Housing Department of Coimbra City Hall. With the study and characterization of the rehoused families, the opinion of the technicians as well as the proper functioning of the rehousing process, i intend to discuss the complex issue of rehousing, showing the extreme importance of a pre and post social support during this process.

1. INTRODUÇÃO

Ter uma casa, um tecto para dormir, é algo fundamental para qualquer indivíduo. A habitação é a base de tudo, é a partir dela que se tem a oportunidade de organizar a vida, contudo, e como pude constatar com o meu estudo, isto não significa que a partir do momento em que se entrega a chave de casa a alguém, todos os seus problemas estejam automaticamente resolvidos. Há todo um trabalho que precisa de ser feito através da interacção entre os munícipes e os técnicos do Departamento de Habitação assim como de outras instituições sociais, de maneira a que estas pessoas que, no geral têm um percurso de complicado cheio de vicissitudes, consigam organizar a sua vida e ter esperança no futuro.

O objectivo do meu estágio de mestrado foi o acompanhamento do processo de realojamento de famílias carenciadas, inscritas no Departamento de Habitação e que foram realojadas pela Câmara Municipal de Coimbra ao abrigo dos programas “Situações de Emergência” e “PROHABITA”, que têm como finalidade a resolução de situações de grave carência habitacional. Através deste acompanhamento, pude fazer o levantamento de informação junto das famílias realojadas, em propriedade privada sob o regime de subarrendamento, a sua caracterização sócio-demográfica, a composição familiar, os trajectos e as condições de vida e os níveis de satisfação para com a habitação e para com o Departamento de Habitação. Com base na informação recolhida procedi à tipificação de perfis, trajectórias, projectos de vida e necessidades destas famílias. Como segundo objectivo, procedi à realização de um Manual de Boas Práticas de Realojamento, como resultado da minha observação *in loco* e de toda a minha pesquisa.

Na primeira parte do meu relatório explícito a evolução das políticas habitacionais desde a instauração do regime democrático em Portugal até à actualidade, evidenciando o lugar das políticas habitacionais no conjunto hierárquico das políticas sociais. Refiro ainda a relação de complementaridade existente entre o Estado-Providência e a sociedade-providência portuguesas.

Na segunda parte do trabalho pretendo discutir um pouco a problemática do realojamento, que se afigura como um processo complexo, contraditório, de difícil resolução, que se não for bem acompanhado pode contribuir ou manter situações de exclusão social, tendo como exemplo e base da análise o caso do realojamento em Coimbra com a consequente caracterização do Departamento de Habitação e do processo de realojamento.

Apresento os objectivos do meu estudo, a metodologia utilizada, a definição, dimensão e composição da amostra, assim como as actividades realizadas no decorrer do meu estágio na terceira parte do relatório.

A última parte do relatório diz respeito à análise dos principais resultados das entrevistas às famílias realojadas e aos técnicos da Divisão de Gestão Social do Departamento de Habitação.

Apesar de ter estagiado na Divisão de Gestão Social situada no Largo da Fornalhinha, não posso deixar de referir o projecto do “Parque de Nómadas”, como exemplo de boa prática, com tão elevada importância para a integração social de uma minoria étnica no concelho de Coimbra, assim como o Centro Municipal de Acção Social, ainda que de forma breve, estrutura que lida com a gestão dos bairros sociais do Planalto do Ingote e que é um apoio incontestável para a população aí residente e cujo objectivo se prende com o sucesso da sua integração social.

Por fim, refiro ainda a realização de um Manual de Boas Práticas de Realojamento que pretende ser um pequeno contributo do estágio aos técnicos do Departamento de Habitação da Câmara Municipal de Coimbra. Somente através de um acompanhamento social contínuo das famílias que acorrem ao Departamento de Habitação, muitas vezes com imensos problemas em que a questão habitacional será apenas a “ponta do *iceberg*”, podemos entender as reais necessidades e fragilidades destas famílias, assim como melhorar os serviços sociais prestados pelo Departamento de Habitação da Câmara Municipal de Coimbra.

2. POLÍTICAS DE HABITAÇÃO EM PORTUGAL

2.1. As políticas de habitação na estrutura hierárquica das políticas sociais

Nesta primeira parte pretendo abordar a temática da habitação, assim como, a evolução das políticas habitacionais em Portugal, baseando-me na obra de referência de Nuno Serra, “Estado, Território e Estratégias de Habitação” cujo trabalho é notável dada a ampla multiplicidade de assuntos relacionados com a problemática da habitação.

O tema da habitação congrega uma ampla diversidade de abordagens das várias áreas científicas. Não podemos esquecer que “a casa não cumpre apenas as funções de abrigo, reprodução biofisiológica e de lazer, mas é também, como procuraram sublinhar as interpretações marxistas, o lugar onde está em jogo o status social, a natureza das relações de produção e acumulação, a posição e relação de classe, o estatuto jurídico da propriedade, as desigualdades sociais e a difusão de ideologias, em suma, elementos configuradores da reprodução das relações sociais e económicas subjacentes a um determinado modelo de sociedade” (Serra, 2002: 77). Como refere Isabel Guerra, a questão da habitação convive com o peso entre o clássico antagonismo entre as teorias marxistas e não marxistas. Existe uma clara diferenciação entre as abordagens ecológicas e neo-clássicas que atribuem uma ênfase às condições de equilíbrio do mercado, as perspectivas marxistas que estudam a questão do alojamento tendo como base a luta de classes e a sua desigualdade social (1997: 166).

Segundo análises comparativas da generalidade dos Estados-Providência, as políticas de habitação detêm, no conjunto das políticas sociais, um reduzido significado. Apesar da importância da questão do alojamento, esta não tem merecido a devida atenção do Estado, ao contrário do que se observa em domínios como a saúde, a educação, o desemprego e a segurança social. Explicitarei portanto, seguindo Nuno Serra (2002: 78), as causas justificativas do “lugar peculiar ocupado pela política de habitação na arquitectura hierárquica das políticas sociais”.

Primeiramente, além do número de países que consagram o direito à habitação à luz da universalidade e da responsabilidade que o Estado detém no seu cumprimento não ser significativo também estes princípios têm uma tradução mais virtual do que real. “A habitação ocupa lugar num tempo relativamente recente” e a própria natureza da habitação como factor de bem-estar está integrada “no domínio de necessidades secundárias ou materiais e não de necessidades primárias ou vitais, mais directamente associadas à sobrevivência fisiológica” (Serra, 2002: 78). Em segundo lugar, a questão habitacional é uma questão significativamente complexa, se comparada com outros domínios de intervenção do Estado. Na verdade, quando falamos em situações de carência habitacional, cada caso é um caso, com as suas particularidades e semelhanças, o que exige ao Estado um elevado esforço e investimento em mecanismos de actuação.

Estas impõem ao Estado a adopção de diferentes políticas e diferentes estratégias, com eventuais implicações de custo na necessariamente diversificada organização burocrática daí decorrente” (Serra, 2002: 79). Contudo, “são sobretudo razões de natureza sócio-política que permitem explicar a presença peculiarmente débil da política habitacional no sistema das políticas sociais”. Isto deve-se, por um lado, à grande importância que a questão fundiária possui na política habitacional, pois “não existe porventura domínio de intervenção estatal mais susceptível de beliscar o princípio da propriedade privada do que a política habitacional”, causador de muitas limitações na intervenção estatal. Por outro lado, a actuação estatal neste sector foi desde sempre vocacionada para os casos de maiores carências ou para grupos minoritários específicos e a proporção de prováveis beneficiários pertencentes às classes médias tem a tendência para ser inferior comparando com outros campos de actuação estatal. “Tendo em conta que a presença destes estratos na base social de reivindicação de direitos é decisiva para a implementação e consolidação das políticas sociais, torna-se compreensível o fraco significado da política de habitação no conjunto das políticas públicas de bem-estar bem como a relativa facilidade em proceder a uma retracção diferencial do Estado-Providência” (Serra, 2002: 79).

Serra acrescenta que as consequências das particularidades institucionais da questão da habitação reflectem-se “na reduzida importância deste sector na estrutura hierárquica das políticas sociais e na sua especial susceptibilidade para se transformar no alvo preferencial das políticas de desmantelamento do Estado-Providência” (Serra, 2002: 80).

Tendo como base o nível de desenvolvimento de cada país, “à semelhança de múltiplos aspectos da realidade económica, social, política e cultural da sociedade portuguesa, a questão da habitação é demonstrativa do desenvolvimento intermédio do país e do seu lugar semiperiférico no sistema-mundo. De facto, quando comparado à escala internacional, Portugal dificilmente se pode incluir no grupo dos países desenvolvidos, em que o Estado e o mercado representam as formas dominantes de promoção de habitação, nem tão pouco no grupo dos países subdesenvolvidos, em que a questão do alojamento passa em larga medida pelo empenhamento directo das unidades familiares e das comunidades. Na sua condição semiperiférica, Portugal tende realmente a conciliar e articular características da promoção e condições de habitação do primeiro mundo com características identificativas do terceiro mundo, numa dinâmica que atravessa outros países da periferia europeia como a Grécia, a Itália, a Espanha ou a Irlanda” (Serra, 2002: 134). Estes países são definidos como países de “políticas residuais” pois o Estado tende a adoptar, de maneira restritiva, a generalidade dos instrumentos de promoção pública de habitação. O que se deve à recente implementação das políticas sociais de matriz universalista, reflectindo-se nas políticas habitacionais. Aliado a este facto, o atraso do desenvolvimento capitalista assim como a

industrialização e urbanização de natureza tardia e difusa, são factores explicativos das limitações e debilidades do mercado habitacional português.

Posto isto, não fiquemos surpreendidos que, “em países semiperiféricos como Portugal continuem a ser relevantes as estratégias comunitárias de provisão de alojamento, cuja particularidade decorre, neste caso, do facto de serem desenvolvidas por famílias que articulam e conciliam os rendimentos provenientes de relações salariais directas e dos limitados benefícios do Estado (salários indirectos), com as sinergias decorrentes das relações de parentesco, amizade e vizinhança” (Serra, 2002: 135-136). Esta dinâmica entre as limitações do Estado e do mercado e a vitalidade da comunidade favorece a iniciativa pessoal e a construção de habitação pelos seus próprios meios¹ como modo frequente de adquirir alojamento nos países do sul da Europa. É curioso verificar que, através de um inquérito realizado em 1993, a questão da habitação (“falta de casas”) ocupa a sétima posição numa hierarquia de prioridades da acção do governo; não é de surpreender pois, a desvalorização da questão da habitação por parte do Estado no conjunto das políticas sociais. Assim, “este resultado não deixa de ser revelador da vitalidade dos mecanismos predominantemente informais de provisão de alojamento, como a auto-construção e a construção por administração directa” (Serra, 2002: 155-156). Estas estratégias permitem a atenuação de tensões das carências habitacionais que, sem a vitalidade característica da sociedade-providência se tornariam mais visíveis. Importa por isso, definir esta expressão, “sociedade-providência”, que, segundo Boaventura de Sousa Santos, se refere às “redes de relações de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de entreajuda baseadas em laços de parentesco e de vizinhança, através das quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade semelhante à da relação de dom estudada por Marcel Mauss²”. Devido ao peso da pequena agricultura em Portugal e ao facto de as famílias de trabalhadores residirem maioritariamente em meios rurais e em pequenos centros urbanos, “as formas de sociedade-providência são dominadas por padrões de sociabilidade, hábitos de classe, mapas cognitivos e universos simbólicos que geralmente constituem atributos da vida rural” (Santos, 1993: 46). Maria José Hespanha (1993: 315) afirma que a força da sociedade-providência está fortemente vinculada ao modo de vida rural pois “a vitalidade dos meios rurais, a persistência da pequena agricultura de origem camponesa e o forte papel desempenhado pelos grupos primários na sociedade portuguesa constituem um quadro de base quando se comparam os componentes dos portugueses com os de outros povos pertencentes a sociedades mais avançadas”. No campo, a actividade agrícola constitui um elemento básico da reprodução económica das famílias e as práticas sociais rurais estão profundamente condicionadas a este quadro de vida em que, como nos diz a autora citando Pedro

¹ Refira-se a este propósito o estudo de Hespanha e Alves (1995) sobre auto-construção em meios rurais.

² A perspectiva da tripla obrigação da dádiva: dar, receber e retribuir, em que a necessidade induz ao risco de dependência (Martin, 1995: 69).

Hespanha, “os comportamentos, mesmo aqueles menos ligados à sobrevivência económica das pessoas, só podem ser totalmente compreendidos se forem referidos a este quadro” (Hespanha, 1993: 315). No entanto, estas redes de carácter informal não são exclusivas das zonas rurais pois existem também nos meios urbanos.

Através do meu estudo às famílias realojadas pelo município de Coimbra, constatei a presença de mecanismos informais de apoio entre as próprias famílias, amigos e vizinhos. A existência desta sociedade-providência muitas vezes ajuda à sobrevivência de algumas famílias que a encaram como uma segurança no seu dia-a-dia. As famílias referem a ajuda material com bens alimentares, vestuário e mesmo a troca de favores. A sociedade-providência não assenta só na identidade mas também na solidariedade do favor, geralmente entre parentes e vizinhos. Esta solidariedade do favor exerce-se sob a forma de *contrato de compromissos* ou seja, “hoje eu ajudo-te para amanhã poder contar com a tua ajuda” (Sposati e Rodrigues, 1995: 92). Tomando como exemplo um estudo de Pedro Hespanha e Ana Alves (1995: 52) sobre a construção de habitação em meio rural, os autores chegam à conclusão de que “toda a ajuda implica a reciprocidade”, isto é, mais tarde ou mais cedo essa ajuda prestada terá que ser retribuída. Estas trocas de favores geram uma grande dependência entre os moradores para quem “a retribuição de um favor assume um carácter absolutamente imperativo para quem dele beneficiou ou pretende vir a beneficiar”. Pois, apesar do sistema da sociedade-providência ter como unidade básica a família restrita, existem outras relações activas importantes tanto no interior da família extensa como entre laços de amizade e vizinhança (Portugal, 1995: 175).

Este sistema não estatal, informal e permanente de práticas sociais destinadas para a produção de bens e serviços de bem-estar, substitui, de alguma forma, o Estado em algumas das funções providenciais que este não é capaz de garantir. Esta produção de bens e serviços pode ter outras origens além do Estado e do mercado, como as organizações não lucrativas e as redes de entreajuda baseadas em relações de parentesco e vizinhança. Quer o reduzido desenvolvimento do Estado Providencia português, quer a crise que o atingiu na década de 70, assim como as consequências da recessão da economia internacional com a disseminação dos direitos sociais subjacentes ao 25 de Abril, impulsionaram um “aumento de produção desses bens pelos outros sectores” (Hespanha, 1993: 333). Pois, devido à existência de um regime ditatorial que se arrastou até à década de 70 e que permitiu o adiamento da modernização do aparelho administrativo estatal e o estabelecimento de direitos de cidadania, já em processo de difusão nos restantes países europeus, aliado ao carácter tardio do processo de industrialização, terciarização e urbanização, no fundo, de desruralização da sociedade portuguesa. O Estado Novo apostou numa “ideologia ruralista e familista, sustentada pela persistência da inserção rural de grande parte da população, que permita a manutenção de mecanismos de suporte social assentes na solidariedade familiar e

comunitária e na reprodução de baixos níveis de expectativas no que toca à capacidade de consumo e à qualidade de vida” (Hespanha e Portugal, 2002: 17).

A sociedade-providência compensa em parte o défice de actuação do Estado-Providência português porque este não é um Estado-Providência “no sentido próprio do termo”, embora aproximando-se em certos aspectos dessa forma política (Santos, 1993: 43). Segundo o autor, as relações entre Estado-Providência e sociedade-providência articulam-se numa dinâmica de conjugação. “No domínio social, o Estado heterogéneo apresenta-se como um *semi*-Estado-providência que conta com a sociedade-providência para compensar as suas deficiências, reduzindo assim a crise de legitimação que estas poderiam desencadear” (Santos, 1993: 47-48). De acordo com Hespanha e Portugal, as relações entre Estado-Providência e sociedade-providência e entre Estado-Providência e mercado são complexas, pois se um dos elementos da tríade «Estado/família/mercado» entra em crise, esta produz inevitavelmente efeitos nas relações entre os restantes elementos. Os autores afirmam então que o enfraquecimento do Estado-Providência pode conduzir também ao enfraquecimento da sociedade-providência. É esta a especificidade dos países do Sul da Europa, em que “os sistemas públicos de protecção social constituíram-se durante um período de recessão económica, que impediu o seu completo desenvolvimento, ao mesmo tempo que a família passava por um profundo processo de transformação, relativamente à sua morfologia, valores e relações com o Estado e o mercado de trabalho”(Hespanha e Portugal, 2002: 21).

Em Portugal, o fraco Estado-Providência coexiste com uma sociedade-providência forte, pois são a família e as redes de parentesco, amizade e vizinhança que constituem a base da sociedade-providência (Santos, 1993: 49). Como afirma Piselli “com pesados custos pessoais e materiais compensam, em larga medida, as graves carências das estruturas públicas de assistência social”, pois são estas redes que, por exemplo, se encarregam de tomar conta das crianças, idosos e doentes ou que ajudam nas tarefas domésticas. Asseguram, pois, uma vasta gama de apoios e serviços que o Estado não é capaz de assegurar, “evitando que o mal-estar e o descontentamento provocados pela ausência ou mau funcionamento das instituições públicas possa conduzir a formas de ruptura social e política” (Piselli, 1995: 105-106). Sposati e Rodrigues citando Boyer, dizem que “é necessária [a] associação entre várias estratégias de sobrevivência de modo a embaratecer as condições das necessidades que não sejam só advindas do salário” (Sposati e Rodrigues, 1995: 91.) Concluindo esta ideia, a debilidade do Estado-Providência português subsiste no tempo, sendo claramente compensada por uma sociedade-providência forte e multifacetada (Serra, 2002: 130).

O Estado português tem adoptado algumas medidas restritivas que caracterizam a fase actual de evolução do Estado-Providência nos países europeus centrais, tais como, “a privatização dos serviços sociais do Estado; a gestão privada dos serviços públicos; a

devolução à sociedade civil (ou “desinstitucionalização”) da protecção social estatal; a co-responsabilização dos cidadãos nas despesas sociais; a revitalização dos sistemas de apoio da sociedade civil” (Hespanha e Portugal, 2002: 20-21). Como afirma Boaventura de Sousa Santos, estas medidas adoptadas na área do bem-estar social “para diminuir o conteúdo do papel social do Estado foram muito semelhantes às adoptadas nos países centrais a seguir à crise do Estado-Providência”. Foi “como se Portugal estivesse a passar por uma crise do Estado-Providência, sem nunca o ter tido” (Santos, 1995: 45).

Se, por um lado a legislação do Estado-Providência português, tardio e incompleto, pode ser comparada à dos países centrais da Europa, por outro lado, “a orçamentação das diferentes políticas sociais tende a assumir proporções diferentes” (Serra, 2002: 136). As políticas de habitação nunca tiveram a importância merecida pois a percentagem de dotação orçamental que lhes é atribuída tende a ser a menor no agregado das principais políticas sociais. No contexto português e dadas as particularidades do Estado-Providência, a reduzida porção orçamental destinada às políticas de habitação, assim como, a breve duração do período de maior intervenção estatal no sector, demonstram a posição não prioritária da política habitacional no universo das políticas sociais. Este período de maior intervencionismo do Estado ocorre de 1977 a 1984, em que o número de fogos construídos pelo sector público chega a representar cerca de 15% do total de habitações construídas. Contudo, “excluído este período relativamente efémero, raramente a promoção pública atinge os 10%, fixando-se por regra em torno dos 6% do total de fogos construídos anualmente”, concluindo-se assim que “o período de maior intervenção directa do Estado no domínio da habitação social corresponde ao final da década de 70 e inícios dos anos 80” (Serra, 2002: 138-141).

2.2. Evolução das Políticas de Habitação em Portugal: principais medidas

António Ferreira (1987: 31) afirma que “nunca existiu entre nós – antes ou depois do 25 de Abril – uma política de habitação definida de forma explícita e coerente. Têm existido, sim, medidas e programas avulsos, criados e geridos ao sabor das conjunturas políticas e financeiras, sem a adequada preparação prévia nem a garantia dos meios para a respectiva concretização”. No período anterior ao Estado Novo³ são praticamente nulas as iniciativas desenvolvidas, sendo que apenas com a vigência do Estado Novo podemos falar de intervenções com alguma importância no sector da habitação, constituindo assim um primeiro esboço de uma política habitacional, embora

³ Durante as décadas antecedentes ao regime salazarista, o Estado limitou-se a anunciar ocasionalmente recomendações legais relativas à higiene e insignificantes incentivos à promoção particular. Somente durante a vigência da Primeira República foi promulgada legislação com alguma importância em matéria de arrendamento e foram construídos os primeiros fogos de carácter social nas duas principais cidades do país. Para além do facto de, nesta época, a habitação social não ser considerada como atribuição do Estado, por razões conjunturais, apenas se procuravam resolver as situações mais evidentes de carência e precariedade do alojamento, em detrimento de uma séria implementação de medidas no sector da habitação (Serra, 2002).

privilegiando as áreas com maiores índices de urbanização pois são estas as áreas mais afectadas pela crise habitacional. Como afirma Nuno Serra, “não fossem as intervenções pontuais das câmaras municipais, cerceadas pelos montantes de participação exigidos e por um quadro de actuação desadequado, bem como as exíguas iniciativas da Junta de Colonização Interna, cujas necessidades financeiras em muito condicionavam o alargamento do seu desempenho, e a intervenção do Estado nos meios rurais continuaria neste período a poder ser considerada uma página em branco” (Serra, 2002: 168-207).

Proponho-me, então, explicitar a evolução das políticas de habitação, citando as principais iniciativas posteriores à passagem da sociedade portuguesa para um sistema democrático.

O estudo realizado por Nuno Serra concluiu que, durante a evolução das políticas habitacionais em Portugal “em primeiro lugar, consideramos a presença de uma corrente na sua essência estatista, segundo a qual os organismos públicos seriam os principais agentes de promoção de alojamentos, sendo residualizado o papel do sector privado e, em última instância, os mecanismos de produção de habitação inscritos nas lógicas do mercado. Em segundo lugar, quer pelo reconhecimento constitucional do direito à habitação, quer pela influência dos interesses do capital industrial, o Estado assume políticas de natureza keynesiana, nas quais a promoção habitacional obedece aos imperativos de um desenvolvimento económico sustentado. Por último, começam a insinuar-se neste período políticas que actuam sobretudo na esfera da procura, visando aproximar as capacidades de solvência das famílias às condições da oferta da habitação” (Serra, 2002: 214).

Na sequência da revolução de 1974 observam-se alterações nos “eixos fundamentais da «nova» política de habitação, direccionados para o desenvolvimento de um verdadeiro sector público de promoção, para o lançamento concreto das bases de uma política fundiária e urbanística coerentes, e para uma efectiva acção reguladora do Estado sobre os processos do mercado habitacional, passassem em larga medida pela ampliação e dinamização dos programas e estruturas já existentes. Por outro lado, a acção do Estado ver-se-ia também condicionada pelo intenso fervilhar das transformações sociais e políticas ocorridas, que não lhe permitiu ficar indiferente às dinâmicas dos movimentos sociais que, sem precedentes, se desenvolveram em torno da questão do alojamento e dos equipamentos colectivos” (Serra, 2002: 213). Um exemplo disso, na esfera da habitação, em que se começam a organizar associações e comissões de moradores, é que se procede também à ocupação de casas devolutas, enquanto a melhoria das condições de habitabilidade, assim como do acesso ao alojamento, começam também a ser reivindicadas.

A partir deste período, o Estado mostra a preocupação de implementar uma real política de habitação que não se limitasse a resolver as situações mais urgentes. Essa política revela-se como multifacetada, pois procede ao lançamento de uma panóplia de iniciativas estatais “desenvolvidas em diferentes sentidos e que obedecem a lógicas nem sempre coincidentes e que muitas vezes se sobrepõem” (Serra, 2002: 214). Em 1974 surgiu o Programa de Acções Prioritárias para o sector da habitação dirigindo diferentes políticas consoante as características sociais dos seus beneficiários. Contudo, valorizando as soluções para as carências mais prementes. Também foram tomadas medidas relativamente ao arrendamento como “o condicionamento do aumento das rendas, a limitação da liberdade de contratação, a obrigatoriedade de arrendamento dos fogos devolutos e a legitimação das ocupações entretanto verificadas” (Serra, 2002: 215). Finalmente, em matéria de política de expropriações, é de salientar o Decreto-Lei nº 794/76, que demonstra a “necessidade de constituir bolsas de terrenos nacionalizados e municipalizados e a promoção pública directa de habitações, reforçando assim a Lei dos Solos de 1970, não praticada durante o período marcelista (Serra, 2002: 215).

Segundo Nuno Serra, “se a intervenção em algumas áreas indicia uma ruptura com as décadas anteriores, já a recuperação dos programas de apoio às cooperativas e dos Contratos de Desenvolvimento da Habitação sugere então uma certa continuidade com a política habitacional do Estado «social» de Marcelo Caetano” (2002: 215). As Cooperativas de Habitação Económica surgem pelo Decreto-Lei nº 737 A de 1974 e, ao relançar o movimento cooperativo, contribuem para o aumento de competências do poder local. No caso dos Contratos de Desenvolvimento da Habitação criados através do Decreto-Lei nº 663 de 1974, o objectivo inicial era atrair o investimento privado através de diversos incentivos para assim controlar os custos de produção (Serra, 2002: 215-216). De acordo com António Ferreira, “esta medida de política revelava-se de grande importância para a reconversão estrutural do sector” pois, “procurava-se reconverter a actividade e o modo de funcionamento das empresas para um sistema de produção industrial com margens de lucro garantidas, mas limitadas”. A partir de 1976, o programa acabou por ser «estrangulado» pelo não cumprimento ou atraso de aplicação das medidas administrativas (Ferreira, 1987: 100-101). O programa de *Empréstimos às Câmaras Municipais*, regulamentado pelo Decreto-Lei nº 658/74, é uma das iniciativas que revelam uma mudança para uma política habitacional mais descentralizada, através de “empreendimentos de pequena e média dimensão (...) contemplando a promoção directa das autarquias e a promoção privada em terreno próprio” (Ferreira, 1987: 95).

A necessidade de proceder aos trabalhos de reabilitação dos bairros degradados revelou-se igualmente como uma das acções prioritárias do sector habitacional. O *Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL)* foi uma das iniciativas mais identificativas da vontade de mudar as políticas concretizadas com a revolução de Abril, surge a 6 de Agosto de 1974 por despacho conjunto do Ministério da Administração Interna e da Secretaria de

Estado da Habitação e Urbanismo. Profissionais de diversas áreas tiveram a oportunidade de intervenção no espaço público “segundo princípios inovadores de arquitectura e urbanismo, orientados para a defesa das sociabilidades de bairro, de uma arquitectura ao serviço das pessoas e do «direito ao lugar», normalmente recusado nas grandes operações de expulsão, para as periferias, das populações residentes nos espaços centrais das cidades” (Serra, 2002: 218-219). O autor sublinha que com o SAAL “tentava-se, pela primeira vez, construir uma ponte entre as potencialidades de um Estado-Providência emergente e as energias de uma sociedade-providência enraizada” (Serra, 2002: 219). Nuno Portas destaca quatro objectivos do programa SAAL. Primeiramente, pretendia-se, através de um mecanismo descentralizador, ligar o Estado a determinados sectores mais dinâmicos da sociedade civil. Em segundo lugar, como “a habitação se produz através de uma racionalidade decidida no aparelho de estado, mais ou menos central, e independentemente da vontade e recursos não monetários dos moradores a quem se destina”, pretendia-se valorizar o diálogo entre moradores e técnicos. Em terceiro lugar, ambicionava-se o reconhecimento do direito à permanência no local onde as comunidades já habitavam. Finalmente, o quarto objectivo dizia respeito à maximização de todo o tipo de recursos dos moradores para aplicação na habitação. Pois, segundo Portas “a ideia de que todos os moradores que precisam do auxílio do Estado não podem dar nenhuma espécie de contribuição porque já são explorados era, evidentemente, uma ideia simplista que não se adequava ao problema real do país”. O autor sublinha que uma política habitacional que pretenda ter resultados a curto espaço de tempo, não pode ser gratuita devido ao custo da habitação e ao facto de existirem mais categorias de famílias do que aquelas que têm todos os recursos e as que não têm nenhuns (Portas, 1986: 638-641). Este programa trazia pois, uma mudança metodológica na actuação do Estado. A problemática da participação activa da população através dos moradores e Comissões de Moradores⁴ neste programa com recursos humanos e materiais gerou discordâncias. Portas defende que “ou o Estado faria poucas casas e depois as pessoas iam pagando rendas políticas, custeando a casa por via monetária, renda ou amortização, ou se recorria a outras maneiras, provavelmente interessantes para os moradores, de reduzir o custo do investimento estatal” (Portas, 1986: 641-642). Relativamente à execução espacial deste programa, o facto de ter sido uma medida maioritariamente orientada para as áreas urbanas mais degradadas, aliado às limitações da implementação deste programa nas áreas rurais assim como ao curto período de verdadeiro empenhamento do Estado na perseguição dos objectivos, ajudam a explicar a abstinência dos distritos do interior norte no usufruto desta iniciativa (Serra, 2002: 223). Concluindo, Nuno Portas apelida este programa de «controverso» na medida em que nenhum partido político teve unanimidade de posição em relação a ele e como o próprio afirmou, “o programa nunca

⁴ Consagram-se então as Comissões de Moradores, sem estatuto legal e as Associações de Moradores regidas pelo Decreto-Lei n° 494/74.

foi extinto ao contrário do que se diz (...) foi ou não continuado localmente, melhor ou pior, pelas autarquias (Portas, 1986: 644).

Um outro programa iniciado em 1976 foi o Programa de Recuperação de Imóveis Degradados⁵, pretendendo ser um “*programa de investimento em reparação, conservação e beneficiação de casas*”. Este programa fica marcado pela abertura de uma linha de crédito negociada entre as Câmaras e o Fundo Fomento Habitação (FFH) (Ferreira, 1987: 115-116).

O período de 1976 a 1990 pode ser considerado como “um tempo de transição na evolução das políticas de habitação em Portugal, caracterizado pela redução gradual da promoção directa e pela adopção crescente de medidas orientadas para o incremento e diversificação dos mecanismos de crédito” (Serra, 2002: 224).

Em 1976 foi criado o Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção através do Decreto-Lei nº 117E/76, cujo objectivo era o relançamento da promoção privada habitacional, “criando uma procura solvente através de incentivos a cargo do Estado, ao mesmo tempo que se reduzia o esforço da promoção directa e apoiada do sector público” no sentido de liberalização das políticas habitacionais (Ferreira, 1987: 71). Enquanto no sector público se «travam» as iniciativas projectadas, sem terem sido criadas alternativas viáveis pelo sector privado, no sector privado o acesso ao crédito é dificultado pela elevação das taxas de juro que “tornava os custos da produção habitacional incompatíveis com a capacidade económica da maioria das famílias portuguesas”. Assim, criou-se um “vazio promocional”, conjuntura que favoreceu a expansão da construção «clandestina» a partir de 1978 pois, a pretensão do Governo de «dar casa a todos os portugueses, através do sistema de crédito à casa própria» teve fracos resultados (Ferreira, 1987: 72-73).

Relativamente ao arrendamento, existia um conflito crescente entre a necessidade de revogação das leis que declararam o congelamento das rendas no 25 de Abril e impopularidade dessa resolução. Somente em 1981 se conseguiu a revogação da legislação de 1974 e introduzem-se as modalidades de renda do mercado livre e condicionado⁶.

Em matéria de competências administrativas, ganha mais relevância a função descentralizadora do poder local. De acordo com Serra, “os reflexos deste processo na habitação são múltiplos, nascendo nesta altura a ambiguidade que subjaz a um conflito latente entre o Estado central e as autarquias, a respeito da responsabilidade pública na promoção de habitação social”. São então criados em 1976, os Serviços Municipais de

⁵ Decreto-Lei nº 704, de 1976.

⁶ Decreto-Lei nº 148/81.

Habitação⁷, administrativa e financeiramente independentes. Por sua vez, vai-se abrindo gradualmente aos municípios, associações de municípios, empresas municipais e intermunicipais e a Instituições Particulares de Solidariedade Social, “a possibilidade de contratualizar empréstimos bonificados para edificar ou ampliar habitações a custos controlados, para aquisição ou arrendamento, ou tendo em vista a realização de obras de reparação e conservação” (2002: 226-227). Os municípios aumentam a fiscalização das práticas de construção clandestinas e em 1982 são criados os Planos Directores Municipais nesse sentido. Apesar de subsistir uma indefinição sobre as atribuições do poder central e local relativa à promoção relativa à promoção pública de habitação, as autarquias foram sempre criando estruturas para o desenvolvimento de políticas locais de alojamento, compensando o recuo do Estado central neste domínio social. Importa ainda referir a substituição do Fundo Fomento Habitação (FFH) pelo Fundo de Apoio ao Investimento Habitacional (FAIH) pelo Decreto-Lei nº 217 em 1982. Por seu turno, este último, por ter falhado na sua missão de contribuir para melhorar a intervenção do Estado no sector habitacional, é também substituído pelo Instituto Nacional de Habitação⁸, criado pelo Decreto-Lei nº 177/84 (Serra, 2002: 228).

Segundo Nuno Serra, “a orientação mais emblemática das políticas públicas de alojamento desenvolvidas a partir de 1976 é sem dúvida a do estímulo à aquisição de casa própria, quer pelo incremento e diversificação dos mecanismos de bonificação do crédito, quer pela concessão de benefícios de natureza fiscal” (2002: 228). Isabel Guerra concorda com esta ideia quando afirma que “a política mais permanente ao longo do tempo tem sido o crédito à casa própria que, pese embora a diversidade da sua definição jurídica, já atravessou um período de vinte anos” (Guerra *et al.*, 2001: 67). O regime de bonificação ao crédito para aquisição de casa própria⁹, a abertura aos bancos comerciais da possibilidade de concessão de crédito¹⁰, a criação de linhas especiais como a Poupança Crédito Emigrante e o Crédito Poupança Habitação¹¹ foram medidas adoptadas para estimular a aquisição de casa própria. A partir de 1985 surgem “os diplomas que consolidam as linhas de força configuradoras do actual sistema de crédito à habitação” que estabeleceram as condições dos regimes de crédito à habitação actualmente vigentes: “regime geral de crédito, regime de crédito bonificado, regime de crédito jovem bonificado e regimes especiais, como o crédito para deficientes, o regime poupança emigrante ou o regime de poupança habitação” (Serra, 2002: 229-230). Lembrando António Ferreira, Serra afirma que esta dependência da política de

⁷ Decreto-Lei nº 791/76.

⁸ O Instituto Nacional de Habitação foi substituído através do Decreto-Lei nº 223/2007 de 30 de Maio pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), que “resulta da reestruturação e redenominação do antigo Instituto Nacional de Habitação (INH), tendo nele sido integrados o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) e parte da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN)” (informação obtida na página electrónica do Instituto Nacional da Habitação e Reabilitação Urbana: <<http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/>>).

⁹ Resolução do Conselho de Ministros de 24 de Fevereiro de 1976.

¹⁰ Decretos-Lei nº 406/83 e nº 34/86.

¹¹ Portaria nº 632/81.

habitação na concessão de crédito à aquisição de casa própria, até meados da década de 90, seria “responsável pela emergência de diversos problemas, como o aumento especulativo do custo dos fogos, o acentuar do declínio que o sector do arrendamento vinha experimentando desde o congelamento das rendas, o desequilíbrio financeiro do sistema bancário e a sobrecarga do orçamento de Estado com despesas muitas vezes perdulária” (Serra, 2002: 232). A nível social o pior efeito foi o benefício das classes médias em prejuízo dos agregados familiares mais carentes.

Durante os anos 80 e 90, a par deste incentivo à aquisição de casa própria, que passa a ser “o eixo central das políticas habitacionais”, assiste-se também à liberalização do mercado de arrendamento, ao incremento ponderado das políticas de renovação do parque habitacional e a circunscrição dos programas de intervenção directa às situações mais iminentes de carência de alojamento por parte do Estado central. No decorrer da década de 90 constata-se, por um lado, o aumento estável das verbas orientadas para o sector habitacional e, por outro lado, uma diversificação dos modelos de intervenção do Estado, que vão reforçar a promoção directa e o apoio ao arrendamento público e privado, assim como a reabilitação dos edifícios residenciais, complementando assim, “o eixo central dos apoios ao crédito à aquisição de habitação própria” (Serra, 2002: 232). Neste período, o sector da habitação constitui-se numa Secretaria de Estado integrada no Ministério das Obras Públicas e posteriormente no Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território. Simultaneamente, em 1987 surge o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE)¹², cujas funções se prendem com a gestão do parque habitacional público orientada para a venda das casas aos inquilinos¹³ e alienação do património fundiário anteriormente constituído. Ao mesmo tempo, a tensão entre o poder central e o poder local acentua-se, pois as autarquias e os agentes privados são crescentemente pressionados a assumir um maior intervencionismo no domínio habitacional (Serra, 2002: 234-235).

De acordo com Marluci Menezes e Ana Almeida, é a partir de 1987 que a promoção da habitação social ganha uma nova força, nomeadamente com o programa nacional de apoio municipal ao realojamento para as famílias residentes em barracas (2006: 9). Em continuidade, surge em 1993 o Programa Especial de Realojamento (PER)¹⁴, cuja finalidade se prende com a erradicação das barracas existentes nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. Segundo Pegado *et al.*, a partir dos anos 80, as Áreas Metropolitanas “seguem a tendência clara de melhoria das condições de habitabilidade verificada no nosso país. Contudo, se por um lado, estas áreas, em termos gerais, apresentam situações habitacionais bastante mais favoráveis do que o próprio país, por

¹² Decreto-Lei nº 88/87.

¹³ Como é o caso do bairro municipal do EX-IGAPHE situado no Planalto do Ingote em Coimbra, em que há uns anos atrás muitos dos moradores compraram as próprias habitações a preços controlados.

¹⁴ Decreto-Lei nº 163/93 de 7 de Maio.

outro, é nelas (...) que encontramos os maiores problemas de falta de conforto habitacional, derivados da ausência de infra-estruturas básicas, insalubridade e sobrelotação, associados aos aglomerados de bairros degradados e de barracas que aí se concentra, o que aliás, conduziu ao plano de erradicação de barracas nas AM (...) o qual tem vindo a alterar consideravelmente esta situação (1999: 35). Em 1996 define-se o PER-famílias para auxiliar através de apoio financeiro as famílias enquadradas no PER, para que estas possam adquirir casa própria ou proceder à reabilitação das suas habitações. O PER apresentou-se como uma “medida prioritária para a resolução da carência habitacional” que, através da construção ou aquisição de habitações, assegurou o realojamento das famílias que residentes em barracas ou semelhante alojamento¹⁵, ainda que, como sublinha Serra (2002: 235-236), com uma “limitada incidência espacial” restringido às áreas de Lisboa e do Porto, como já referi. O último aspecto diz respeito ao acompanhamento social dos realojados, também contemplado neste programa, ambicionando a “complementaridade entre a promoção habitacional e a inserção social”, com a criação de programas de apoio social. Disso é exemplo o Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, que criou redes de parcerias, originando programas como os INTEGRAR, URBAN e URBAN II e IORU (Intervenção Operacional Urbana) (Menezes e Almeida, 2006: 9).

Na década de 90 aumentam portanto as parcerias em torno dos programas de realojamento, visando a eliminação de barracas e alojamentos precários. Segundo Serra, procura-se também “evitar a reincidência no modelo de promoção baseado na construção de bairros nas periferias das cidades (2002: 237). É clara a estratégia de liberalização, cujos motivos são a necessidade de proceder à revogação do congelamento das rendas após a revolução de Abril e atrair o investimento, criando boas condições de rentabilidade com o objectivo de relançar este sector. A legislação relativa ao congelamento das rendas é revogada em 1985 e o senhorio passa a ter o poder de optar pelos regimes livre ou condicionado, assim como se admite a correcção extraordinária das importâncias mensais não obrigando contudo à realização de obras nos edifícios (Serra, 2002: 238). Em 1986 surge um subsídio ao arrendamento, em 1991 são estipulados benefícios fiscais, em 1992 é criado o Incentivo ao Arrendamento por Jovens¹⁶, atribuindo um subsídio a jovens agregados familiares, e em 1993 surge o Regime de Renda Apoiada¹⁷ para os “arrendamentos de cariz social”. Ainda na esfera do arrendamento privado, em 1996 são criados programas como o RECRIA, o REHABITA, o RECRIPH e o SOLARH, destinados a acções de participação na

¹⁵ Assinala-se que através do Decreto-Lei 271/2003 de 28 de Outubro alteraram-se alguns dos pressupostos deste programa “que assim passou a centrar-se no apoio e favorecimento da reconstrução e manutenção das habitações”. Reconhece assim a importância do património apostando na reabilitação urbana e assumindo uma preocupação diferente da do diploma que orientou a 1ª fase do PER que visava a aquisição e construção de novas habitações (Menezes e Almeida, 2006: 10).

¹⁶ Decreto-Lei nº162/92.

¹⁷ Decreto-Lei nº 166/93.

recuperação de imóveis degradados, de reabilitação, recuperação e revitalização de centros históricos, prédios habitacionais antigos e realização de obras de conservação em habitação própria (Serra, 2002: 239). Destaco ainda o Programa Rede Social, cujo objectivo era “a erradicação ou minimização das situações de pobreza e exclusão social e a promoção do desenvolvimento social”, e o Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI), que visava responder às necessidades das pessoas através da promoção do emprego, da conciliação entre a vida profissional e a vida familiar, do combate à pobreza, entre outros (Menezes e Almeida, 2006: 9-10).

O XVII Governo Constitucional elegeu como eixos de intervenção no sector habitacional a dinamização do mercado de arrendamento, a criação de novas políticas sociais e a requalificação do tecido urbano. Importa referir também a implementação do Programa de Financiamento para Acesso à Habitação - PROHABITA que tem como objectivo “a resolução de situações de grave carência habitacional de agregados familiares residentes em território nacional” (Decreto-Lei nº 135/2004 de 3 de Junho). Esta iniciativa é assegurada através de acordos estabelecidos entre as autarquias municipais e o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), antigo Instituto Nacional de Habitação (INH) (Menezes e Almeida, 2006: 10). Apesar dos programas que referi não se direccionarem para as minorias étnicas mas para quem vive em condições habitacionais precárias, no caso da minoria de etnia cigana, “observa-se a emergência de algumas iniciativas municipais com o intuito de orientar os seus programas de realojamento a determinadas especificidades sócio-habitacionais desta minoria” (Menezes e Almeida, 2006: 11). Não posso deixar de referir o caso exemplar da Câmara Municipal de Coimbra, que em relação às minorias étnicas tem dado largos passos. O “Parque dos Nómadas” de que falarei mais adiante é um exemplo único a nível nacional, cujo propósito é promover a integração das famílias de etnia cigana no concelho. Assim sendo, o Estado, através das políticas sociais de alojamento em vigor, “desempenha um papel fulcral na orientação da regulação e da distribuição dos recursos espaciais e habitacionais, contribuindo para a maior integração ou, pelo contrário, para a segregação sócio-espacial e étnica” (Menezes e Almeida 2006: 7).

De acordo com Nuno Serra “o final do século XX ficará para a história da habitação em Portugal, como o período em que a casa própria se converte (...) na aspiração e estratégia dominante dos agregados familiares portugueses. (...) A convergência de um importante conjunto de factores, entre os quais a crise do arrendamento privado e as insuficiências e limitações acumuladas das políticas públicas de alojamento, tem vindo a fazer com que a casa própria seja «quase a única alternativa para aceder a uma habitação» (Serra, 2002: 240). Além disso, as medidas legislativas posteriores a 1976, orientadas para a liberalização progressiva do acesso ao crédito para aquisição ou construção de casa própria, conheceriam um forte impulso, em consequência da integração de Portugal na União Europeia e dos seus impactos na abertura do sistema

bancário”. Consequentemente, desde o início dos anos 90 tem vindo a aumentar de um modo impressionante “o número de contratos estabelecidos com a banca para aquisição de habitação própria, num ritmo inversamente simétrico ao da descida das taxas de juro” (Serra, 2002: 241). Segundo o autor, o que de mais fascinante o período de maior intervenção do Estado encerra é o “propósito de ensaiar novas formas de intervenção estatal no sector, que reflectem simultaneamente o pulsar da conjuntura política e social e a tentativa de aproximação às estratégias habitacionais próprias de uma sociedade semiperiférica como a portuguesa. Os ventos de democratização que a Revolução de Abril soprou repercutir-se-iam também nas dinâmicas habitacionais, sobretudo na desejada mudança para uma acção mais descentralizada, participada e atenta aos processos que permitissem efectivar o direito à cidade e à qualidade de vida urbana” (Serra, 2002: 216-217).

Concluindo assim esta primeira parte, a política de habitação mediante uma intervenção reguladora do Estado deve então estar assente nos seguintes pilares: no combate às práticas especulativas permitindo a colocação de fogos no mercado para as famílias em condições de acessibilidade financeira e qualidade, na implementação de medidas referentes à reabilitação de fogos e edifícios, na revitalização do mercado de arrendamento com a descida dos valores das rendas, em medidas que combatam a especulação fundiária, na colocação de fogos devolutos ou com ocupante ausente no mercado habitacional com a criação de taxas para penalizações na ocorrência deste género de situações (Serra, 2002: 246).

3. O REALOJAMENTO COMO PROBLEMÁTICA E OS OBJECTIVOS DO ESTÁGIO

O direito à habitação é, antes de mais, um *direito fundamental*. Desde a Constituição da República Portuguesa de 1976 que este direito jamais foi posto em causa por qualquer revisão constitucional posterior (Mendes, 1999: 6). Segundo o artigo nº 65 (Habitação e Urbanismo) nº 1 da Constituição da República Portuguesa de 2005, “*Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar*”. Este direito, considerado como um *direito social*, “tem subjacente o reconhecimento (político) de que está em causa um direito dos cidadãos a uma prestação material concreta a cuja assunção o poder constituinte vinculou o poder político-administrativo do Estado” (Mendes, 1999: 6).

Segundo Marluce Menezes e Ana Almeida (2006: 7), o primeiro aspecto que se deve considerar é o de que “*todos têm direito*”, ou seja, não existindo qualquer espécie de discriminação social. Para que este direito possa ser assegurado, os autores, tendo por base a Constituição da República Portuguesa, afirmam que “o Estado responsabiliza-se pela definição e execução de programas e de políticas de habitação e ordenamento geral do território que, apoiados por planos de urbanização, possam garantir uma rede de transportes e equipamento social. Por outro lado, o Estado propõe-se promover um conjunto de iniciativas desde a promoção de habitações económicas e sociais (em cooperação com as autarquias) para quem tenha mais dificuldades sócio-económicas, ao estímulo à construção privada – como forma de contribuir para o acesso à habitação própria ou arrendada – e à criação de cooperativas de habitação”. Concluindo, e como nos diz a Constituição da República Portuguesa, o Estado, as regiões autónomas e as autarquias locais são os responsáveis pela prossecução de tais propósitos pois estes “*definem as regras de ocupação, uso e transformação dos solos urbanos, designadamente através de instrumentos de planeamento, no quadro das leis respeitantes ao ordenamento do território e ao urbanismo (...)*” (CRP¹⁸, 2005: artigo 65º nº 4).

De acordo com Leonor Coutinho, “o sector da habitação (...) constitui um dos mais importantes vectores de uma política de qualidade de vida” (Coutinho, 1997: 1). De facto, a habitação como espaço físico é um dos campos que podem apoiar a integração social e a prossecução dos objectivos de vida de uma determinada família, mas para isso é necessário que estejam reunidas condições como a qualidade, a salubridade e a comodidade da habitação, ou seja, as condições mínimas de habitabilidade. Como sabemos, nem todos os agregados familiares vivem em boas condições habitacionais, infelizmente existem muitas famílias que vivem em condições muito precárias. Obviamente que esta situação se vai reflectir nas outras áreas da vida familiar e pessoal.

¹⁸Informação obtida na página electrónica da Constituição da República Portuguesa: <<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx#art65>>.

Portanto, o realojamento deve ter um papel fulcral na integração destas famílias na sociedade, no mercado de trabalho, contribuindo também para a melhoria das relações familiares e não se limitar ao processo da assinatura dos contratos de arrendamento ou subarrendamento e à entrega das chaves de uma determinada habitação.

O realojamento é, antes de mais, um processo complexo, que necessita de um acompanhamento social antes e depois do dito realojamento, adequado a cada agregado familiar, consoante as suas características sócio-culturais, experiências e projectos de vida. O processo do realojamento acarreta uma dualidade de situações e também de sentimentos. Por um lado, acontece uma desterritorialização porque as famílias são na maior parte das vezes desenraizadas do local onde residiam, vendo-se privadas das suas vivências quotidianas, das suas relações de vizinhança e amizade. Por outro lado, o aspecto positivo é que realmente as famílias passam a viver com melhores condições habitacionais e conseqüentemente melhores condições de vida, sentindo-se mais confortáveis e mais felizes. Das entrevistas que realizei às famílias realojadas, nalguns casos denota-se uma certa nostalgia ao recordar o passado e a sua casa anterior, mas a maioria dos entrevistados dá mais importância às condições habitacionais que detém actualmente sem sequer olhar para trás. Eu penso que isso acontece porque, com a mudança de habitação, as pessoas têm a vontade de começar uma vida nova e investem nisso tanto emocional como materialmente¹⁹. Como afirma Isabel Guerra (1997: 18), a valorização da habitação “reflete-se, frequentemente, num re-investimento afectivo e material na casa, e na família”, mesmo que depois não se espelhe a longo prazo. Ou seja, as famílias apropriam-se da sua habitação e, como afirma Isabel Guerra, a definição da noção “apropriação do espaço” significa “não apenas o processo de uso funcional ou instrumental do alojamento, mas recobrir um domínio diversificado de práticas: culturais, simbólicas, afectivas, etc.”. Segundo a perspectiva transaccional da abordagem da psicologia ambiental “valorizam-se as dimensões de *apropriação, enraizamento e identidade* que advêm de formas de apropriação positiva da casa e considera-se que essa apropriação positiva é indispensável para o equilíbrio psicológico, familiar e social. Apropriação, enraizamento e identidade são conceitos que referenciam a ideia de que as pessoas investem significados e afectos nos lugares com que se relacionam. (...) A casa é também um factor de identidade, já que a casa é um sistema complexo que nos orienta as relações com os lugares, com o espaço e com a sociedade. (...) A casa funciona, assim, também como elo de ligação/comunicação com os outros, com os lugares e com o passado, e, nesse sentido, o espaço insere-se num percurso pessoal fazendo parte de uma história de vida” (Guerra, 1997: 170-177).

Segundo Leonor Coutinho (1999: 3), “a habitação tem um papel central tanto nas questões da pobreza como da exclusão pois verifica-se que nas famílias com carências mais significativas os problemas habitacionais são dominantes e as maiores fragilidades

¹⁹ Como veremos adiante, a compra de mobiliário e electrodomésticos para a “casa nova” é um exemplo disso.

sociais estão ligadas a padrões urbanos específicos”. Penso que será importante clarificar os conceitos de pobreza e de exclusão social, que muitas vezes são confundidos, embora estejam relacionados, mas a existência de um não pressupõe necessariamente a existência do outro. Segundo Alfredo Bruto da Costa “a «pobreza» consiste numa situação dinâmica de *privação*, por *falta de recursos*. Ambas essas condições – privação e falta de recursos – são necessárias à definição. Daqui resulta, por exemplo, que uma situação de privação que não resulte da falta de recursos não significa «pobreza», mesmo que possa constituir um problema social grave. Da mesma definição decorre também que, para resolver uma situação de pobreza, não basta resolver a privação. É preciso que, além de vencer a privação, o pobre passe, também, a ser auto-suficiente em matéria de recursos, ganhando a vida através de um dos meios de vida correntes na sociedade a que pertence. Assim definida, a «pobreza» apresenta-se como uma forma de «exclusão social», na medida em que o pobre é excluído de alguns dos sistemas sociais básicos em relação aos quais se definiu a «exclusão social» (1998: 18-19). A exclusão social é tida então como um fenómeno “*complexo e heterogéneo*” e, como tal, podemos falar de cinco tipos de exclusão: o económico, o social, o cultural, o de origem patológica e o decorrente de comportamentos auto-destrutivos. Falando deste conceito da exclusão social, penso que o tipo de exclusão social mais adequado às características sócio-económicas da amostra em estudo será o de tipo económico, pois “trata-se, fundamentalmente de «pobreza», entendida (...) como uma situação de privação múltipla, por falta de recursos. Esta forma de exclusão é normalmente caracterizada por más condições de vida, baixos níveis de instrução e qualificação profissional, emprego precário (...), actividade no domínio da economia informal, etc.”. O autor dá o curioso exemplo de que “a situação de pobreza e/ou de más condições de habitação pode agravar o modo como a família é afectada por certo tipo de problemas, a ponto de conduzir a rupturas relacionais que não existiriam em condições «normais». O desemprego, conduzindo à pobreza, pode impedir o pagamento da renda de casa e, assim, colocar o indivíduo ou família na situação de sem-abrigo” (Costa, 1998: 23-24). Não devemos portanto entender a concepção de pobreza apenas como uma relação monetária, mas “mais amplamente (...) enquanto privação de bens materiais e culturais, necessários à vida e sociabilidade plena, situação que diz respeito à relação dos homens/mulheres entre si” (Sposati e Rodrigues, 1995: 80).

Concluindo, tal como afirma Isabel Guerra, “o realojamento não é um problema fácil, de soluções ou receitas rápidas e vai exigindo «estudos de caso» porque «as pessoas não são coisas que se ponham em gavetas»” (Guerra, 1997: 19). De acordo com Leonor Coutinho “realojar as pessoas não significa colocá-las apenas dentro de casas. Limitar os programas de realojamento a uma acção isolada seria um desperdício de dinheiros públicos (...). Só vale a pena realojar se o objectivo for a integração social das populações. Ou seja, se procurarem em simultâneo respostas para os problemas de emprego e de integração social (...) se o poder central, as autarquias, as instituições de

solidariedade social, se todos os agentes do sector colaborarem entre si” (Coutinho, 1997: 2). Assim sendo, o realojamento não deve acabar com a entrega das chaves da habitação, deve haver um acompanhamento anterior ao realojamento que vise a preparação das pessoas para o processo do realojamento e também um acompanhamento pós-realojamento atento, contínuo, de acordo com as especificidades e necessidades de cada agregado familiar, tendo em conta a sua identidade cultural, vivências e planos de futuro.

3.1. O caso de Coimbra

3.1.1. Caracterização do Departamento de Habitação da Câmara Municipal de Coimbra

Segundo o artigo 24º do Regulamento Orgânico da Câmara Municipal de Coimbra, os departamentos são unidades operacionais de gestão de áreas específicas de actuação da Câmara Municipal, integrados, em princípio, na organização de uma direcção municipal e na dependência do respectivo director municipal, criados em razão da relação de proximidade ou complementaridade de funções e tarefas e da importância do sector de actividade municipal sob sua responsabilidade. A direcção do departamento cabe a um director, cujas funções são as que decorrem da descrição legal.

O Departamento de Habitação da Câmara Municipal de Coimbra, a entidade de acolhimento ao meu estágio curricular, em funcionamento como Departamento autónomo²⁰ desde o ano de 2002, quando foi alvo de reestruturação, não está integrado nas Direcções Municipais. Este compreende as seguintes divisões de actividade: a Divisão de Gestão Social (DGS), a Divisão da Promoção de Habitação (DRH) e a Divisão de Reabilitação de Edifícios (DRE). A Secção Administrativa funciona na directa dependência do director de departamento (*vide* anexo I).

Relativamente aos recursos humanos disponíveis²¹, o Departamento de Habitação conta com um total de sessenta funcionários, em que vinte e nove são do sexo feminino e trinta e um do sexo masculino²². Analisando primeiramente as três Divisões existentes no Departamento de Habitação, posso dizer que a Divisão de Gestão Social tem onze funcionários, dos quais a esmagadora maioria são do sexo feminino, esta divisão conta com oito técnicos superiores, duas assistentes técnicas e uma assistente operacional. A Divisão da Promoção da Habitação conta com dezanove funcionários, dos quais quinze

²⁰ Anteriormente, o sector da Habitação da Câmara Municipal de Coimbra estava inserido no Departamento de Desenvolvimento Social situado no Arco da Almedina.

²¹ Segundo os dados disponibilizados pelo Departamento de Administração Geral e Recursos Humanos da Câmara Municipal de Coimbra.

²² Como seria de esperar, a área social está claramente feminizada, enquanto que a área mais técnica está também nitidamente masculinizada. De realçar também é a presença de elementos do sexo feminino em categorias dirigentes.

são do sexo masculino, divididos entre quatro técnicos superiores, quatro assistentes técnicos e onze assistentes operacionais. A Divisão da Reabilitação de Edifícios conta com seis funcionários, cinco dos quais do sexo masculino, com uma funcionária num cargo dirigente como chefe de divisão; dos restantes cinco funcionários, quatro são técnicos superiores e um é assistente técnico. Os restantes vinte e quatro funcionários, dos quais catorze são do sexo feminino, incluem a Directora do Departamento de Habitação, Eng.^a Rosa Maria Santos, uma Coordenadora Técnica, sete Técnicos Superiores e os restantes dividem-se entre Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais.

O Departamento de Habitação tem como competências, “o estudo, preparação, execução e avaliação das decisões a tomar pelos órgãos competentes do Município no âmbito da política municipal de habitação, e em especial promover a elaboração de programas de construção de habitação social e definir os papéis e incidência das iniciativas pública e privada, bem como apoiar o esforço cooperativo segundo as orientações dos órgãos autárquicos. Compete ainda ao departamento acompanhar e apoiar as negociações e instruir os processos visando a conclusão de contratos de desenvolvimento de habitação ou outros instrumentos convencionais que possibilitem o financiamento da construção da habitação social ou o apoio financeiro ao realojamento. Na definição dos locais e condições para implantação de habitação social, o Departamento de Habitação colabora com os Departamentos de Planeamento e de Gestão Urbanística e Renovação Urbana, sendo as propostas neste âmbito apresentadas em comum.” A Divisão de Gestão Social, o sector do Departamento de Habitação onde decorreu o meu estágio curricular, tem como competências: o permanente levantamento das carências de habitação no Concelho, promover o realojamento das famílias carenciadas do Concelho, propondo e executando as medidas que visem a humanização e o bem-estar social através da definição e aplicação de critérios gerais que atendam designadamente ao rendimento familiar e à concreta necessidade face à situação social dos agregados e respeitem o princípio da igualdade de oportunidades; a condução dos procedimentos que visem o arrendamento ou a venda de habitação, incluindo, em caso de arrendamento, a fixação, segundo os critérios estabelecidos, das respectivas rendas; recensear e manter actualizado o censo das habitações clandestinas no Concelho (Regulamento Orgânico da Câmara Municipal de Coimbra).

O sector da Habitação da Câmara Municipal de Coimbra encontra-se representado pelo Departamento de Habitação, espacialmente dividido entre a Rua da Sofia e o Largo da Fornalhinha, sendo que neste último apenas a Divisão de Gestão Social opera funções.

O Centro Municipal de Acção Social no Bairro da Rosa integra-se também na Divisão de Gestão Social do Departamento de Habitação e tem como objectivo o acompanhamento das famílias residentes nos bairros do Planalto do Ingote e tem como

principais competências a promoção da integração social da população, designadamente através de acções de animação desportiva e cultural e a revitalização e recuperação dos bairros municipais da Rosa e do Ingote e desenvolver projectos de integração de jovens (Câmara Municipal de Coimbra²³).

3.1.2. Programas e principais actividades

O Município de Coimbra é proprietário de 902 fogos, distribuídos por sete bairros (Bairro de Celas, Bairro da Fonte do Castanheiro, Bairro do Ingote e do Ex-IGAPHE, Bairro da Fonte da Talha, Bairro da Rosa e Bairro das 28 habitações da Conchada) e por vários imóveis dispersos na área central da cidade. A função primordial do Departamento de Habitação consiste em proporcionar qualidade de vida aos munícipes vítimas de situação de carência habitacional. Actualmente, desenvolve um conjunto de programas no âmbito do realojamento, como o “PROHABITA”²⁴, e no âmbito da reabilitação de prédios particulares os programas nacionais como o “RECRIA”, o “RECRIPH” e o “SOLARH”, além da Reabilitação com Intervenção da Câmara. O RECRIA é um Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados, para imóveis que tenham pelo menos um inquilino anterior a 1980. A participação é variável em função do tipo de ocupação e do valor das rendas. O RECRIPH refere-se ao Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis em Propriedade Horizontal, destina-se a obras em partes comuns de imóveis anteriores a 1970, com pelo menos 4 fracções em que apenas uma pode ser não habitacional. A participação é fixa de 20% do valor da obra. O último programa, o SOLARH, é o Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação, cujo destino são os imóveis cujos proprietários se prefiguram como pessoas de muito baixos recursos. O processo de reabilitação com intervenção da Câmara tem como objectivos a garantia de condições de segurança e salubridade e impedir situações de risco para a via pública ou imóveis vizinhos (Câmara Municipal de Coimbra).

No âmbito da formação e da integração social dos munícipes de contextos económicos desfavorecidos, o Departamento de Habitação desenvolve consórcios e parcerias como o “Projecto Trampolim”, o “Centro de Realojamento da Baixa”, o “Centro Cívico do Planalto” e a “Dia dos Vizinhos”, o Projecto “Coimbra – Cidade de Todos”, o “Modelo Integrado de Actuação com a População Cigana”, o “Parque de Nómadas”, sendo estes três últimos programas dedicados exclusivamente à população cigana.

O Projecto Trampolim tem como objectivo a integração de crianças e jovens de contextos económicos desfavorecidos provenientes do Bairro da Rosa e do Bairro do Ingote. Este projecto tem consórcios com várias instituições. O Centro de Realojamento

²³ Informação obtida na página electrónica da Câmara Municipal de Coimbra: www.cm-coimbra.pt.

²⁴ Cujo objectivo explicitarei mais adiante.

da Baixa tem como objectivos a criação de um espaço que permita à Câmara realojar de forma regular oito famílias e a construção de vários apoios sociais para a Cozinha Económica, que é a proprietária do edifício, nomeadamente um Centro de dia, uma Lavandaria, Apoio Médico e Serviço de Refeições para 70 utentes.

O Centro Cívico do Planalto, projecto de execução em curso, tem como objectivos a criação de um Centro Cívico com um Pavilhão Desportivo, um Teatro para 280 espectadores, um Edifício de Serviços Comuns a Associações, Colectividades e apoio à Criação de micro-empresas, assim como a criação de um Centro Residencial e Social composto por uma Residência Assistida, por um Lar de Idosos e por um Centro de Jovens, Adultos e Crianças em Risco.

O Dia dos Vizinhos, uma iniciativa da *European Neighbour's Day*, tem como finalidade a estimulação das relações de vizinhança entre vizinhos do mesmo Bairro, rua ou prédio. Esta iniciativa acontece sempre na última terça feira do mês de Maio, sendo que em 2009 esta iniciativa teve lugar a 26 de Maio e pretendeu ser um dia dedicado a momentos de convívio entre vizinhos em que a Câmara Municipal de Coimbra protagoniza um papel de estímulo, divulgação e apoio a todas as iniciativas.

O Projecto Coimbra – Cidade de Todos tem como finalidade a criação de condições para a formação e a inserção profissional de homens e mulheres de cultura cigana residentes na cidade de Coimbra, combatendo assim o racismo e a xenofobia no mercado de trabalho. Este projecto teve início em Outubro de 2004, sendo financiado pela Iniciativa Comunitária EQUAL e tem vindo a complementar a intervenção realizada no Centro de Estágio Habitacional – Parque de Nómadas.

O Centro de Apoio Social tem como principais competências a prestação de apoio social aos residentes no Parque de Nómadas, tendo em vista a sua integração na sociedade e mercado de trabalho. O “Parque de Nómadas” funciona como centro de estágio habitacional, único a nível nacional, e tem como objectivos a recepção em curta estadia de famílias com características culturais, étnicas e sociais únicas, que é o caso das famílias de etnia cigana, proporcionando condições de educação e formação de como se vive numa habitação. É composto por onze habitações e um Centro de Acção Social, cuja meta final será a inserção dessas famílias em habitações no centro da cidade.

O “Modelo Integrado de Actuação com a População Cigana” pretende dar resposta à particular vulnerabilidade, pobreza e exclusão social de que é vítima a população cigana, actuando especificamente ao nível das carências habitacionais, das baixas competências pessoais, sociais e profissionais da população cigana, desemprego de longa duração, fraco acesso aos serviços e baixos níveis de participação social, baixa taxa de escolarização e desvalorização da educação enquanto factor de inserção. Este

Modelo Integrado tem nove parcerias com as seguintes instituições: a Câmara Municipal de Coimbra, a Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra, a Associação Social Recreativa Cultural Cigana de Coimbra, a Associação Fernão Mendes Pinto, a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Associação Comercial e Industrial de Coimbra, o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural I.P, a Câmara Municipal de Ovar e o Centro de Estudos territoriais. Deste projecto resultou um documento denominado “Modelo Integrado de Actuação com a População Cigana” (*vide* anexo II) no qual se pretende transmitir a boa prática implementada em Coimbra no acompanhamento social à população cigana (Câmara Municipal de Coimbra). O Município tem portanto entre mãos, um conjunto de projectos dedicados exclusivamente à integração da população cigana na sociedade, que não sendo claramente a maioria, é parte integrante do inquilinato municipal.

3.1.3. O Processo de Realojamento

3.1.3.1. Programas de Realojamento

Existem três meios pelos quais se pode aceder a habitação municipal ou arrendada no mercado privado e respectivo subarrendamento. São eles: o programa PROHABITA, as “Situações de Emergência” e Concurso Público²⁵. Este último meio actualmente não está em vigor, pois ultimamente o Município não procedeu à construção de mais habitações²⁶.

Actualmente, a atribuição de habitação tem sido feita somente por dois caminhos diferentes, as “Situações de Emergência” e o “PROHABITA”, apesar de estes terem a mesma tónica pois ambos se referem a situações de grave carência habitacional e o mesmo objectivo que será a atribuição de uma habitação a famílias em grave risco habitacional e social.

Segundo a Deliberação nº 1453 de 25 de Novembro de 2002, a Câmara Municipal de Coimbra comprometeu-se à definição do conceito de “situação de emergência”, já presente na legislação em vigor (Decreto-Lei nº 797/76 de 06 de Novembro), contudo sem estar tipificada. Esta situação colocava nos meios de decisão autárquicos uma excessiva margem de discricionariedade face ao enorme volume de solicitações à Câmara Municipal de Coimbra para atribuição de habitação por diversas situações de carências económicas e sociais, numa cidade e concelho onde os preços e rendas dos fogos continuam a níveis incomportáveis para uma significativa parte das famílias. Verificou-se, assim, a necessidade de definir com rigor o conceito de “situação de emergência”:

²⁵ Para realojamento de carácter urgente e temporário existe a casa das cruces, no centro de Coimbra.

²⁶ Antes de serem estabelecidas as “situações de emergência”, há cerca de oito anos, a atribuição de habitação era feita sobretudo através de concurso público com base no Decreto-Parlamentar nº 50/77.

“Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a), do nº1 do artº 9º do Dec.-Lei nº 797/79 de 06 de Novembro, considera-se situação de emergência:

- O estado de grave risco para a sobrevivência da pessoa ou pessoas, que consiste na carência de habitação e na impossibilidade de a ela aceder(em) pelos seus próprios meios;

1) Na identificação do estado de grave risco para a sobrevivência devem ser especialmente ponderados:

a) A existência de menores em risco;

b) A existência de pessoas idosas ou com deficiência, com elevado grau de dependência e sem meios familiares ou institucionais adequados a quem recorrer;

c) O carácter decisivo que o acesso a uma habitação possa ter no processo de cura ou estabilização de grave enfermidade ou de recuperação de alcoolismo ou toxicodependência.

2) Considera-se como parâmetro da avaliação de impossibilidade de aceder a uma habitação pelos seus próprios meios uma capitação do rendimento inferior à metade do salário mínimo nacional, depois de deduzido do rendimento do agregado o valor da renda condicionada de uma habitação municipal de tipologia adequada.

O valor da renda condicionada será anualmente fixado pelo Departamento de Habitação para as diferentes tipologias” (Deliberação nº 1453 de 25 de Novembro de 2002).

As “situações de emergência” possuem um mapa de classificação dos pedidos de habitação para dar prioridade às famílias com situações mais urgentes para enquadramento em “situação de emergência” (*vide* anexo III). Através da pontuação de todas as situações de carências sociais, económicas e habitacionais faz-se uma triagem das situações mais graves a enquadrar em “situação de emergência”.

Segundo o Decreto-Lei nº 135/2004 de 3 de Junho, “o PROHABITA – Programa de Financiamento para Acesso à Habitação, visa a resolução de situações de grave carência habitacional de agregados familiares residentes em território nacional”, mediante a celebração de um acordo de colaboração entre os municípios. A Câmara Municipal de Coimbra e o Instituto Nacional de Habitação (actual Instituto da Habitação e Reabilitação Urbanística) celebraram este acordo a 10 de Janeiro de 2005 (Câmara Municipal de Coimbra).

Os agregados familiares que se encontram enquadrados no “PROHABITA” têm doze anos como período de tempo estabelecido para residir na habitação. Depois desse período, será feita uma reavaliação à sua situação sócio-económica, esperando-se naturalmente que ao fim deste período a família já tenha maior capacidade para aceder a uma habitação. Durante estes doze anos o programa financia a renda das casas das famílias realojadas, em que uma parte é financiada pelo IHRU, outra parte pela Câmara Municipal de Coimbra e a última parte é financiada pelo próprio arrendatário em regime de renda apoiada. Este programa possui uma base de dados com a lista dos agregados familiares enquadrados e actualmente está a proceder-se ao realojamento dessas famílias.

3.1.3.2. O processo de atribuição de habitação

Na prática, o processo de atribuição de habitação começa com um pedido. O pedido é feito através dos próprios munícipes, que se dirigem ao Departamento de Habitação e explicitam a sua situação, ou através de instituições ou juntas de freguesia que colaboram no processo de realojamento. Depois da entrega dos vários documentos actualizados do agregado familiar e respectivo comprovativo dos rendimentos, declaração da Repartição de Finanças em como não possuem imóvel para habitação no concelho de Coimbra, relatórios médicos dependendo do caso e outros documentos, faz-se a proposta para abertura do processo, procede-se ao estudo socio-económico do agregado familiar, a reuniões entre os técnicos e as famílias e possíveis instituições que acompanham as famílias, a visitas domiciliárias, ao cálculo da renda apoiada, à assinatura do termo de aceitação quer da habitação, quer da renda por parte das famílias, à instrução da proposta de realojamento para reunião de Câmara, à celebração de contratos de arrendamento e/ou subarrendamento e, finalmente, à entrega das chaves da habitação à família.

Este processo burocrático pode ser demorado, pois tem diversas fases e é alvo de várias propostas para as quais é imprescindível a aprovação superior. Para melhor compreensão deste procedimento, faculto em anexo o fluxograma da “Descrição do Processo de Gestão da Habitação” (*vide* anexo IV) com todas as etapas necessárias para a conclusão de um processo de realojamento.

Importa referir assim que cada técnico da Divisão de Gestão Social do Departamento de Habitação tem um dia específico de atendimento aos munícipes, assim como diferentes freguesias à sua responsabilidade. O dia de atendimento a novos pedidos de habitação é a sexta-feira.

O pagamento da renda por parte dos inquilinos municipais faz-se através da “renda apoiada” (*vide* anexo V), que é um regime de renda de cariz social que se baseia “na existência de um preço técnico, determinado objectivamente, tendo em conta o valor

real do fogo e de uma taxa de esforço determinada em função do rendimento do agregado familiar. É da determinação da taxa de esforço que resulta o valor da renda apoiada” (Decreto-Lei nº 166/93 de 7 de Maio).

3.2. Objectivos do estágio

O meu estágio curricular no âmbito do Mestrado em Sociologia decorreu na Divisão de Gestão Social do Departamento de Habitação da Câmara Municipal de Coimbra sob a supervisão da Dra. Isabel Geraldo, Técnica Superior de Sociologia da Divisão de Gestão Social e sob a orientação do Dr. Claudino Ferreira, docente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

No âmbito do meu estágio de mestrado, cuja duração foi de quatro meses, acompanhei o processo de realojamento de famílias carenciadas, inscritas no Departamento de Habitação e que foram realojadas pela Câmara Municipal de Coimbra ao abrigo dos programas: “Situações de Emergência” e “PROHABITA”. Estes dois programas, como referi têm como objectivo a resolução de situações de grave carência habitacional. Através deste acompanhamento, pude fazer o levantamento de informação junto das famílias realojadas, em propriedade privada sob o regime de subarrendamento, a sua caracterização sócio-demográfica, a composição familiar, os trajectos e as condições de vida e os níveis de satisfação para com a habitação e para com o Departamento de Habitação (as necessidades, as expectativas e o que podem dar em troca). Com base na informação recolhida procedi à tipificação de perfis, trajectórias, projectos de vida e necessidades destas famílias. Como segundo objectivo, procedi à realização de um Manual de Boas práticas de Realojamento (*vide* anexo VIII), como resultado de toda a minha observação *in loco* e de toda a minha pesquisa, pretendendo ser esta a componente mais reflexiva do meu trabalho.

3.2.1. Metodologia utilizada

Como metodologia principal, utilizei a técnica da entrevista semi-directiva para com as famílias realojadas. Esta técnica era a mais adequada para recolher informações detalhadas sobre a caracterização sócio-demográfica do(a) entrevistado(a) e do seu agregado familiar, a inserção na esfera económica, as trajectórias sócio-profissionais (atitude face à formação escolar e trabalho), os percursos de mobilidade geográfica e social, as relações intergeracionais e inter-étnicas, a avaliação da habitação, do bairro e da actuação camarária aquando do seu realojamento e a inserção no novo contexto habitacional (a apropriação do espaço e as sociabilidades).

A técnica da entrevista permitiu analisar o sentido que os entrevistados dão às suas práticas, respeitando os seus quadros de referência, assim como o estudo desta temática em profundidade, com a flexibilidade e liberdade que esta técnica nos possibilita. Para a

realização das entrevistas, desloquei-me a casa das pessoas e tentei criar um ambiente de conversa informal, para que assim conseguissem falar das suas experiências pessoais, dos seus trajectos de vida e do processo de realojamento por que passaram. Utilizei também esta técnica para com os Técnicos Superiores do Departamento de Habitação e do Centro Municipal de Acção Social, de forma a recolher informações sobre o modo como se processa o realojamento, assim como opiniões sobre as reacções e o comportamento das famílias durante o processo de realojamento. Como métodos complementares, mas de extrema importância, utilizei a recolha de dados junto dos Técnicos Superiores da Divisão de Gestão Social do Departamento de Habitação, assim como a análise documental, aliadas à imprescindível consulta dos processos das famílias e de outros documentos considerados relevantes.

3.2.2. Definição, dimensão e composição da amostra

Neste estudo, foi utilizada uma amostra de aproximadamente trinta por cento do universo da população (noventa e oito processos), que corresponde a trinta agregados familiares. Depois de feita a análise dos processos, foram seleccionados trinta considerados mais graves, dos quais cinco são “situações de emergência” e vinte e cinco estão enquadrados no programa PROHABITA. Relativamente às nacionalidades dos entrevistados, registei vinte e seis nacionalidades portuguesas, uma bielorrussa e três duplas nacionalidades: duas são-tomenses e portuguesas e outra brasileira e portuguesa. Da totalidade dos trinta processos, existem seis famílias de etnia cigana. A selecção dos processos foi feita através de vários critérios, abaixo transcritos, para assim encontrar os casos considerados mais graves dentro de um universo com situações sociais e económicas por si só já muito complicadas relativamente à situação habitacional, sócio-económica e história de vida dos agregados familiares.

3.2.3. Actividades realizadas

O meu estágio curricular no âmbito do Mestrado em Sociologia teve início a 10 de Fevereiro e terminou a 10 de Junho de 2009. Primeiramente, e depois de me reunir com a minha supervisora, a Dra. Isabel Geraldo, decidimos qual seria a amostra do meu estudo, que incidia somente nos casos de realojamento por arrendamento e consequente subarrendamento no mercado privado: aproximadamente trinta por cento do universo da população que reuniria as situações consideradas mais críticas do ponto de vista social e habitacional inseridas em dois programas distintos de realojamento: as “situações de emergência” e o PROHABITA.

Após ter analisado todos os processos e ter retirado a informação que me parecia relevante, uma actividade um pouco morosa devido ao elevado número de processos, dediquei-me à tarefa da realização de uma triagem, em que me permitiria seleccionar os trinta piores casos segundo o ponto de vista social, económico e habitacional, consoante

alguns critérios definidos por mim que passo a citar: o número de indivíduos do agregado familiar que exercem uma actividade profissional, nível de escolaridade de cada indivíduo do agregado familiar, o rendimento *per capita*, a existência de situações de enfermidade, alcoolismo, toxicoddependência e violência doméstica, a existência de menores em risco, as condições habitacionais anteriores ao realojamento e um trajecto, história de vida com especial interesse. Foram estes os critérios que se me afiguraram como mais importantes para a selecção das situações sociais, económicas e habitacionais mais problemáticas. Depois de escolhidos os processos a estudar, o objectivo era entrevistar estas famílias de modo a poder retirar informação sobre os seus percursos de vida e do modo como decorreram os seus processos de realojamento.

A minha tarefa seguinte foi então, a elaboração de um guião para as entrevistas com os agregados familiares realojados (*vide* anexo VI), tarefa para a qual contei com o auxílio da minha supervisora e do meu orientador de estágio e que ainda me ocupou algum tempo e para a qual tive que proceder a pesquisas. Elaborei então um guião por tópicos, devido à imensa quantidade de informação que pretendia obter. O objectivo era que as perguntas propriamente ditas se fossem desenvolvendo naturalmente à medida que a conversa com os entrevistados ia fluindo e foi o que de facto aconteceu.

Para poder realizar as entrevistas, tive que recolher os contactos telefónicos destes agregados familiares, grande parte dos quais não se encontrava nos processos das famílias. Para isso, pude contar com a ajuda irrepreensível dos técnicos da Divisão de Gestão Social. O próximo objectivo foi a marcação das entrevistas, a tarefa em que senti mais dificuldade, pois nalguns processos, os números telefónicos estão desactualizados ou as pessoas não atendiam as chamadas telefónicas. Esta tarefa foi um pouco morosa e desgastante, mas consegui ultrapassá-la com grande persistência e com a deslocação à própria habitação, ou local de trabalho das pessoas, embora tenha conseguido falar pelo telefone com a maioria. Quando abordadas pelo telefone, a grande maioria mostrava-se disponível para a realização da entrevista, nalguns casos denotava-se uma satisfação por poderem falar e serem ouvidos por alguém; mas, por outro lado, também uma certa desconfiança. Em apenas dois casos pontuais, as pessoas não se disponibilizaram para a realização das entrevistas por dificuldades de horário.

Simultaneamente à marcação das entrevistas, desloquei-me a casa das pessoas para a realização das mesmas, sendo de uma maneira geral sempre muito bem recebida.

Elaborei também um guião para as entrevistas com os técnicos superiores da Divisão de Gestão Social do Departamento de Habitação (*vide* anexo VI), adaptando este último guião para a realização das entrevistas no Centro Municipal de Acção Social situado no bairro da Rosa. Com estas entrevistas, a minha finalidade prendia-se com a recolha de informação sobre o processo de realojamento, como este decorre, quais as etapas a

seguir, quais as principais dificuldades associadas a este, os aspectos de maior e menor satisfação sentidos pelas famílias realojadas e o seu respectivo comportamento, a sua integração no local/bairro em que moram e os estereótipos associados com esses locais. A realização destas entrevistas foi mais simples, pois, no primeiro caso, era no meu próprio local de estágio e no segundo caso, com a ajuda da minha supervisora de estágio, procedi à marcação das entrevistas, sendo muito bem recebida no Centro Municipal de Acção Social. Da parte dos técnicos, senti disponibilidade e apoio para a concretização dos meus objectivos, oferecendo-se mesmo para a cedência e pesquisa de material pertinente para a minha pesquisa.

4. CARACTERIZAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO

Realizei trinta entrevistas a famílias realojadas pela Câmara Municipal de Coimbra pela modalidade de subarrendamento através dos programas “situações de emergência” e PROHABITA. Importa referir que estas trinta histórias de vida, apesar de serem todas diferentes, possuem algo em comum. Estas características comuns são as carências económicas, que originam as carências habitacionais. Faço uma ressalva à análise das entrevistas, que será feita de um modo mais geral devido ao seu elevado número.

As entrevistas foram realizadas, à excepção de uma, em casa das pessoas. Devo referir que fui recebida com simpatia e consegui que as pessoas criassem uma certa empatia comigo, se abrissem acerca das suas vivências, mais nuns casos do que noutros, mostrando algumas vezes emoção ao recordar o passado. Ainda que o ambiente familiar (crianças, barulhos) pudesse condicionar um pouco a entrevista, pois esta foi uma dificuldade sentida em alguns casos. Das trinta entrevistas houve apenas um caso de não autorização da gravação e a sua duração média foi de uma hora. Entrevistei vinte e oito mulheres e dois homens, estes últimos de etnia cigana. Relativamente às famílias estas eram de diversas tipologias desde agregados familiares com um a oito elementos no máximo, o caso de uma família cigana. Das trinta famílias, seis eram de etnia cigana. As habitações das famílias estão dispersas pelas várias freguesias da cidade de Coimbra e em relação ao tipo de habitação a maioria era em propriedade horizontal e de tipologia T2 e T3. Como observadora, pude constatar que, de maneira geral, as habitações se apresentam arrumadas e asseadas, ainda que algumas delas tivessem pouco mobiliário, que evidentemente se deve aos baixos rendimentos das famílias.

4.1. Principais conclusões das entrevistas realizadas às famílias realojadas

4.1.1. Emprego

Como já referi, a maioria dos entrevistados são mulheres que estão desempregadas ou que alegam não poder trabalhar por motivos de saúde, nomeadamente problemas físicos e neurológicos, porque não têm mais ninguém que tome conta dos seus filhos ou porque não conseguem um horário compatível com a sua vida familiar.

“Fazia horas em casa de senhoras mas como elas queriam que eu ficasse efectiva e eu não podia ficar efectiva porque pronto, tinha a menina” (E. 30, F, 44 anos, desempregada).

Há casos de entrevistados que têm a consciência de que não conseguem empregar-se devido às baixas qualificações que possuem.

“Eu não tenho emprego porque não tenho estudo” (E. 9, F, 38 anos, desempregada).

Esta amostra é caracterizada por um baixo nível de instrução. Na grande maioria, os entrevistados apresentam baixas qualificações, assim como os seus progenitores. Existem mesmo casos de mulheres ciganas que não sabem ler nem escrever e a qualificação mais elevada diz respeito a uma entrevistada com um curso superior (E. 4).

Em geral, as pessoas desempregadas estão inscritas no Centro de Emprego, sem grande expectativa de encontrar trabalho, embora alguns falem mesmo da sua procura activa de emprego, “culpando” também a crise económica actual. E quando conseguem arranjar trabalho, são situações de emprego temporário ou informal.

“Já corri tanto trabalho, olhe, liguei agora para um restaurante cá em Coimbra disse que não, que já tinha pessoal e depois perguntou-me a minha idade, mas a idade penso que não tem nada a ver com o resto, que eles querem uma pessoa que seja esperta, que tenha capacidade, que seja com experiência, que eu já tenho experiência de muitos anos, eu para a caixa tenho vinte e sete anos de trabalho desde que saí da escola com catorze anos” (E. 6, F, 55 anos, desempregada).

“Procurei muito, procurei tudo, procurei com assistentes sociais (...) mesmo por mim, jornal, telefone, tudo, não houve hipótese” (E. 23, F, 37 anos, frequenta curso profissional).

“Procurei sempre emprego, aliás recebi subsídio de desemprego, tinha quinzenalmente de me apresentar na junta de freguesia e tinha que apresentar umas folhinhas que eles nos dão para nós contactarmos as empresas à procura de emprego depois a entidade patronal da empresa tinha que assinar e carimbar em como nós tínhamos ido à procura de emprego” (E. 14, F, 45 anos, empregada de limpeza).

De salientar que, actualmente existem três casos de frequência no Programa Operacional para Carenciados (POC) do Instituto de Emprego e Formação Profissional e um desses casos é o de um indivíduo de etnia cigana. Devo sublinhar que o caso das famílias ciganas é uma situação muito particular pois, “embora os ciganos usem agora os centros de emprego, em resultado do RSI, eles não conseguem na maior parte das vezes colocar os ciganos num emprego devido, em parte, à relutância dos empregadores” (ERRC e Númena, 2007: 56).

4.1.2. Educação dos filhos

Em relação à importância que atribuem à educação dos filhos, todos os entrevistados demonstraram preocupação na prossecução dos estudos por parte deles, querendo-lhes dar um futuro que eles não tiveram.

“Importantíssimo, eu bato todos os dias na mesma coisa, acho que é importantíssimo...é uma batalha” (E. 3, F, 50 anos, reformada por invalidez).

“Dou muita, tento dar a eles o que eu nunca tive, tento fazer o melhor para que eles estudem, para que vão para a escola, para que vão limpos, levem comida, os lanches, o pequeno-almoço” (E. 5, F, 27 anos, desempregada).

Eu ponho sempre em primeiro lugar (a educação dos filhos) acho que é uma das coisas (...) para além da alimentação, do bem-estar e isso, a educação é uma das coisas primárias” (E. 14, F, 45 anos, empregada de limpeza).

“Espero que ele estude muito, que tire a profissão que ele goste, que depois arranje um trabalho, pronto, tenha a vidinha dele” (E. 23, F, 37 anos, frequenta curso profissional).

Contudo, são muito poucos os casos de entrevistados que ambicionem que os filhos frequentem o ensino superior. No geral, afirmam que os seus filhos se interessam pela escola, embora existam alguns casos de maus resultados escolares, chumbos ou mau comportamento. A clara maioria dos filhos dos entrevistados deseja completar uma habilitação menor que lhes permita entrar o mais depressa possível no mercado de trabalho.

Importa salientar ainda que aparecem dois casos de crianças com mau comportamento ou hiperactividade, como consequência das más experiências por que passaram.

4.1.3. O Processo de Realojamento

4.1.3.1. Conhecimento do Departamento de Habitação

Relativamente ao modo como tiveram conhecimento do Departamento de Habitação, na maior parte dos casos os entrevistados já o conheciam ou tiveram conhecimento do mesmo através de familiares ou amigos. A presença de instituições sociais que intermediaram este contacto entre as famílias e o Departamento de Habitação também se faz sentir em alguns casos.

“Há uma colega minha (...) que era do Ingote, que me via sempre a chorar e dizia-me o que é que tu tens, eu disse eu não consigo suportar a minha renda, eu não consigo (...) então recebia 300 euros, eram 250 para a renda e depois tinha que pagar água, luz e comer (...) ela disse olha, vais fazer uma coisa, vais falar com o senhor Vereador (...) e expões a tua situação (...) fiz a cartinha ao Vereador e pedi-lhe por tudo que avaliasse a minha situação e então não tive problema nenhum, tive resposta imediata” (E. 9, F, 38 anos, desempregada).

“Havia pessoas que tinham casas da Câmara e diziam-me, olha, vai ali na baixa pronto, eu tive que procurar” (E. 5, F, 27 anos, desempregada).

“Elas é que fizeram carta para mim (técnicas da Segurança Social), fui lá entregar (...) elas telefonavam (...) quando comecei a ter problemas elas começaram a fazer pressão à Câmara porque eu estive mesmo com o prazo de quinze dias para sair de casa” (E. 11, F, 35 anos, desempregada).

4.1.3.2. Motivos para o pedido de habitação

Os motivos que levaram ao pedido de habitação prendem-se com questões de carências habitacionais e económicas. Relativamente às carências habitacionais, que dizem respeito à maioria dos casos estudados, existem condições habitacionais muito precárias, tais como viver em barracas, quartos, garagens, casas sem as condições habitacionais básicas ou até mesmo debaixo da ponte, situações de sobreocupação.

“Chegámos lá, pagámos um quarto, um quarto que a cama de casal era assim encostada numa parede e ao fundo da cama tinha uma cortina onde passava um senhor para outro quarto todas as noites eu e o meu marido dormíamos naquele quarto, só tinha a cama e o guarda-fatos, não tínhamos mais nada, podíamos tomar banho duas vezes por semana mas a mulher desligava sempre e tomávamos sempre de água gelada em pleno inverno (...) fomos viver para a garagem dele, com o dinheiro que dávamos para o quarto comprámos uma mobília, vivemos dentro de uma garagem onde só havia água, não havia casa de banho, fazíamos as necessidades no balde e depois despejávamos (...) depois ainda tive aqui uma casa alugada por cinquenta em seis contos (...) mas aquilo foi pior a emenda que o soneto (...) fui para essa casa um ano antes de vir para esta (...) tinha água e luz num anexo não tinha casa de banho, para tomar banho tinha que ser numa bacia, a casa não tinha portas por dentro (...) depois (...) começou a chover-me na cama” (E. 8, F, 43 anos, desempregada).

“Não tinha água, nem luz, tinha a barraca de madeira (...) só que na altura deitaram aquilo abaixo e não atribuíram casa e então eu não tinha para onde ir, fui ali para baixo da ponte do IC2” (E. 15, H, 27 anos, desempregado, etnia cigana).

“Passava uma vala por baixo da casa, a casa era húmida (...) depois foram lá os bombeiros (...) a água chegava ao ponto de entrar pelas janelas (...) e eles é que fizeram a procuração à Câmara os engenheiro andaram lá por baixo da vala (...) a água já tinha destruído aquilo tudo porque andava por baixo da casa” (E. 16, F, 35 anos, desempregada).

“Vivi lá dois anos numa barraca, era cada ratazana que metia medo” (E. 1, F, 37 anos, doméstica).

Todas as famílias estudadas sofrem carências económicas, mas uma minoria vivia com boas condições habitacionais, mas com uma impossibilidade por parte do(a) munícipe para efectuar o pagamento das rendas devido ao seu elevado valor comparativamente aos rendimentos da família, podendo levar em alguns casos a uma acção de despejo²⁷.

Uma minoria dos casos estudados dizem respeito à saída de casa por situações de violência doméstica, ainda que vivessem em boas condições físicas.

²⁷ É interessante verificar que, enquanto que há alguns anos existiam sobretudo situações de grave carência habitacional, hoje em dia os motivos principais são a incapacidade de cumprir o pagamento das prestações de compra de habitação e das rendas de casa, o que leva a que muitas pessoas que aparecem no Departamento de Habitação já estejam a ser alvo de acções de despejo.

A grande maioria dos processos de realojamento desenvolveu-se por vontade própria das famílias e, por vezes, uma vontade desesperada de quererem melhorar as suas condições habitacionais.

“Fui eu que quis ir lá claro, aí quis ganhar casa, quis sair das condições que estava não é, ainda para mais já tinha a mais velha” (E. 1, F, 37 anos, doméstica).

4.1.3.3. Procedimentos burocráticos

Relativamente ao decorrer do processo de realojamento, na maior parte dos casos foram as pessoas entrevistadas que trataram de todos os procedimentos, desde enviar cartas, ir a reuniões com o Vereador e os técnicos no Departamento de Habitação, juntar todos os documentos necessários para o estudo sócio-económico do seu agregado familiar. Sempre que surgia um dado novo, tinham a obrigação, e ainda têm, de informar os técnicos. Referem-se a este processo como burocraticamente pesado.

“Precisei de entregar documentos (...) entregar declarações médicas, tudo, tudo e a Câmara Municipal foi quatro e cinco vezes à garagem, olhar onde eu morava (...) quando me falaram já tem contrato, já tem casa eu chorei (...) e agora já moro nesta casa há cinco anos” (E. 4, F, 50 anos, fisioterapeuta por conta própria).

“Tive que apresentar os meus rendimentos, foram fotografar a casa (...) ver as condições em que estávamos (...) eles pediram relatórios médicos” (E. 14, F, 45 anos, empregada de limpeza).

“Escrevi, fui lá pessoalmente levar a carta, entreguei, puseram-me o carimbo, eu fiquei com a fotocópia (...) pediram-me toneladas de papéis (...) consegui arranjar tudo” (E. 23, F, 37 anos, frequenta curso profissional).

Quando não foi a pessoa entrevistada a tratar dos procedimentos relativos ao processo de realojamento, foi o seu cônjuge ou companheiro(a), sendo que a clara maioria dos processos contou mais com a iniciativa do elemento feminino, no caso dos casais. Uma minoria de casos teve ainda a intervenção de instituições, como se pode constatar nos depoimentos seguintes.

“Foi através dos serviços sociais dos hospitais porque eu como tinha problemas graves de saúde (...) em princípio teria direito a uma casa uma habitação social (...) depois eles organizaram tudo (...) e depois entraram em contacto com os serviços sociais da Câmara” (E. 3, F, 50 anos, reformada por invalidez).

“Houve uma vez um temporal muito grande que afectou muito em Coimbra e a casa choveu lá dentro e assim e depois eu fui pedir ajuda à Câmara, primeiro pedi à pedopsiquiatra que ele andava nas consultas (o filho) e foi ela é que pôs o processo na Câmara” (E. 2, F, 41 anos, assistente operacional em jardim-de-infância).

Convém referir que, numa minoria dos casos, os próprios inquilinos procuraram uma habitação com a autorização dos técnicos do Departamento de Habitação, sempre dentro de determinados parâmetros estabelecidos.

“Deram-me uma tabela para eu procurar casa, que era aquele x e eu procurei e depois apresentei, na altura comuniquei, veio cá a engenheira (...) a senhora gosta da casa? Quer ficar nesta? Pronto e não estava no limite que me tinham dado aquele x para pagar, só que mandaram fazer umas alterações logo ao senhorio” (E. 14, F, 45 anos, empregada de limpeza).

É importante mencionar, tal como vou referir na análise das entrevistas aos técnicos, que se denota um preconceito existente em alguns entrevistados, senão quase todos, relativamente aos bairros municipais, afirmando mesmo que se fosse essa a alternativa habitacional não a aceitariam.

“Queriam-nos por para o Ingote e eu disse calma, para o Ingote está fora de questão, já tirei o meu marido da droga e do vinho e vou para lá levar os meus filhos que estão criados neste ambiente, prefiro estar aqui onde estou, a chover-me em cima e tudo” (E. 8, F, 43 anos, desempregada).

4.1.3.4. Satisfação das famílias realojadas

O aspecto de menor satisfação referido durante o processo de realojamento foi, sem dúvida, o tempo de espera, psicologicamente muito pesado, podendo ir desde alguns meses até mais de cinco anos, com todas as angústias, impaciências e ansiedades que esta situação acarreta para as famílias realojadas. Em alguns casos, as pessoas dirigiram-se mesmo várias vezes ao Departamento de Habitação para se informarem do andamento do seu processo e assim poderem também “pressionar” os técnicos para uma resolução mais rápida do seu problema habitacional. Tanto as famílias realojadas como os técnicos referem a grande quantidade de burocracia que, apesar de necessária, pela sua morosidade, prolonga bastante no tempo um processo de realojamento.

“Custou um bocadinho (...) com aquela ansiedade para vir ver a casa, vir ver se a gente ia para um sítio melhor, se a gente vinha para um sítio pior, pior do que aquele em que a gente estava não podia ir” (E. 7, F, 32 anos, desempregada).

“Quem está numa situação destas, acha sempre que é moroso, foram quatro anos quase cinco (...) ainda tentaram primeiro que a senhoria fizesse obras (...) em termos de meios, eu acho que fizeram o possível e o impossível mas para quem está à espera é sempre muito tempo (...) realmente vale a pena, apesar de tudo” (E. 3, F, 50 anos, reformada por invalidez).

“Ai estive bastante mal, bastante mal mesmo (...) eu nem me quero lembrar dessa época” (E. 23, F, 37 anos, frequenta curso profissional).

4.1.4. Vivências anteriores ao realojamento

Existem alguns casos de munícipes que relembram com saudade a habitação anterior, as relações de vizinhança e amizade que tinham nessa época. Este é um aspecto que nos remete para a complexa questão da desterritorialização das famílias com ligações emocionais ao local onde moravam e às relações de amizade existentes.

“Quando eu ia ao Porto e assim, ela tratava dele (do cão) e tudo, era um espectáculo (...) deixei muitas saudades com ela, acredite foi uma vizinha que eu deixei, que eu tive muita pena de deixar” (E. 1, F, 37 anos, doméstica).

Ainda que não seja a maioria, que nem sequer olha para trás. Se compararmos as duas situações, sem dúvida que os entrevistados preferem a sua situação actual habitacional, mesmo com as recordações e relações que possam ter deixado no passado.

“Estive em Taveiro muitos anos (...) mas eu não me esqueço (...) aí mas tenho muitas saudades de Taveiro (...) convivia com esta e com aquela e ia para o Centro de dia era um bocadinho (...) já conhecia o pessoal todo, já lá estava há tantos anos (...) Meu Deus, bem mas na casinha estou bem, chove e faz trovoada e eu nem sinto. Lá, com o vento as telhas até se levantavam” (E. 10, F, 70 anos, reformada).

“[Senti-me] um bocado triste porque as minhas filhas nasceram lá e tudo, o meu companheiro nasceu lá, fez lá a vida toda, a família dele também, um bocadinho mas as condições...é muito melhor aqui” (E. 7, F, 32 anos, desempregada).

“Não tive pena, eu lá nunca tive problemas com ninguém, as pessoas gostavam muito de mim (...) não tive pena derivado ao ambiente que eu passei naquela casa, aquela casa só me deixava más recordações (situação de violência doméstica) então sinto-me muito feliz aqui” (E. 29, F, 52 anos, vendedora ambulante, etnia cigana).

“Vive sozinha uma pessoa aqui não é, eu gosto de estar aqui, gosto, mas uma pessoa sozinha...o que vale é que vou de vez em quando ver a minha mãe (que também é inquilina municipal)” (E. 12, 32 anos, desempregada, etnia cigana).

“Vir para aqui não (não teve pena), só que na cidade as pessoas não se conhecem não é, eu às vezes tenho saudades das pessoas de lá (da terra)” (E. 2, F, 41 anos, assistente operacional em jardim-de-infância).

4.1.5. A Habitação

Relativamente à habitação, as famílias mostram-se bastante satisfeitas com a casa que têm, ainda que, por vezes, apontem alguns danos que esta apresenta. A nível da conservação das divisões, o problema mais referido é a humidade, ainda que, no geral, as casas apresentem bons níveis de conservação. Um outro aspecto negativo referido é a falta de espaço ou a altura da habitação. Pude constatar que as famílias se mostram muito apegadas às suas habitações, tecendo-lhes elogios. Denota-se mesmo uma forte apropriação do inquilino municipal à sua habitação.

“Isto para nós era um palácio até que nos fomos habituando” (E. 15, F, 27 anos, desempregado, etnia cigana).

“Em termos de habitação estou melhor, andei de burro para cavalo” (E. 1, F, 37 anos, doméstica).

Em relação às partes comuns, a maioria revela que estão em bom estado e que são limpas periodicamente; uma minoria refere a falta de higiene das pessoas, o mau-uso dos espaços comuns do prédio e as constantes avarias dos elevadores. Quase todas as habitações em propriedade horizontal têm condomínio.

“As partes comuns estão boas com a exceção da falta de civismo que há no prédio que tem dias que aquilo parece uma lixeira lá em baixo tanto que se lê os pedidos que estão lá em baixo na porta é nesse sentido, não pôr o correio para o chão, não pôr as piriscas para o chão” (E. 3, F, 50 anos, reformada por invalidez).

No geral, as famílias mostram-se muito contentes com o local onde moram e com os acessos.

“Gosto porque (...) temos tudo perto, a baixa é perto, as coisas estão todas perto” (E. 7, F, 32 anos, desempregada).

“Tenho aqui o autocarro à porta para o hospital, entro aqui, saio aqui, tenho aqui farmácia, tenho aqui o supermercado (...) em termos de localização para mim é ótimo” (E. 3, F, 50 anos, reformada por invalidez).

Quando questionados sobre o valor da renda, a grande maioria encontra-se satisfeita e afirma que é um valor bastante acessível.

4.1.6. A vizinhança

Relativamente às relações de vizinhança, poucos entrevistados afirmam que são boas, com ligações de amizade. A maioria afirma que são inexistentes, existindo apenas um sentimento de respeito, pois não têm confiança com os vizinhos. Alguns queixam-se da vizinhança nomeadamente em relação ao barulho. Existe um único caso de problemas mais graves com a vizinhança.

“Eu cumprimento as pessoas aqui do prédio, mas dizer que vou para casa de vizinhos e eles para a minha, não” (E. 11, F, 35 anos, desempregada).

“É com respeito. Bom dia, boa tarde, boa noite e mais nada” (E. 1, F, 37 anos, doméstica).

“Tenho pouca ligação com as pessoas, como eu não conheço as pessoas, não deixo que se intrometam na minha casa nem eu me intrometo na casa delas” (E. 14, 45 anos, empregada de limpeza).

4.1.7. Gestão dos rendimentos e apoios

Relativamente aos rendimentos, todas as famílias se encontram inscritas na Segurança Social²⁸ e a maior parte são beneficiárias do Rendimento Social de Inserção²⁹ (RSI). Ainda que doze famílias tenham pelo menos um elemento do seu agregado familiar a trabalhar e duas entrevistadas estejam reformadas.

De acordo com o estudo de Sposati e Rodrigues (1995: 91), “uma primeira condição é a alta incidência das taxas de pobreza e das precárias condições de vida. Uma das constatações do significado da pobreza para a população é o carácter provisório do viver. «Ser pobre é viver o dia-a-dia; é não ter conta no banco, é não saber o dia de amanhã». O provisório transforma-se em crónico e passa a caracterizar a precarização do viver”. Posso afirmar que constatei o mesmo com as entrevistas que realizei, pois a gestão dos rendimentos das famílias é muito complicada. Todas as famílias entrevistadas falam da “ginástica” que têm de fazer para o dinheiro chegar até ao fim do mês e algumas referem que o dinheiro não chega e que por isso se endividam. As despesas mais referidas são as referentes à educação dos filhos, aos medicamentos, assim como as despesas do quotidiano como as contas da água, da luz, do gás e mercearia.

“Muitas das vezes não chega (o dinheiro até ao fim do mês) (...) pagar água, pagar renda, pagar luz, meter comida para casa, muitas vezes tenho que mandar dinheiro para a escola dela...é encolher, como se costuma dizer, nós temos que encolher um bocadinho a bolsa e muitas das vezes nem chega para metade” (E. 7, F, 32 anos, desempregada).

“Já vivi com 180 euros (...) eu ia morrendo...já vii com água, luz e tudo o que é que eu ia comer? (...) Todos os meses peço emprestado, nunca chega (...) ando sempre endividada” (E. 1, F, 37 anos, doméstica).

“O dinheiro é sempre o mesmo, tem que se ter sempre cuidado (...) tenho que gastar pouca luz, pouca água (...) guardar o máximo possível...não comprar roupa, muita roupa é a roupa que me dão” (E. 2, F, 41 anos, assistente operacional em jardim-de-infância).

“É difícil uma pessoa por muito que poupe conseguir com este montante comer três pessoas durante um mês, água, luz, renda por muito pouca que seja, a creche da bebé, é muito complicado (...) poupo de toda a maneira e feito, tira-se de um lado, põe-se noutro,

²⁸ O Sistema de Segurança Social foi regulamentado pela Lei nº 28/84, de 14 de Agosto (Lei de bases da Segurança Social), cujos objectivos são fundamentalmente dois: a protecção dos trabalhadores e das suas famílias «nas situações de falta ou diminuição de capacidade para o trabalho, de desemprego involuntário e de morte» garantindo «a compensação de encargos familiares» e a protecção das pessoas «que se encontram em situação de falta ou diminuição dos meios de subsistência» (Rodrigues *et al.*, 1999: 45).

²⁹ O RSI foi criado em 1996 com a denominação de Rendimento Mínimo Garantido e generalizado em 1997. Esta é uma medida paradigmática na protecção dos cidadãos mais desfavorecidos, introduzindo em Portugal o conceito de inclusão activa, assumindo-se hoje como um direito dos cidadãos (informação obtida na página electrónica do Governo de Portugal:

www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Governo/Ministerios/MTSS/Intervencoes/Pages/20081017_MTSS_Int_SESS_Combat_e_Pobreza.aspx).

depois atrasa-se um bocado o pagamento da água (...) joga-se com a data das coisas” (E. 3, F, 50 anos, reformada por invalidez).

Penso que seria interessante introduzir aqui a figura do Educador Social, para que a integração social destas famílias se faça também através de uma aprendizagem contínua, uma aprendizagem relativamente à organização da sua habitação e da economia doméstica. Retratarei este tema mais pormenorizadamente no Manual de Boas Práticas de Realojamento (*vide* anexo VIII); esta figura já existe no Parque de Nómadas, através do Modelo Integrado de Actuação com a População Cigana, sendo neste caso esta educação social alargada a outras famílias. Aliás, no meu local de estágio pude observar uma reunião deste âmbito entre várias técnicas e uma família de etnia cigana.

A maioria das famílias recebe pouca ajuda de familiares, que muitas vezes também não possuem meios para as poderem ajudar. Contudo, recebem ajuda de Instituições Sociais e também de vizinhos, conhecidos e amigos. Posso então verificar a presença de uma sociedade-providência que socorre estas famílias no seu dia-a-dia. Relativamente a esta questão, invoco Pedro Hespanha e Sílvia Portugal, que afirmam mesmo que o enfraquecimento da sociedade-providência se deve às mudanças ocorridas nas estruturas familiares e da comunidade e os riscos individuais que se afiguram como factores de risco para a vitalidade da sociedade-providência, ameaçando assim a sua capacidade de resposta (2002: 10). O “processo de empobrecimento a que têm estado expostas muitas famílias” e a “redução do tempo livre” são as duas razões fundamentais para a redução da capacidade de resposta da sociedade-providência. “A condição de pobreza comum a todos os membros de uma mesma rede de parentesco ou de vizinhança torna-se um obstáculo sério à entreajuda e ao exercício das solidariedades” (Hespanha e Portugal, 2002: 124). Pois, como concluíram Hespanha *et al.* (2000: 309), “para muitas pessoas há uma clara consciência de que os familiares e vizinhos também são gente pobre e por isso também não podem esperar deles grande capacidade de ajuda”.

4.1.8. Opinião sobre a actuação camarária

A opinião sobre os técnicos do Departamento de Habitação é bastante positiva. Alguns entrevistados afirmam mesmo que estes fizeram tudo o que estava ao seu alcance e a maioria elogia a actuação camarária.

“Não tenho razão de queixa de ninguém” (E. 9, F, 38 anos, desempregada).

“Sei que se empenharam para me poderem ajudar (...) não demoraram muito tempo para me poderem ajudar” (E. 29, F, 52 anos, vendedora ambulante, etnia cigana).

“Vieram aqui, estiveram a mostrar a casa toda, vieram ver o que é que era preciso, se era preciso mais alguma coisa e tudo (...) não tenho nada a dizer deles” (E. 7, F, 32 anos, desempregada).

“Ajudaram muito e interessaram-se” (E. 2, F, 41 anos, assistente operacional em jardim-de-infância).

Alguns inquiridos referem também os conselhos dados pelos técnicos relativamente à casa aquando da entrega das chaves.

4.1.9. Acompanhamento pós-realojamento

Quando inquiridos sobre a utilidade de um Manual do morador, a maior parte dos entrevistados afirma que poderá ser útil, nomeadamente para tomarem conhecimento dos seus direitos e deveres. Regra geral, conhecem mal os seus direitos e quanto aos seus deveres, apenas enumeram o de pagar a renda. Afirmam também que a existência do Manual do morador seria pertinente para o esclarecimento de questões relacionadas com a casa e espaços comuns, nomeadamente em relação a obras ou alterações nas características da habitação.

Quando questionados sobre como se poderia melhorar o acompanhamento pós-realojamento, a maioria refere que está satisfeita com acompanhamento que tem tido. Poucos afirmam que poderia ser feito um acompanhamento mais pessoal que observe a evolução da situação de vida das famílias realojadas, enfatizam a importância de estudos como o meu, de um maior acompanhamento no terreno, ajuda para encontrar emprego e visitas domiciliárias mais regulares³⁰. No entanto, a maioria afirma que os técnicos fazem tudo o que podem e que também não precisam de um acompanhamento mais presente. Penso que será importante referir ainda que este acompanhamento das famílias por parte dos técnicos deve ser diferenciado consoante o realojamento ter sido em bairro municipal ou em propriedade privada (propriedade vertical ou horizontal), devido às diferenças na tipologia habitacional e nos espaços envolventes à habitação, questão esta que também abordarei no Manual de Boas Práticas de Realojamento.

4.1.10. Autonomização em relação à habitação municipal

Como já referi, a grande maioria das famílias afirma a sua satisfação para com a habitação e para com o local onde mora, olhando para essa situação a longo prazo. É conveniente afirmar que numa minoria dos casos estudados existem elementos de uma mesma família em processos diferentes e portanto em diferentes habitações municipais. Existem também casos, ainda que mais uma vez em clara minoria, que já residiram em mais do que uma habitação municipal. A maioria das famílias que entrevistei tinha sido realojada pela Câmara Municipal de Coimbra pela primeira vez.

As famílias entrevistadas reconhecem que a sua autonomização em relação à habitação é um processo praticamente impossível. Vários inquiridos afirmam mesmo que tal situação só seria possível “*se me saísse o euromilhões*”. No entanto, afirmam que ter casa própria seria a concretização de um sonho no entanto cada vez mais difícil de concretizar.

³⁰ Refiro mais uma vez que estas questões serão abordadas com mais profundidade no Manual de Boas Práticas em anexo.

“Eu tinha essa ambição mas cada vez fui perdendo mais essa ambição devido à situação económica que se está a atravessar não é, porque acho que cada vez irá ser mais complicado as pessoas adquirirem uma habitação própria” (E. 14, F, 45 anos, empregada de limpeza).

De salientar um único caso em que a entrevistada (E. 16) mostrou grande vontade e certeza na recuperação económica da sua família, de que esta era apenas uma situação temporária.

4.1.11. Expectativas para o futuro

Relativamente à sua própria vida, os entrevistados não têm grandes expectativas quanto ao futuro. Notei um desânimo geral face aos seus poucos rendimentos e à crise económica, citada como sendo um factor prejudicial à obtenção de um emprego.

Os entrevistados depositam as suas expectativas nos seus filhos e a maioria deseja que estes consigam ter a sua casa própria, alguns olham para a habitação municipal como uma segurança para os filhos.

“Desejava que eles tivessem o próprio lar deles, que eles conseguissem construir ou comprar” (E. 14, F, 45 anos, empregada de limpeza).

Em jeito de conclusão, embora existam casos de famílias perfeitamente funcionais e inseridas no mercado de trabalho, cuja atribuição de habitação social resultou de um “percalço” no seu caminho, a maioria dos casos são famílias multi-problemáticas, com percursos de vida muito complicados, com grandes carências económicas³¹, algumas vezes com um passado recheado de situações de violência doméstica, de dependência de álcool ou de estupefacientes, de pobreza extrema, de más condições habitacionais, muitas vezes em situação de favor em casa de familiares, em quartos, garagens, carrinhas, barracas ou até mesmo debaixo da ponte, para as quais o realojamento trouxe um aumento das responsabilidades e de objectivos. Para estas famílias, o tempo de espera pode significar o adiamento de um projecto de vida e, além da angústia e ansiedade patente em todos os casos, por vezes existem situações sociais muito difíceis por detrás da carência económica e habitacional, que fazem com que esta espera seja vivida de uma forma mais angustiante. Estas famílias encontram na habitação concedida, uma base, um apoio para conseguirem prosseguir a sua vida e, sendo o caso, educar os seus filhos. A habitação personifica uma paz de espírito finalmente alcançada.

³¹ Segundo a investigação de Pegado *et al.*, (1999: 36), “Portugal exhibe o mais elevado risco de pobreza da União Europeia na categoria “famílias grandes – casais com três filhos ou mais”, sendo pobres duas em cada cinco dessas famílias”.

4.2. Principais conclusões das entrevistas realizadas aos técnicos

Realizei sete entrevistas a técnicos superiores com formação superior em Serviço Social, exceptuando uma técnica com formação superior em Sociologia. Destas sete entrevistas, quatro (E. 31, E. 32, E. 33 e E. 37) são relativas aos técnicos da Divisão de Gestão Social do Departamento de Habitação situado no Largo da Fornalhinha e três (E. 34, E. 35 e E. 36) são referentes às técnicas do Centro Municipal de Acção Social (CMAS) localizado no bairro da Rosa, igualmente pertencente à Divisão de Gestão Social do Departamento de Habitação. Cada uma das técnicas do CMAS é responsável por um bairro municipal. Estas entrevistas realizaram-se no local de trabalho dos técnicos, num ambiente sossegado, com a duração média de 48 minutos.

4.2.1. Problemas identificados nos processos de realojamento

Depois de efectuar as entrevistas pude constatar que, primeiramente, os problemas identificados nos processos de realojamento referem-se sobretudo à morosidade deste processo e à falta de habitações disponíveis no parque habitacional municipal³².

“O nosso número de casas é muito reduzido face aos inúmeros problemas e situações a que tentamos dar resposta (...) o problema é realmente a relação entre o número de pedidos e as casas disponíveis há uma disparidade enorme, as casas não crescem, são estas as que temos e o número de pedidos, ao contrário está sempre a aumentar com a situação do aumento do desemprego, os números tendem sempre a aumentar (...) de facto os pedidos são muitos e a oferta é escassa” (E. 36).

“No nosso património portanto nós não temos T1s e T2s, neste momento é o que estamos a sentir mais falta” (E. 31)

“Acho que a principal preocupação e a principal dificuldade de quem trabalha no Departamento de Habitação é não termos habitações suficientes para as necessidades que são sentidas” (E. 34).

As dificuldades burocráticas são também apontadas devido à quantidade de etapas pelas quais o processo de realojamento tem que passar, embora se refiram a elas também como etapas necessárias. O tempo que se leva a fazer visitas domiciliárias e a não informatização de todos os dados do processo também são referidos como dificuldades, apesar dos meios informáticos estarem disponíveis aos técnicos. A legislação de atribuição de habitações sociais propriedade dos municípios está desactualizada, pois não é revista desde a década de 70, o que se apresenta como dificuldade apontada pelos técnicos. Com o realojamento da família já efectuado, a disponibilidade para um acompanhamento mais próximo está limitada devido à falta de recursos humanos, o que se prefigura como outra dificuldade.

³² Segundo Leonor Coutinho, “a maior parte dos países europeus tem um parque de arrendamento público muito mais numeroso do que o nosso, suprindo assim as carências daqueles que não têm possibilidade de comprar casa própria e cujos preços de arrendamento no mercado não lhes permite ter acesso” (Coutinho, 1997: 6).

“Muitas vezes nós técnicos somos manifestamente insuficientes para responder a todos esses planos de acompanhamento. Portanto e a dificuldade que nós sentimos é que muitas vezes é necessário chamar outras instituições para intervir nesse projecto de acompanhamento e às vezes não é, não é fácil conseguirmos accionar os mecanismos que envolvem outras instituições de forma a que de forma célere se responda às carências e às necessidades dos munícipes” (E. 34).

“O que eu penso que possa ser muitas vezes mais difícil é...se há famílias que estão devidamente organizadas e que facilmente, basta um contacto ou outro e conseguimos até deter um acompanhamento fácil da situação, há outras que necessitam de um acompanhamento mais próximo e maior disponibilidade que nem sempre é possível face ao volume de trabalho, nem sempre é possível esse trabalho, às vezes é necessário quase apoio diário, de visitas diárias e acho que essa é a principal, a principal dificuldade, disponibilidade, tempo. Nós próprios também temos de nos organizar e disciplinar mais para acompanhar as situações (...) também como senhorios temos a obrigação de criar condições para que as famílias continuem satisfeitas nas suas habitações” (E. 37).

Relativamente ao desajustamento entre as condições proporcionadas e as expectativas dos realojados, aspecto identificado também como um problema do processo de realojamento, em termos de habitação os técnicos afirmam que as pessoas estão satisfeitas, pois as habitações que lhes são entregues estão em perfeitas condições³³. com conforto, comodidade e espaço. Já a opção de inserção das famílias em determinados bairros sociais é motivo de descontentamento e até de recusa³⁴ da proposta habitacional por parte dessas famílias³⁵.

“Em termos da qualidade da habitação eu penso que não, penso que as pessoas vêm sempre de uma situação bem pior do que aquela que vão encontrar agora em termos do, digamos em termos da integração num determinado bairro, aí penso que aí é que levanta alguns constrangimentos a quem, a quem é realojado, como disse há bocado, eu penso que há pessoas que...que rejeitam algumas propostas que são feitas só porque é em determinado bairro ou noutra, não é, aqui é que há, pode haver um constrangimento, as pessoas são mesmo...são mesmo muito directas, a maior parte delas são muito directas ah, se for para lá, para aquele determinado sítio eu não vou” (...) “o bairro é que é o grande estigma para as pessoas e principalmente os ciganos, não é, é um estigma tremendo, quando chegam aqui, para ir para o bairro dos ciganos não vou” (E. 33).

“A pessoa tem necessidade mas não quer vir porque ainda vive um bocadinho do estigma de que isto aqui (Planalto do Ingote) é tudo mau” (E. 34).

³³ Quando as habitações não estão em perfeitas condições, são submetidas a obras de recuperação antes que qualquer realojamento seja efectuado, isto é, são entregues às famílias em condições adequadas.

³⁴ Se existe uma rejeição por parte da pessoa para determinada habitação, nomeadamente neste caso, tendo presente o estereótipo dos bairros sociais, será dada a prioridade a outros pedidos habitacionais, ainda que esta pessoa não perca o direito à habitação e o seu processo continue activo e com acompanhamento por parte do(a) técnico(a) responsável.

³⁵ É curioso verificar, e como já referi, que em algumas entrevistas às famílias realojadas estas referiram que não gostariam / gostaram de morar nos bairros sociais, nomeadamente do Planalto do Ingote.

É curioso que, apesar do preconceito existente para com os bairros do Planalto do Ingote, referidos como “bairros dos ciganos” como referi anteriormente, na realidade a presença de famílias de etnia cigana não seja em tão grande número como se poderá pensar.

“De um estudo que foi feito aqui (no CMAS) (...) em 2002 portanto, o bairro da Rosa tem 222 habitações, desse estudo conclui-se que cerca de 20 das famílias portanto (...) dez por cento das famílias eram ciganas portanto, é uma minoria” (E. 35).

No bairro do Ingote as famílias ciganas ainda são em menor número. O que acontece é que, como são famílias muito numerosas, e devido às suas tradições, não passam despercebidas por ninguém.

Nos casos de subarrendamento em que as famílias estão dispersas pela cidade, estas mostram-se mais satisfeitas. Os técnicos defendem que, quando a pessoa está numa situação de carência total de habitação, aceita uma habitação em qualquer lugar e, se não aceita, é porque tem alguma alternativa habitacional. Por outro lado, uma questão também referida é que as pessoas têm a ideia de que a atribuição de habitação por si só lhes resolverá todos os problemas.

“A atribuição da habitação não resolve todos os problemas que as pessoas que recorrem à Câmara apresentam. As pessoas são, normalmente são famílias multi-problemáticas e a atribuição da habitação não resolve por si só todos os restantes problemas das pessoas porque as pessoas, têm problemas económicos, têm problemas de saúde, têm diversos tipos de problemas, problemas que a atribuição da habitação por si só não consegue resolver” (E. 32).

4.2.2. Condições ideais para o sucesso do processo de realojamento

Em relação às condições ideais para o sucesso do processo de realojamento, os técnicos referem vários aspectos. Desde a construção de mais bairros ou a existência de maior orçamento para proceder ao arrendamento em mercado privado, até à recuperação de prédios degradados de modo a poder realojar mais famílias, à comprovação da veracidade dos requisitos exigidos pela lei em estreita articulação com as outras Instituições Sociais. Referem-se também a uma proposta que está em curso, referente a acções de preparação para o realojamento adequadas a cada agregado familiar³⁶, à existência de uma bolsa de habitações suficientes dispersas pela cidade “*de modo a podermos realojar as pessoas em situação de carência, não as desenraizando dos seus locais de origem (...) e para não virem para meios socialmente adversos*³⁷” (E. 34).

O trabalho em rede com as outras instituições também foi mencionado, “*de forma a solucionar todos os problemas das famílias, não só os problemas habitacionais*” (E.

³⁶ Este tema será focado no Manual de Boas Práticas (vide anexo XVIII).

³⁷ É referida também a situação da má influência que poderão sofrer famílias razoavelmente estruturadas nos bairros do Planalto do Ingote.

32), pois “*apostar num acompanhamento inter-institucional pode ser a solução*” (E. 37).

A “*motivação para iniciar um novo projecto de vida*” (E. 36) é igualmente um factor crucial para se alcançar o sucesso do processo de realojamento, pois a família tem que demonstrar vontade em melhorar de vida.

4.2.3. Lidar com o comportamento e problemas das famílias

Quando questionei os técnicos acerca da maneira como lidam com o comportamento e problemas das famílias que aparecem no Departamento de Habitação, estes referiram valores como o respeito, a sinceridade, a assertividade, o encaminhamento adequado a cada caso e a atenção para com a pessoa como factores-chave.

Um dos aspectos salientados é a “*sinceridade a nível de direitos e deveres*” (E. 36) do inquilino e da Câmara Municipal de Coimbra, ambos com responsabilidades para com a casa.

“O saber ouvir eu acho que é muito importante, é o ser imparcial na nossa gestão, na nossa gestão social e na gestão do agregado e é...portanto, ter a percepção das reais situações, dos problemas em que se encontram as pessoas e promover o devido encaminhamento” (E. 34).

“O primeiro comportamento que devemos ter acho que deve ser de respeito por parte de quem temos à nossa frente, independentemente dessa pessoa estar muitas vezes a ter alguma agressividade ou, portanto, não podemos deixar de manifestar o nosso respeito e a nossa consideração pela pessoa, porque isso, isso poderá mudar todo o resto do diálogo” (E. 37).

“Manter sempre uma postura de tranquilidade, de bom senso e sempre muito assertivo, quando se der um passo em falso estaremos a cair, sei lá, do trapézio e aqui estamos mesmo a trabalhar sem rede, portanto eu penso que é preciso de facto muito cuidado, muita...muita serenidade, muita tranquilidade e transmitir isso à outra, a quem está à nossa frente, é óbvio que isto são áreas muito críticas em que vêm. Encontramos aqui pessoas em grande stress porque o problema da habitação por vezes é um problema muito generalizado ou a partir daí se abrem e constroem novos problemas (...) afastar-se um pouco do nervosismo e do calor das discussões, estimular e motivar para que as pessoas falem de facto e saber ouvir e tentar assertivamente comunicar, dar a nossa informação por forma a que eles entendam perfeitamente aquilo que nós queremos dizer e aquilo que são as políticas delineadas em termos de habitação” (E. 33).

Ocasionalmente, as pessoas aparecem no Departamento de Habitação e no CMAS apenas para desabafar os seus problemas familiares, profissionais, de solidão. Obviamente, os técnicos, enquanto pessoas, sensibilizam-se e identificam-se com os problemas destas famílias e é neste campo que a experiência de vida e de trabalho auxilia face a situações mais complicadas.

“É connosco que vêm desabafar (...) é connosco que vêm colocar essas situações, obviamente que nós aquilo que temos que fazer é ouvir e orientar dentro daquilo que nos parece o mais correcto dada a situação que nos apresentam” (E. 37).

Tive a oportunidade de observar no local de estágio e mesmo durante a realização das entrevistas que algumas pessoas não conhecem bem os limites de acção do Departamento de Habitação, muitas vezes pedem auxílio para questões que não estão ao alcance dos técnicos, nem é do seu âmbito resolver. Nestes casos, os técnicos orientam estas famílias a procurar a ajuda mais adequada ao seu problema. Este é um dos temas que abordarei no Manual de Boas Práticas de Realojamento (*vide* anexo VIII).

Um outro aspecto referido foi também o de ter cuidado para que as pessoas não se tornem dependentes dos serviços: *“o nosso trabalho é tanto mais rico quanto mais resultados no sentido da autonomia nós verificarmos” (E. 37)*. Concluindo, a experiência profissional é também referida como saber que vai sendo adquirido ao longo do tempo e que se torna útil para lidar com situações mais problemáticas.

4.2.4. Motivos para o pedido de habitação

Relativamente aos motivos que estão na origem do pedido de habitação, os técnicos referem a grave carência habitacional, ou seja, a existência de habitações em ruínas ou em risco de ruir, sem condições de segurança e sobreocupações. Contudo, actualmente, o principal motivo é a carência económica e aparecem cada vez mais famílias com acções de despejo. Pois as famílias *“atingiram níveis de endividamento tão grandes que se sentem completamente sufocadas” (E. 33)*.

“Anteriormente o principal motivo de pedido de habitação era as pessoas viverem em más condições habitacionais, agora de há uns anos a esta parte é sobretudo estarem a pagar rendas elevadas ou terem comprado habitação e não conseguirem pagar ao banco” (E. 32).

“São raras as pessoas que pedem habitação exactamente por problemas de ordem habitacional (...) a grande maioria são problemas de ordem económica” (E. 31).

Devido à crise económica em que vivemos hoje, como referi anteriormente e também citada por algumas famílias como um dos factores que contribui para a sua situação de vida precária, avolumam-se as situações de desemprego, que têm graves repercussões no nível de vida das famílias.

4.2.5. Expectativas das famílias

No que diz respeito às expectativas das famílias, os técnicos mencionam que a principal é conseguir o realojamento, a atribuição de uma habitação municipal, ou seja, que o

Departamento de Habitação resolva rapidamente o seu problema habitacional, muitas vezes sem terem a consciência de que este é um processo moroso, que pode levar anos.

“Muitas vezes as pessoas chegam aqui, pensam que vêm cá e têm logo habitação, portanto nem sequer fazem ideia da quantidade de situações idênticas às delas (...) muitas vezes aparecem aqui e aí eu trabalho ou tenho familiares na zona assim assim e (...) a Câmara tem habitações aí e pensam que facilmente conseguem obter uma habitação, não fazem ideia que muitas vezes têm que estar anos à espera da habitação” (E. 32).

“Acham que vai demorar um mês se possível, dois meses, (...) e não demora isso, demora muito muito mais” (E. 36).

“Essas expectativas são à partida defraudadas pelo tempo de demora, que é necessário para se conseguir uma habitação, portanto há aqui um...uma relação de...eu direi não muito fácil para a pessoa que está numa situação de carência, a pessoa recorre de imediato ao município com grandes expectativas de que o município consiga uma habitação e depois as pessoas têm muita dificuldade em perceber o seguinte: então se eu fui enquadrada numa situação de emergência, porque é que rapidamente não tenho habitação?” (E. 34)

Como já referi, a sinceridade e a objectividade são factores-chave que devem ser sempre tidos em conta desde a primeira reunião do(a) técnico(a) com a família.

“Procuo desde o início desmontar um bocado...acho que é preferível terem uma boa surpresa do que andarem naquela expectativa e virem cá e estarem, caírem na expectativa de terem casa” (E. 37).

Por vezes, também acontece a situação de as pessoas ficarem desiludidas porque têm a expectativa de conseguir habitação em determinado local e tal não é possível. Os técnicos esclarecem logo ao primeiro contacto com as famílias que o facto de se dirigirem ao Departamento de Habitação não é garantia da sua proposta de pedido habitacional ser aceite e consequentemente de lhes ser atribuída uma habitação.

4.2.6. Aspectos positivos e negativos vividos pelas famílias durante o processo de realojamento

Relativamente aos aspectos positivos e negativos vividos pelas famílias durante o processo de realojamento, o aspecto positivo mais referenciado e que mais satisfaz as famílias é obviamente a tão almejada atribuição da habitação e, sendo assim, *“conseguirem muitas vezes organizar a vida delas a partir do facto de terem uma habitação” (E. 32).*

“Tentamos inculcar isso na família, de que uma casa deverá ser um ponto de partida para a organização do seu projecto de vida” (E. 34).

“A pessoa realmente sente-se satisfeita (...) porque uma casa é a base de uma vida porque (...) como é que uma pessoa pode viver sem ter a sua casa, sem ter o seu canto, sem ter onde dormir, onde comer?” (E. 36).

“Os que mais satisfazem são a habitação condigna, adequada e em boas condições, uma renda compatível com os rendimentos” (E. 32).

De destacar um exemplo curioso descrito por um técnico: *“há dois sectores em que as pessoas se sentem muito satisfeitas quando vêem, é a cozinha e a casa de banho, quando vêem uma casa de banho devidamente equipada e uma cozinha da mesma forma, ficam muito satisfeitas” (E. 33).*

O facto de as famílias estarem à vontade para falar e dar a sua opinião é um elemento de satisfação igualmente referido.

Em relação aos aspectos que menos satisfazem as famílias, é mencionado o tempo de espera, assim como a localização das suas habitações no caso de estarem inseridas em bairros sociais. Como já referi, nos casos de subarrendamento as famílias mostram-se satisfeitas por estarem inseridas na cidade. No caso de residirem em bairros problemáticos, o descontentamento dos moradores prende-se com questões de insegurança e más relações de vizinhança³⁸.

O aspecto negativo vivenciado pelas famílias mais referido é, sem dúvida, o tempo de espera, que envolve questões de foro psicológico e a gestão das expectativas pessoais com toda a angústia e ansiedade que esta situação transporta consigo.

“As expectativas que elas têm neste processo, tem a ver com o tempo de espera, a casa que lhes é atribuída (...) o local onde é” (E. 37).

“São pessoas que vivem em grande ansiedade, em grande pressão e eventualmente depressão [o que condiciona] provavelmente até as relações inter-familiares, inter-pessoais (...) esta ansiedade de ver o seu problema resolvido e não o conseguir, acho que é tremendo para quem vive este drama” (E. 33).

Outros aspectos negativos mencionados são a não integração das famílias quando são realojadas, devido ao seu desenraizamento, e o *“choque de hábitos” (E. 33)*, quando não conseguem lidar com essa situação o que cria uma grande angústia, assim como

³⁸ A insegurança, os problemas de vizinhança, a conflitualidade, os actos de vandalismo existentes nos bairros sociais do Planalto do Ingote estão directamente relacionados com o consumo e o tráfico de estupefacientes.

uma despreocupação com outras áreas da vida, o que leva à origem de problemas económicos, que se vai sentir na má gestão das suas despesas e no não pagamento das rendas. Um último aspecto negativo mencionado por uma técnica foi a incapacidade de algumas famílias para zelar a sua habitação, o que lhes traz insatisfação. Neste âmbito, é crucial dar às famílias uma educação social, como referi anteriormente.

“Tem a ver com a expectativa que ela criou ou com a forma como ela ia vivenciar esta atribuição de habitação, que muitas vezes quer por falta de competência, se calhar dos próprios que começam a ver alguma alguns aspectos, algumas coisas nas habitações, vão-se degradando por exemplo, eu verifico que as famílias ficam quando são confrontadas com o danificado (...) que elas pretendiam corresponder ao que lhes foi atribuído e que não têm essa capacidade ainda, portanto esse poderá ser um dos aspectos de menor satisfação que tem a ver com as expectativas com que iam e não conseguem com as suas competências, não terem competências básicas, suficientes para corresponder à casa que lhes foi atribuída” (E. 37).

4.2.7. Satisfação das famílias: habitação, acessos e vizinhança

Quando questionados sobre a satisfação das famílias relativamente às habitações que lhes são atribuídas, os técnicos dizem que de uma maneira geral as pessoas estão satisfeitas e tecem elogios relativamente às mesmas.

Pude concluir, através das minhas visitas domiciliárias, que as famílias, no geral, estimam muito as suas casas. A sua não localização em bairros municipais é um factor decisivo que contribui para uma ainda maior satisfação com a habitação. Penso que as famílias dão mais valor à sua casa por esta ser arrendada no mercado privado e por assim não terem de lidar com a “discriminação” de ser morador de um bairro social.

“O desagrado das pessoas em poder vir para um destes bairros municipais, portanto isso ainda se nota, para a Rosa não, para o Ingote não, gostaria de ser realojada num outro bairro municipal, pronto, mas a partir do momento em que isso não é possível, isso é dito às pessoas, as pessoas não questionam as condições físicas da habitação até porque as habitações são, são simpáticas, são boas e quando nós realojamos a casa é atribuída nas perfeitas condições, portanto sofreu sempre, sofreu antes um projecto, um processo de recuperação, portanto as habitações são entregues novas devidamente cuidadas e asseadas, portanto não há relativamente ao espaço físico da habitação não há de facto grande questão sobre isso” (E. 34).

”Acho que lhes agrada bastante o entrar na porta do seu apartamento e ficar ali e sentem-se muito bem lá e têm mais dificuldade provavelmente a entrar na porta do seu bairro” (E. 33).

Apesar de satisfeitas com a casa, de acordo com as pesquisas do Centro de Estudos Territoriais do ISCTE, Isabel Guerra afirma que um dos resultados constantes é o “gosto pela casa e de um desgosto pelo bairro” (Guerra, 1997: 18), também existem queixas e para isso dirigem-se ao Departamento de Habitação. A responsabilidade para com a habitação é um factor que deve ser esclarecido aquando da entrega das chaves às famílias. Nas minhas entrevistas às famílias realojadas, houve alguns casos que referiram estarem esclarecidos quanto a esse aspecto, dando mesmo exemplos. Ou seja, em caso de estrago por parte do inquilino, a reparação é por sua conta, mas em questões relacionadas com a conservação da habitação, pelos danos provocados pelo tempo, é o Departamento de Habitação que se encarregará da respectiva reabilitação

“Muitas vezes (...) as pessoas por qualquer coisinha que verifiquem na casa recorrem logo aos serviços. (...) Muitas vezes queixam-se, há casas que muitas vezes ganham humidades por exemplo e muitas vezes até tem a ver com o...com o mau uso que as pessoas dão à habitação e elas recorrem logo aos serviços para tentar melhorar isso ou um autoclismo que avaria ou o esquentador que avaria” (E. 32).

No que concerne à satisfação para com o ambiente do local onde residem, como anteriormente referi, no caso dos bairros do Planalto do Ingote, os técnicos referem que as famílias não se mostram muito satisfeitas. Segundo a entrevista 34, o bairro da Rosa tem dezassete lotes e desse conjunto de lotes há quatro lotes que são mais problemáticos, devido aos problemas sociais já enunciados. Mas existem também *“lotes devidamente organizados, com uma vivência colectiva muitíssimo boa, sem problemas de relação de vizinhança, rigorosamente limpos e asseados” (E. 34).*

A adaptação nestes bairros não é fácil para estas famílias, nomeadamente se nos referirmos àquelas que vêm de moradias unifamiliares ou de zonas mais rurais e que encontram um ambiente diferente do que estavam habituadas. Existem para estes casos, e para todos os outros, *“instituições que dão apoio às famílias e a quem elas podem recorrer quando se sentem menos satisfeitas ou quando têm problemas, além do CMAS temos outras temos o Centro Comunitário de S. José, são instituições que dão apoio às pessoas e a quem elas podem recorrer sempre que surja algum problema” (E. 32).*

Um elemento importante para a melhoria do ambiente nos bairros municipais é a existência de uma organização dos moradores em associações ou por bloco, aspecto este que abordarei igualmente no Manual de Boas Práticas de Realojamento.

“A existência de Associações de moradores e de organização de moradores por bloco veio amenizar os problemas destes bairros, melhorando o ambiente colectivo dos mesmos. Cabe-nos a nós gerir um pouco esses conflitos também de vizinhança (...) Em alguns bairros já existe a organização de moradores por bloco (...) essa é uma das ferramentas que muitas

vezes ajuda a gerir não só estes conflitos como a criar boas (...) relações de vizinhança e responsabilização, também pelo alojamento, porque isto é atribuído, é atribuída uma habitação, mas não podemos esquecer que a família tem de ser também responsabilizada por essa atribuição, não só pela manutenção não é? Da habitação e por exemplo de todos os espaços comuns etc. que fazem parte, é um processo da responsabilidade de todos” (E. 37).

Os problemas de vizinhança estão intimamente ligados com o ambiente dos bairros municipais. Este ambiente não é necessariamente mau, pode ser agradável, tomo como exemplo o Bairro das 28 habitações da Conchada, em que as relações de vizinhança são boas.

“Há pouco tempo foi realojada uma família no bairro da Conchada e pronto e ficaram satisfeitiíísimos, não só pela localização mas também pela vizinhança (...) a maior parte destes indivíduos que estão no bairro da Conchada têm já se conheciam há bastante tempo não é e portanto têm uma pertença comum digamos é uma identidade, há padrões de identidade deles e como eles já (...) partilhavam isso, e apesar de às vezes até nem viviam ao lado e iam sempre lá tomar café ou estar com os amigos. Pronto, ali havia factores identitários” (E. 33).

Relativamente aos casos de subarrendamento, nos quais incidiu o meu estudo, pude verificar que as pessoas se mostram satisfeitas com o ambiente, com o local onde moram, com os acessos e com as relações de vizinhança. Neste caso acontece o contrário, as reclamações surgem das pessoas que já moravam no sítio em que estas famílias foram realojadas, possivelmente dos próprios proprietários da habitação, e referem-se ao barulho, à não adaptação ao prédio. Mas é importante salientar que esta situação acontece em número insignificante relativamente à totalidade de processos de subarrendamento (E. 31), o que permite concluir que esta foi uma boa aposta do Departamento de Habitação.

4.2.8. Despesas familiares

Em relação às despesas que as famílias viram a aumentar depois do realojamento, uma dessas despesas é a renda nos casos de existência de rendas antigas ou nos casos em que as famílias não pagavam renda porque moravam em casa de familiares ou até nem viviam numa casa. Apesar do arrendamento social ser com “renda apoiada [que] é sempre calculada em função do rendimento das pessoas, se a pessoa ganha mais tem uma renda mais elevada, se ganha menos tem uma renda [que] não é proporcional aos seus rendimentos” (E. 34).

Vale a pena referir que, relativamente às famílias que entrevistei, na maioria dos casos as rendas diminuíram drasticamente, visto que actualmente beneficiam de uma renda social.

As outras despesas que a atribuição de uma casa traz consigo dizem respeito às contas da água, luz, gás, transportes. Também o investimento que as famílias fazem na casa, nomeadamente a compra de mobiliário e electrodomésticos, é enumerada como outra despesa. Um dado interessante é que *“em muitos casos, passado uns meses da Câmara atribuir habitação as pessoas vêm logo pedir reajustamento da renda porque acham que não fazem as contas quando vão para as habitações e as rendas são sempre calculadas de acordo com o rendimento, apesar de tudo, apesar de que nalguns casos há circunstâncias que também fazem variar o rendimento das pessoas, o caso das pessoas ficarem desempregadas ou reformadas e a Câmara tem a possibilidade também de reajustar a renda de acordo com essas situações”* (E. 32).

Este facto revela a má gestão dos recursos disponíveis e também as dificuldades económicas, alheias à vontade destas famílias.

4.2.9. Mudança de habitação

Em relação à pergunta que pretendia averiguar o que sentem ou como reagem os realojados perante uma possível mudança de habitação quando as circunstâncias obrigam a isso, este foi exposto como um processo complicado. Primeiramente importa referir que existem critérios de aprovação ou não dos pedidos de mudança de habitação, que só se efectuam perante situações de doença, de sobreocupação e de subocupação. Podem também ocorrer mudanças a título temporário quando a habitação do inquilino é alvo de operações de reabilitação.

“Normalmente os pedidos de mudanças têm sido efectuados de acordo com as preferências das famílias (...) de acordo com as necessidades” (E. 37), sobretudo com base em pedidos por motivos de saúde, por exemplo quando as pessoas *“estão em andares mais altos, elas próprias pedem para mudar para andares mais baixos”* (E. 32).

No entanto, actualmente inicia-se um processo para a mudança das famílias que estão em situação de subocupação. Estas famílias terão que ser realojadas numa habitação de tipologia inferior, adequada ao seu número de elementos.

“A maior parte das vezes, quando não é da iniciativa deles, reagem sempre mal, porque por lei, a Câmara pode propor a mudança de habitação a agregados que estão em subocupação e quando nós fazemos essas propostas isso...de uma forma geral desagrada às pessoas...sobretudo nas famílias que vivem nas habitações mais antigas, sobretudo no bairro do Ingote, no bairro de Celas, Fonte do Castanheiro” (E. 32).

“Não ficam satisfeitos, claro que não ficam, claro que isso também nos cabe a nós, aos técnicos, e demonstrando a necessidade de se tratar e como é que isto se trata de habitação social e a necessidade de outras famílias irem ocupar habitações que têm a tipologia adequada à sua família” (E. 37).

Esta é uma questão muito complexa e morosa, nomeadamente no caso de pessoas idosas, que durante toda a sua vida viveram com a sua família naquela habitação e que estão agora em situação de subocupação, porque os filhos casaram e saíram de casa e/ou enviuvaram. Como frisou uma técnica, se *“as mudanças já mexem connosco portanto vamos pensar em determinadas idades, o que é que aquilo não mexe com a pessoa”* (E. 37).

“Porque [a pessoa] já tem muita idade, porque toda a vida viveu naquela habitação, porque tem ali os seus pertences e porque depois mudar para um T1 onde é que ela vai por as suas coisas³⁹” (E. 34).

Apesar de a lei assim o permitir e de não ser questionável, é muito complicado mudar estas famílias, pois, como refere uma técnica, *“quanto mais não seja pelas questões de vizinhança, até quanto mais não seja pelo próprio trabalho que nós desenvolvemos nos bairros, porque se nós estamos a trabalhar para fortalecer relações de vizinhança, para criar empatias, para que eles se sintam próximos, depois pode parecer um pouco contraditório privá-los disso”* (E. 37).

De futuro, sendo esta uma prática adoptada regularmente, fica a sugestão de que se façam as mudanças o mais cedo possível, mal se verifique uma situação favorável à mudança, como nos diz o depoimento seguinte.

“Pode ser que as pessoas comecem a verificar que se calhar não se espera pelos oitenta ou pelos setenta anos para mudar de habitação, mas se calhar logo quando já está só o casal aos cinquenta, por exemplo, ou aos sessenta, poderá vir a ser...mais fácil” (E. 37).

A boa relação entre o técnico do Departamento de Habitação e o inquilino municipal é crucial nesta situação, pois é preciso saber falar, explicar bem as razões da mudança e a sua importância. Nestas situações complicadas, penso que será de extrema importância um acompanhamento psicológico para a família envolvida.

Alguns técnicos abrem o complexo debate entre a proliferação dos bairros sociais e o realojamento das famílias disperso pela cidade, referindo a preferência por este último realojamento devido à forte concentração de carências e problemas sociais nos bairros municipais. Referem também o aproveitamento e reabilitação de prédios devolutos existentes no centro da cidade que possam realojar mais famílias e assim suprir, de alguma maneira, parte das necessidades sentidas no concelho a nível habitacional. Uma maior criação de concursos de realojamento é igualmente referida.

³⁹ Curiosamente, numa auscultação feita pelo CMAS a algumas pessoas residentes dos bairros, *“elas próprias disponibilizaram-se para mudar e curiosamente algumas até alegaram pois, esta casa é muito grande para mim, já não tenho forças para limpar mas são poucos os casos não é, porque na generalidade, as pessoas que se encontram nessa situação preferem continuar na sua casinha por razões afectivas”* (E. 34).

Segundo Leonor Coutinho, “não vale a pena gastar (...) para construir bairros nos quais todos os estudos sociológicos mostram que se reproduz a mesma estrutura de pobreza e de marginalidade e em que, portanto, não se conseguiu a integração social das famílias que são realojadas, às vezes até se agravaram algumas das condições de vida dessas mesmas famílias” (1997: 2). Para tal, é necessário existir uma vontade do governo para dar prioridade a estas situações dando meios aos municípios que lhes permitam uma actuação adequada às necessidades sentidas.

5. CONCLUSÃO

Apesar da crítica dos autores como Hespanha *et al.*, que afirmam que “as políticas sociais desenvolveram-se ao longo dos últimos anos em Portugal de uma maneira descoordenada, ao sabor das pressões sociais e políticas sem uma orientação claramente definida” (2000: 329), desde o 25 de Abril notou-se uma evolução positiva relativamente à quantidade e qualidade das políticas sociais e nomeadamente das políticas habitacionais, ainda que não sejam suficientes para as necessidades sentidas no país. É nesta perspectiva que devemos enquadrar e valorizar o esforço feito pelo Departamento de Habitação da Câmara Municipal de Coimbra para a minimização dos problemas habitacionais de muitas famílias no concelho.

As famílias enquadradas neste estudo caracterizam-se como carenciadas, com baixos recursos e baixas qualificações. Tentam fazer uma gestão equilibrada dos seus poucos rendimentos no dia-a-dia, muitas vezes contraem dívidas que vão acumulando sem poder evitar. A sociedade-providência detém neste aspecto uma grande importância, já que quase todas as famílias entrevistadas recorrem a ajudas de familiares, amigos, vizinhos e também a Instituições de carácter social que, de uma maneira ou de outra vão colmatando algumas necessidades.

É de destacar o papel da mulher como pilar familiar, pois na maioria dos casos são elas que procuram ajuda, que tratam dos documentos relativos aos processos habitacionais e que se disponibilizaram para a realização das entrevistas. É sobretudo através delas que a sociedade-providência sobrevive. Segundo os resultados do estudo realizado por Sílvia Portugal, e como referi anteriormente, a família afigura-se como o “núcleo fundamental da sociedade-providência: são as relações familiares que prestam a maioria dos apoios necessários à manutenção do bem-estar familiar”. É de assinalar a importância das solidariedades femininas na reprodução quotidiana das famílias, pois as redes são marcadamente lateralizadas pelo lado da mulher e podem ser mesmo denominadas de “redes femininas”. Como nos diz a autora, estes resultados reconhecem a hipótese de que “os custos do bem-estar proporcionado pela sociedade-providência recaem sobretudo nas mulheres” (Portugal, 1995: 167-168).

Constato curiosamente que, nos únicos dois casos em que entrevistei elementos do sexo masculino, estes pertenciam à etnia cigana, em que o homem é considerado como “chefe de família”, com a função de a proteger, e tem sempre a última palavra, facto que pude reparar nas visitas domiciliárias a casais de etnia cigana. Pois, “na cultura cigana é evidente a diferenciação entre o género, cabendo ao homem ditar as regras de conduta e o poder disciplinador, é o homem que ordena” (Câmara Municipal de Lagoa, 2008: 19).

Estas famílias depositam nos seus filhos a expectativa de uma vida melhor e não neles próprios, que me pareceram um pouco acomodados à sua situação de vida, sem grandes esperanças de no futuro conseguir melhorá-la.

Através da minha observação no local de estágio e dos testemunhos dos técnicos do Departamento de Habitação, pude concluir que existe uma falsa ideia de “facilitismo” quanto à obtenção de uma casa municipal, o que não vai ao encontro das expectativas dos munícipes que se dirigem ao Departamento quando estão numa situação precária e, muitas vezes, urgente. Os técnicos, desde o primeiro atendimento, desconstroem essa ideia e alertam os munícipes para a difícil realidade. O tempo de espera por habitação e a extensa burocracia são apontados como os aspectos que menos satisfazem as famílias, apesar de serem considerados como inevitáveis para a tão desejada atribuição de habitação, que é o objectivo central do processo de realojamento, mas não o único.

Importa não esquecer um outro factor também referido nas entrevistas, ainda que por uma minoria, e que diz respeito à questão da desterritorialização das famílias, as saudades da casa anterior, dos vizinhos, amigos e do ambiente envolvente. Isabel Guerra invoca os estudos de Maria João Freitas sobre o realojamento, que concluem que “se a atribuição das casas se apresenta como um elemento importante, (...) fundamental para a mudança e promoção habitacional (...) ela não é suficiente numa estratégia global de melhoria da sua qualidade de vida e promoção pessoal e social”. Conclui afirmando que em alguns casos o realojamento pode aumentar alguns sinais de exclusão, tais como o “isolamento e perda das solidariedades locais, assunção do estigma do bairro, aumento de despesas” (Guerra, 1997: 18).

Num primeiro momento, estas famílias vêem a atribuição de uma habitação como a resolução de todos os seus problemas, mas rapidamente chegam à conclusão que com a nova habitação surgem também novas responsabilidades. O ideal seria que as famílias fossem acompanhadas e capacitadas pelos técnicos e possíveis parcerias na fase de pré-realojamento e que se estendesse ao período pós-realojamento.

É necessário conhecer os casos a acompanhar, a sua evolução, problemas, especificidades sócio-culturais, assim como os objectivos de vida das famílias. Daí a principal característica da política de habitação ser a sua “dimensão social para além da dimensão económica e da dimensão territorial” (Menezes e Almeida, 2006: 7). O que acontece é que muitas vezes faltam meios humanos e materiais para fazer face a todas as situações de carências económicas e habitacionais e infelizmente não é possível acudir a todas. À luz desta realidade, elogio o trabalho esforçado dos técnicos da Divisão de Gestão Social do Departamento de Habitação que, apesar de lidarem com a maior das dificuldades, que é a enorme quantidade de pedidos de habitação e a falta de recursos humanos e materiais para dar saída a tantas situações, estão no bom caminho.

O estágio no Departamento de Habitação contribuiu bastante para a minha formação pessoal e académica. Na medida em que, além de aprofundar os meus conhecimentos sobre a problemática em questão, pude ver as situações de perto, que algumas vezes me emocionaram e permitiram desmontar um pouco as ideias pré-concebidas que por vezes somos levados a ter. Gostei muito de trabalhar no terreno, de interagir com as pessoas, de ter um conhecimento verdadeiro de uma realidade algo desconhecida para mim.

Em jeito de conclusão, não é demais afirmar que o realojamento possui diversas vertentes, como a vertente social, a económica, a territorial e a emocional. O mais importante é fazer uma boa gestão de todas estas variáveis que, bem sucedida resultaria em casos de realojamento de famílias com sucesso, ainda que com um percurso de vida não muito fácil, que conseguem seguir um projecto de vida a partir de um bem elementar que é uma casa para morar. A habitação é vista como um sonho concretizado, como a base de toda a vida familiar. Através da obtenção de uma habitação, as famílias deveriam sentir-se mais motivadas a ter um projecto de vida para o futuro e neste ponto entra o trabalho conjunto dos técnicos, famílias e instituições. Pois, sem ter uma casa, como poderemos pensar no futuro?

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Câmara Municipal de Lagoa (2008), *Nós, os ciganos*, Município de Lagoa.
- Costa, Alfredo Bruto da (1998), *Exclusões Sociais*, Gradiva: Lisboa.
- Coutinho, Leonor (1999), “Habitat II Plano Nacional de Acção – Habitação” in Clara Mendes (coord.) *Habitat II Plano Nacional de Acção – Habitação*, MEPAT, Secretaria de Estado da Habitação e Comunicações: Lisboa, pp.3.
- Coutinho, Leonor (1997), “Abertura dos trabalhos por sua excelência a Secretária de Estado da Habitação” in Instituto Nacional de Habitação (org.) *Fórum Habitação III Encontro – Reflexão sobre programas de Realojamento*: Lisboa, pp. 1-10.
- Decreto-Lei nº 135/2004 de 3 de Junho.
- Decreto-Lei nº 166/93 de 7 de Maio.
- Deliberação nº 1453 de 25 de Novembro de 2002 da Câmara Municipal de Coimbra.
- European Rome Rights Centre e Númena – Centro de Investigação em Ciências Sociais e Humana (2007), *Os serviços sociais ao serviço da inclusão social: o caso dos ciganos: avaliando o impacto dos planos nacionais de acção para a inclusão social na Republica Checa, em França e em Portugal*, ERRC: Budapeste; Númena: Oeiras.
- Ferreira, António Fonseca (1987), *Por uma Nova Política de Habitação*, Colecção A Cidade em Questão, 7, Edições Afrontamento: Porto.
- Guerra, Isabel *et al.*, (2001), “Políticas de Habitação”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, 3, Lisboa, pp. 53-70.
- Guerra, Isabel (1997a), “Um olhar sociológico sobre o alojamento”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 24, Publicações Europa-América: Mem Martins, pp. 165-181.
- Guerra, Isabel (1997b), “O Realojamento Social – Um debate sobre princípios, Reflexões sobre programas de realojamento” in Instituto Nacional de Habitação (org.) *Fórum Habitação III Encontro – Reflexão sobre programas de Realojamento*: Lisboa, pp. 11-25.
- Hespanha, Maria José Ferros (1993), “Para além do Estado: a saúde e a velhice na sociedade-providência” in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: Um retrato singular*, Colecção Saber Imaginar o Social, 5, Edições Afrontamento: Porto, pp. 315-335.
- Hespanha, Pedro e Portugal, Sílvia (2002), *A transformação da Família e a Regressão da Sociedade-Providência*, CCRN: Porto.

Hespanha, Pedro *et al.*, (2000), *Entre o Estado e o Mercado. As Fragilidades das Instituições de Protecção Social em Portugal*, Colecção Labirintos, Quarteto Editora: Coimbra.

Hespanha, Pedro e Alves, Ana Isabel (1995), “A habitação em meio rural: um domínio da Sociedade-Providência”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, Coimbra, pp. 125-151.

Martin, Claude (1995), “Os limites da protecção da família, Introdução a uma discussão sobre as novas solidariedades na relação Família-Estado”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, Coimbra, pp. 53-76.

Mendes, Clara (1999), “Habitat II – Plano Nacional de Acção” *in* Clara Mendes (coord.) *Habitat II – Plano Nacional de Acção*, MEPAT – Secretaria de Estado da Habitação e Comunicações: Lisboa.

Menezes, Marluci e Almeida, Ana (2006), *Direito à cidade. Reflexão em torno da incidência do termo mistura social nas políticas habitacionais e urbanas portuguesas*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil: Lisboa.

Pegado, Elsa *et al.*, (1999), “Exclusão social nas Áreas Metropolitanas, Alguns indicadores estatísticos de enquadramento comparativo”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 31, Publicações Europa-América: Mem Martins, pp. 9-38.

Piselli, Fortunata (1995), “A sociedade-providência na esfera económica”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, Coimbra, pp. 105-123.

Portas, Nuno (1986), “O Processo SAAL: Entre o Estado e o Poder Local”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18-19-20, Coimbra, pp. 635-644.

Portugal, Sílvia (1995), “As mãos que embalam o berço, Um estudo sobre redes informais de apoio à maternidade”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, Coimbra, pp. 155-178.

Regulamento Orgânico da Câmara Municipal de Coimbra.

Rodrigues, Eduardo *et al.*, (1999), “Políticas sociais e exclusão em Portugal”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 31, Publicações Europa-América: Mem Martins, pp. 39-67.

Santos, Boaventura Sousa de (1995), “Sociedade-Providência ou Autoritarismo Social?”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, Coimbra, pp. i-vii.

Santos, Boaventura de Sousa (1993), “O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia do sistema mundial: o caso português”, *in* Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: Um retrato singular*, Colecção Saber Imaginar o Social, 5, Edições Afrontamento: Porto, pp. 17-56.

Serra, Nuno (2002), *Estado, Território e Estratégias de Habitação*, Coleção Labirintos, Quarteto Editora: Coimbra.

Sposati, Aldaiza e Rodrigues, Fernanda (1995), “Sociedade-Providência: Uma estratégia de regulação social consentida”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, Coimbra, pp. 77-104.

Páginas electrónicas:

Câmara Municipal de Coimbra (s/d), página consultada a 15 de Junho, disponível em <<http://www.cm-coimbra.pt>>.

Constituição da República Portuguesa (2005), página consultada a 1 de Agosto, disponível em

<<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx#art65>>.

Governo de Portugal (2009), disponível em 30 de Julho de 2009, disponível em

<http://www.p2wwsortugal.gov.pt/pt/GC17/Governo/Ministerios/MTSS/Intervencoes/Pages/20081017_MTSS_Int_SESS_Combate_Pobreza.aspx>.

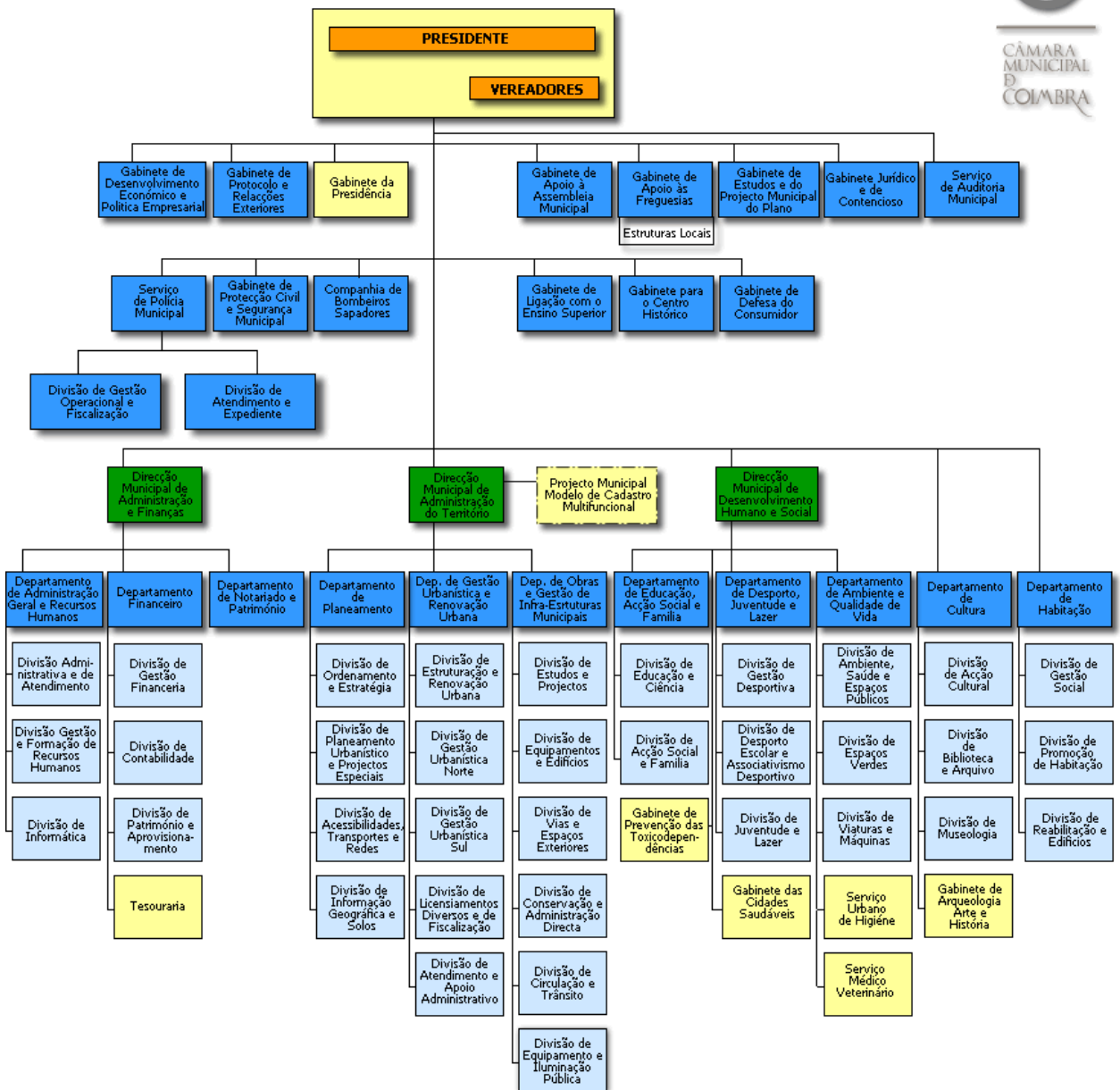
Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana (2009), página consultada a 15 de Setembro, disponível em

<<http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/>>.

ANEXOS

Anexo I - Estrutura orgânica da Câmara Municipal de Coimbra

ESTRUTURA ORGÂNICA



Anexo II - “Modelo Integrado de Actuação com a População Cigana”

Através da estratégia de disseminação do projecto é esperado:

- Influenciar a mudança das Políticas Sociais de Habitação, nomeadamente ao nível dos processos de Realojamento;
- Melhorar o trabalho em parceria entre entidades e agentes ligados ao processo de inserção de públicos desfavorecidos, principalmente dos que intervêm junto da população cigana;
- Melhorar a qualidade das intervenções dirigidas à população cigana, através quer do ajuste das práticas existentes, quer da concepção de novas intervenções;
- Aumentar a articulação entre entidades públicas e privadas, equipas, técnicos e dirigentes com as Estruturas Representativas da População Cigana, com vista a dinamizar o sector do Associativismo Cigano no contexto nacional.



Para a obtenção de esclarecimentos adicionais sobre o Modelo Integrado, contacte:

Câmara Municipal de Coimbra
Departamento de Habitação - Divisão de
Gestão Social - Projecto Coimbra Cidade
de Todos
Rua da Sofia, n.º 47 – 3000 Coimbra
Telefone: 239 852 550 ou 842 077 (Largo
da Fornalhinha)
E-mail: rosa@cm-coimbra.pt

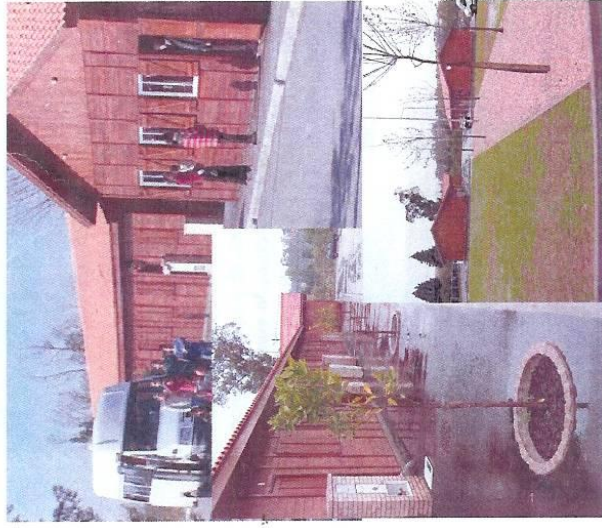
Iniciativa Comunitária EQUAL
Pedido de Financiamento n.º 2004/EQUAL/A3/EM/003
Prioridade 01 – Empregabilidade
Medida 01.02 – Combater o racismo e xenofobia no mercado
de trabalho
Área de Intervenção 01.02.01 – Prevenção de discriminações
raciais e étnicas



UNIÃO EUROPEIA
Fundação Social Europeia



COIMBRA
CIDADE
de TODOS



O PROJECTO

O projecto Coimbra Cidade de Todos teve início em Outubro de 2004, sendo financiado pela Iniciativa Comunitária EQUAL. Apresenta como objectivo central estruturar percursos integrados de inserção social e profissional da população cigana residente na cidade de Coimbra, vindo complementar a intervenção realizada no Centro de Estágio Habitacional – Parque de Nómadas.



O PRODUTO

Da intervenção realizada resultou um documento que se assume como o **produto** do projecto, denominado "**Modelo Integrado de Actuação com a População Cigana**", no qual se procura transmitir a boa prática implementada em Coimbra para dar resposta à particular vulnerabilidade e à exclusão social verificada na população cigana.



A ACÇÃO 3 - DISSEMINAÇÃO

A **Acção 3** é a fase final de um projecto EQUAL, irá decorrer durante o ano de 2008, e é destinada a concretizar o processo de disseminação e transferência dos resultados inovadores (produtos e práticas) do projecto.

Tendo como objectivo a consolidação da experimentação e inovação testada pelo projecto, torna-se imperativo dar a conhecer a outras entidades, o trabalho realizado e o conjunto de princípios estratégicos/etapas metodológicas que estão na base da prática e que permitem, aos interessados, a utilização e replicação do modelo noutros contextos.



A PARCERIA

Para concretizar as actividades da Acção 3 foi constituída uma Parceria composta por 9 Parceiros:

- Câmara Municipal de Coimbra;
- Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra;
- Associação Social Recreativa Cultural Cigana de Coimbra;
- Associação Fernão Mendes Pinto;
- Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- Associação Comercial e Industrial de Coimbra;
- Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.;
- Câmara Municipal de Ovar;
- Centro de Estudos Territoriais.

AS ACTIVIDADES

Tendo como objectivo a estratégia de disseminação e incorporação do modelo, o projecto apresenta as seguintes actividades da Acção 3:

- **Modelo de Intervenção a Conhecer:** tem como objectivo facilitar o acesso do Modelo e das suas práticas inovadoras a outras entidades e técnicos que trabalham com a população cigana, actuando junto de quatro alvos estratégicos: Financiadores e Autoridades; Parcerias, ONG's e IPSS's; Estruturas representativas da População Cigana; e Empregadores.
- **Discussão – Inovação:** pretende criar um contexto organizacional reconhecedor da necessidade de implementar soluções participadas e ajustadas às necessidades dos públicos desfavorecidos e, simultaneamente, influenciar as políticas de Habitação Social.
- **Ciclos Temáticos para Agentes:** visa dotar os agentes de intervenção das competências necessárias à implementação do Modelo de Actuação com a População Cigana.
- **Juntos para uma Melhor Intervenção:** tem como objectivo ajustar o Modelo à diversidade dos contextos para os quais será transferido, permitindo assim conhecer a solução implementada em Coimbra e, simultaneamente com o incorporador, ajustar as intervenções existentes ou conceber novas intervenções.
- **In Ovar:** pretende ajustar o Modelo Integrado implementado em Coimbra ao contexto do Município de Ovar.

O REALOJAMENTO

O Realojamento, no Modelo Integrado, contraria a ideia de condensação de problemas de natureza socioeconómica acentuados, que não favorece a inserção social e profissional das populações realojadas, chegando mesmo a criar, no caso dos grupos mais desfavorecidos, espaços de exclusão social e espacial. Esta questão ganha particular importância quando estamos a falar da população cigana.

Assim, este conceito de realojamento passa pela criação de um Centro de Estágio Habitacional, antes do realojamento definitivo em habitações dispersas, caracterizado pela sua adequação às necessidades habitacionais das famílias a realojar e às suas características sociais e culturais, prestando particular atenção às populações vulneráveis; à concretização dos direitos das minorias nomeadamente da população cigana, à sua inserção social e profissional, e à concertação de esforços de projectos integrados de desenvolvimento.

O Centro de Estágio Habitacional, transitoriamente, e envolvendo sempre as famílias a realojar na concepção desta solução, oferece as

condições para o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais necessárias à autonomia destas famílias num realojamento definitivo, condição fundamental para a inserção.

Recursos Necessários

- 1 - Entidade com responsabilidade no domínio do realojamento e inserção de públicos desfavorecidos como a população cigana.
- 2 - Articulação com os programas de financiamento/apoio existentes ao nível do Realojamento como o PROHABITA.
- 3 - Dinamizadores(as) de Diagnóstico Social
- 4 - Famílias com carências habitacionais e em situação de exclusão social.
- 5 - Centro de Estágio Habitacional equipado com um Centro de Apoio Social

6 - Entidade com experiência no domínio do trabalho com a população cigana que dinamize o Centro de Estágio Habitacional

7 - Equipa multidisciplinar de apoio às famílias realojadas transitoriamente

8 - Entidades/Serviços que trabalham com as famílias abrangidas pelo projecto de realojamento

9 - Proximidade e envolvimento das famílias realojadas.

Etapas Metodológicas

1 - Identificar as famílias a realojar prioritariamente prestando particular atenção à situação dos públicos desfavorecidos como a população cigana.

2 - Realizar um Diagnóstico Social Participado dos problemas e das necessidades das famílias, nomeadamente as de natureza habitacional, por forma a conhecer em profundidade as características sociais e culturais dos(as) destinatários(as).

3 - Identificar as figuras de liderança das famílias sensibilizando-as para as mudanças que advirão do processo de realojamento.

4 - Desenvolver acções de sensibilização antes do realojamento por forma a trabalhar competências pessoais e sociais das famílias: Economia Doméstica, Segurança em Casa, Higiene Habitacional e Sensibilização Ambiental.

5 - Construção de um espaço de estágio habitacional, transitório, ajustado à realidade social e cultural das famílias, com habitações de tipologias adequadas e com um Centro de Apoio Social.

6 - Apetrechar as habitações e Centro de Apoio Social com o equipamento necessário.

7 - Estabelecer um plano de actividades e constituir uma equipa multidisciplinar que leve a cabo as actividades previstas e preste o acompanhamento diário, no local, às famílias realojadas.

- 8.- Criar um sistema de avaliação de cada um dos agregados familiares, em áreas como Estado de Conservação da Habitação, Higiene e Limpeza da Habitação, Limpeza e Manutenção de Espaços Exteriores, Envolvimento Social, por forma a identificar periodicamente a evolução do envolvimento das famílias e quais as melhor posicionadas para serem realojadas definitivamente.
- 9.- Articulação interinstitucional com entidades como por exemplo Segurança Social, Centros de Saúde, Escolas, Estabelecimentos Prisionais, Institutos de Reinserção Social, Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, entre outros.
- 10.- Sensibilizar entidades públicas para a necessidade de trabalhar de uma forma integrada e em parceria ao nível dos públicos desfavorecidos.
- 11.- Celebrar contratos de arrendamento, de carácter transitório, com as famílias identificadas em fase de diagnóstico.
- 12.- Realojar as famílias no centro de estágio habitacional.
- 13.- Desenvolver o plano de actividades previsto dirigido a crianças, jovens e adultos, ao nível:
 - Animação Socioeducativa* – actividades de carácter educativo
 - Acompanhamento Psicossocial* – individual e familiar
 - Acompanhamento Pedagógico* – de crianças e jovens em idade escolar bem como adultos
 - Acções de Pré-Formação* – para desenvolver competências pessoais, sociais e profissionais
 - Eventos públicos* – para promoção de espaços de diálogo multi e intercultural entre famílias a realojar e restante população.
- 14.- Realizar Tarefas de Rotatividade das famílias como cuidado e limpeza do espaço de estágio habitacional e do Centro de Apoio Social.
- 15.- Distribuir os menores em idade escolar por diversos estabelecimentos de ensino locais.

- 16.- Realizar acompanhamento escolar e transporte escolar
 - 17.- Definir percursos socioprofissionais dos elementos de cada família.
 - 18.- Realojar definitivamente as famílias com avaliação positiva e que reúnam o conjunto de competências, ao nível do saber ser e estar, necessárias para um realojamento definitivo.
 - 19.- Acompanhar as famílias que saem do Centro de Estágio Habitacional para uma situação de realojamento definitivo, efectuando visitas domiciliárias com alguma regularidade e dando continuidade ao programa de inserção definido
- Principais resultados**
- 1.- Promoção de um projecto ajustado às populações a que se destina.
 - 2.- Maximização e maior focalização dos recursos/serviços dirigidos às famílias envolvidas em processos de realojamento
 - 3.- Melhoria do trabalho em Parceria
 - 4.- Maior proximidade das famílias a realojar e dos seus problemas.
 - 5.- Maior envolvimento e participação das populações realojadas no seu próprio processo de inserção e realojamento.
 - 6.- Maior conhecimento da realidade social e cultural das famílias realojadas
 - 7.- Valorização e Respeito pela Cultura das famílias
 - 8.- Melhoria efectiva das condições de vida das famílias.
 - 9.- Autonomização das famílias.

10.- Desenvolvimento e aquisição de competências pessoais, sociais e pré-profissionais básicas dos elementos dos diversos agregados.

11.- Frequência escolar assídua de crianças e jovens.

12.- Melhoria do Relacionamento inter-pessoal e inter-cultural.

13.- Maior número de indivíduos inseridos em acções de formação, programas ocupacionais, processos de reconhecimento e validação de competências.

14.- Aumento do recurso das famílias aos diversos serviços nomeadamente, Centros de Saúde, Segurança Social, Instituto de Emprego e Formação Profissional.

15.- Desconstrução e abandono de estereótipos dos(as) técnicos(as) e serviços em relação às populações com as quais trabalham

16.- Trabalho das representações sociais das famílias sobre técnicos(as) e serviços

Eventuais dificuldades	Sugestões para ultrapassá-las
Peso financeiro da implementação do Modelo	Implementação do Modelo à responsabilidade de autarquias e identificação de programas de apoio e financiamento como o PROHABITA do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, I.P.
Dificuldade em levar a cabo o programa de actividades e em colocar uma equipa no terreno no caso de entidades promotoras públicas	Prestação de serviços de uma IPSS para a implementação do programa de actividades.
Participação insuficiente da população	Promover momentos de interacção formais e informais Criar um grupo de representatividade e/ou envolvimento de um(a) mediador(a)
Possibilidade de surgirem dificuldades de adaptação das famílias ao novo espaço habitacional	Acompanhamento regular e sistemático às famílias, antes, durante e após o realojamento
Riscos associados à excessiva proximidade entre equipa técnica e população, dificultando a intervenção	Implementar uma Acção de Formação para Técnicos de Inserção, procurando fomentar o desenvolvimento de competências pessoais (por ex. ser assertivo) e profissionais (por ex. saber estabelecer contratualização), fundamentais na relação de trabalho com a população cigana.
Dificuldade em obter casas de tipologia e localização adequadas às necessidades dos agregados familiares, para o alojamento definitivo.	Sensibilizar agências imobiliárias, proprietários privados, entidades públicas e privadas para esta dificuldade.

APROFUNDAMENTO DO DIAGNÓSTICO

A promoção de Projectos ajustados aos públicos a que se destinam está profundamente ligada à qualidade das diversas fases de um diagnóstico, nomeadamente na identificação de necessidades, pelos próprios destinatários(as), por forma a desenvolver soluções simultaneamente inovadoras e adequadas aos problemas das populações.

Contudo, para que surjam este tipo de soluções é necessário colocar quer destinatários(as), quer as entidades/técnicos(as) que com eles(as) trabalham, lado a lado na solução e no problema, e aprofundar o(s) diagnóstico(s) realizado(s), por forma a dar resposta às novas necessidades que surgem com a satisfação das necessidades habitacionais nomeadamente as necessidades ao nível da empregabilidade.

Recursos Necessários

- 1 - Dinamizadores(as) de diagnóstico

- 2 - Proximidade com os(as) destinatários(as)

- 3 - Interlocutor privilegiado com as diversas entidades/técnicos(as) que trabalham com os destinatários(as) e com capacidade de mobilizar estes actores

Etapas Metodológicas

- 1 - Identificar o conjunto dos(as) destinatários(as) a serem abrangidos(as).
- 2 - Identificar o conjunto de entidades/técnicos(as) que dirigem a sua intervenção para estes(as) destinatários(as).
- 3 - Elaborar os Perfis Socioprofissionais dos(as) destinatários(as).
- 4 - Criar instrumentos de recolha de informação que permitam conhecer a Cultura e Organização Social dos(as) destinatários(as).

- 5 - Promover um momento de discussão sobre Empregabilidade entre os(as) destinatários(as).

- 6 - Promover um Grupo de Discussão entre Técnicos(as) que trabalham com os(as) destinatários(as) para identificação das principais representações sociais desses Técnicos(as) acerca dos públicos com os quais trabalham.

- 7 - Promover um Grupo de Discussão entre Dirigentes das Entidades/Serviços que dirigem a sua intervenção para os(as) destinatários(as) por forma a identificar as principais dificuldades e oportunidades do processo de inserção desses(as) mesmos(as) destinatários(as), bem como as principais representações sociais destes dirigentes.

Principais resultados

- 1 - Identificação, por parte dos(as) destinatários(as), das áreas prioritárias de formação e emprego
- 2 - Design de soluções ajustadas à realidade sócio-cultural dos destinatários(as)
- 3 - Valorização das competências existentes nos destinatários(as)
- 4 - Identificação das potencialidades e constrangimentos no processo de inserção dos(as) destinatários(as)
- 5 - Melhoria do conhecimento que as entidades/ serviços têm da realidade social e cultural dos(as) destinatários(as)

Eventuais dificuldades	Sugestões para ultrapassá-las
Dificuldade na mobilização dos(as) destinatários(as)	Criação de um grupo de representatividade dos destinatários(as) e/ou envolvimento de uma associação local.
Capacidade de expressão deficitária dos destinatários(as) e pouco abertura com os dinamizadores(as) do diagnóstico	Criação de momentos informais, diversificados, para identificação dos principais problemas e necessidades
Dirigentes e Técnicos(as) com pouca disponibilidade para momentos de reflexão/discussão	Promoção de momentos de discussão/reflexão dirigidos a dirigentes e técnicos(as) com duração máxima de um período (manhã ou tarde)

A PARCERIA

O trabalho em parceria (quer se trate de parcerias nacionais ou transnacionais) surge como um dos pilares da intervenção em vários domínios, nomeadamente nas áreas da inserção social e profissional de públicos desfavorecidos.

É uma filosofia de trabalho complexa, que implica o envolvimento de entidades que apresentam competências específicas e culturas organizacionais diferentes mas que procuram dar resposta a uma problemática comum.

No Modelo Integrado que se apresenta, todos os parceiros deverão estar implicados e desejavelmente empenhados no projecto de intervenção delineado, de modo a verificar-se uma convergência de esforços na procura de soluções inovadoras para o aumento dos níveis de empregabilidade dos grupos destinatários.

Recursos Necessários

- 1 - Entidades, nacionais e transnacionais (Serviços Públicos, IPSS's, ONG's, entidades empregadoras), que possam dar contributos diferentes e complementares;
- 2 - Interlocutor com capacidade mobilizadora destas entidades.

Etapas Metodológicas

- 1 - Delinear objectivos para a intervenção;
- 2 - Realizar reuniões de carácter exploratório com diversas entidades nacionais e transnacionais tendo em vista o cumprimento dos objectivos do projecto;
- 3 - Seleccionar as Entidades nacionais e transnacionais para a constituição de uma Parceria Multidimensional (de acordo com as diferentes áreas de intervenção consideradas prioritárias) e

estabelecer os respectivos Acordos de Cooperação, em função das competências distintivas de cada entidade;

4- Definir um plano de trabalho específico para cada parceiro.

5- Definir um Regulamento Interno da parceria, no qual é descrito o papel de cada entidade parceira no cumprimento dos objectivos e na participação das actividades do projecto;

6- Realizar periodicamente Reuniões de Parceria, bem como momentos de reflexão/avaliação do projecto, por forma a ajustar a intervenção.

Principais resultados

1- Adequação da composição e do funcionamento da parceria;

2- Melhoria da cooperação interinstitucional e da articulação entre as entidades parceiras;

3- Optimização dos recursos dirigidos aos(às) destinatários(as),

4- Melhoria da qualidade da intervenção através de uma resposta integrada;

5- Promoção da reflexão e da discussão acerca do processo de inserção dos destinatários no seio das entidades que a eles dirigem a sua intervenção

6- Troca de experiências entre entidades e parcerias nacionais e transnacionais que permitam a partilha de informação, bem como ajustar e enriquecer as metodologias de intervenção.

Eventuais dificuldades	Sugestões para ultrapassá-las
Cada entidade parceira, perceber qual o contributo que é esperado da sua parte, para o desempenho de uma determinada actividade no projecto.	Criar um Regulamento Interno da Parceria, onde fique claro o papel que cada entidade deverá assumir para o desenvolvimento de uma determinada actividade.
Gerir uma parceria que envolve um grande número de parceiros.	Definir um plano de trabalho específico para cada entidade parceira Definir um Interlocutor com capacidade para a mobilização das entidades parceiras; Constituir vários grupos de trabalho, de acordo com as actividades do projecto e em função dos contributos específicos que cada entidade pode dar.
Gerir uma parceria que apresenta na sua composição várias entidades públicas, com o peso burocrático que as caracteriza.	Sensibilizar os interlocutores dessas entidades para a necessidade de agilizar procedimentos internos; Para as questões financeiras, realizar reuniões entre os financeiros das respectivas entidades, no sentido de uniformizar normas e procedimentos.
Ter, sempre que é esperado, o envolvimento necessário de todas as entidades parceiras, tendo em conta a função que assumiram no projecto e o ritmo de desenvolvimento do mesmo.	Realizar mensalmente reuniões de PD, enquanto espaço de discussão e de diálogo, que possibilite fazer o ponto da situação do projecto, e que funcionem como espaço privilegiado para as tomadas de decisão relativamente ao planeamento e à execução das actividades.
Implementar acções e actividades transnacionais em países com políticas de actuação diferentes (por exemplo ao nível da habitação, da educação ou do emprego).	Considerar nos Acordos de Cooperação Transnacionais actividades realistas e exequíveis, tendo em conta as políticas vigentes no país.
Mobilizar as entidades empregadoras	Considerar um conjunto de acções que visem especificamente estes actores – Responsabilização Social dos empregadores

FORMAÇÃO PARA A POPULAÇÃO CIGANA

O Modelo Integrado parte da constatação de que, apesar das últimas evoluções registadas no âmbito dos diferentes programas de inserção e formação, os grupos socialmente desfavorecidos dificilmente acedem aos mesmos, quer pela inadequação das respostas às suas verdadeiras necessidades, quer pela situação de afastamento social a que habitualmente são votados, pondo em causa o seu acesso aos principais bens e serviços.

Assim, a formação destinada à população cigana, neste modelo, apresenta como objectivo principal a elevação dos níveis de competências escolares e profissionais das pessoas, valorizando os saberes e as competências que estas adquiriram ao longo da vida, bem como a sua cultura e organização social (com destaque para os papéis de género), partindo das necessidades formativas que elas próprias identificam e procurando ajustar a formação ao seu nível de competências, potenciando assim as suas condições de aprendizagem e, consequentemente, de empregabilidade.

Recursos Necessários

- 1- Coordenador(a) da Acção de Formação
- 2- Entidades formadoras
- 3- Formadores(as)
- 4- Grupo de formandos(as)
- 5- Equipa de acompanhamento ou mediador(a)

Etapas Metodológicas

- 1- Constituição de dois grupos de formação – homens e mulheres – para dar resposta à problemática da igualdade de género;
- 2- Selecção dos(as) Formandos(as);

3- Identificação pelos(as) destinatários(as) das áreas formativas nas quais gostariam de desenvolver as suas competências;

4- Realização do BC de Partida;

5- Adaptação de referenciais escolares e profissionais existentes na DREC e no IIEFP e criação de referenciais específicos no caso das áreas em que estes não existam;

6- Distribuição das responsabilidades do processo formativo pelas entidades formadoras parceiras, centrando a coordenação do processo no coordenador(a) da acção de formação;

7- Selecção de formadores(as);

8- Desenvolvimento de uma Acção de Formação ajustada, para homens e mulheres, compreendendo formação escolar e profissional - nas áreas inicialmente identificadas pelos(as) próprios(as) destinatários(as) - e permitindo a conciliação da vida familiar e profissional;

9- Acompanhamento constante e sistemático aos(as) formandos(as), por parte da equipa de acompanhamento ou de um(a) mediador(a), ao longo de todo o processo formativo, antecipando eventuais problemas e dificuldades, e em constante articulação com os(as) técnicos(as) de acompanhamento da medida do RSI;

10- Organização dos módulos da componente profissional em formação tecnológica (prática simulada, que deve ser o mais demonstrativa possível) e formação em contexto real de trabalho (permite que os(as) formandos(as) apliquem em contexto real os conhecimentos adquiridos na formação teórico-prática);

11- Recurso a exercícios práticos, e que remetam para as vivências quotidianas da população cigana, para o ensino da língua portuguesa, da matemática e do mundo actual, enquanto domínios a abordar na formação escolar;

12.- Organização da acção de formação com flexibilidade e transversalidade modular, tendo em vista uma melhor apreensão de conteúdos;

13.- Desenvolvimento de um Estágio de Inserção, após a conclusão do percurso formativo, com o objectivo de proporcionar o contacto com o mundo laboral, numa fase durante a qual ainda é possível prestar o acompanhamento necessário às estagiárias.

14.- Envolvimento de um mediador de emprego para a elaboração do currículo dos estagiários(as) e para a preparação e acompanhamento de candidatura a emprego e entrevistas, em articulação com entidades competentes no domínio da inserção profissional.

15.- Sensibilização das entidades empregadoras para a inserção profissional dos públicos desfavorecidos.

Principais resultados

1.- Envolvimento da população cigana na construção do seu próprio percurso formativo e reconhecimento da importância da formação para a mudança da sua situação de vida;

2.- Percepção por parte da população de valorização das suas experiências de vida e reconhecimento de que já apresentam algumas competências;

3.- Adaptação de referenciais existentes no IIEFP e na DREC, por forma a permitir que os(as) destinatários(as) acedam a um nível básico de certificação.

4.- Importante e enriquecedora experiência formativa com a população cigana, quer para formadores(as), quer para entidades formadoras.

5.- Desenvolvimento de uma acção de formação ajustada à especificidade social e cultural da população cigana e que respeita os ritmos de aprendizagem próprios de cada formando(a).

6.- Mediação de conflitos familiares eficaz, através do acompanhamento efectivo e sistemático da acção de formação;

7.- Valorização das experiências quotidianas das pessoas, durante o processo de aprendizagem, através dos conteúdos abordados na formação tecnológica;

8.- Consolidação dos conhecimentos adquiridos na componente teórico-prática, na formação em contexto real de trabalho;

9.- Interiorização das competências específicas da área profissional seleccionada, e de hábitos e regras de trabalho, aspectos fundamentais para quem se encontra inserido no mercado de trabalho, possibilitado pela frequência do Estágio de Inserção.

Eventuais dificuldades	Sugestões para ultrapassá-las
Fraca consciencialização por parte da população das suas reais necessidades formativas.	Realização de um processo de Balanço de Competências que possibilite aos(as) próprios(as) formandos(as) a consciencialização das suas potencialidades, bem como das suas dificuldades.
Adaptação dos referenciais existentes; dada a necessidade de simplificar mas mantendo os conteúdos considerados requisitos essenciais para a certificação.	Realizar o Projecto de Constituição da Acção de Formação e submetê-lo à consideração das Entidades responsáveis – DREC e IEFP – por forma a obter a homologação da referida acção. Transformar os referenciais existentes em linguagem de competências, procurando ajustá-los ao público a que se destinam
Seleção de formadores(as) que apresentem experiência de trabalho com a população cigana	Pedido de excepção para emissão de CAP ao IEFP. Envolvimento de mediadores(as)
Adaptação ao processo formativo, por parte dos(as) formandos(as)	Fazer algumas adaptações da formação em função da realidade dos(as) formandos(as) (por ex. flexibilidade dos horários da formação para conciliação com a vida familiar, assegurar o transporte numa 1ª fase, etc.).
Dificuldades associadas aos valores e papéis sociais próprios da população cigana (por exemplo: dificuldade em frequentarem certos espaços, dificuldade em executarem determinadas tarefas no âmbito da componente tecnológica da formação, ...)	Acompanhamento sistemático do processo e realização de reuniões preparatórias para as transições do processo formativo

32

Ocorrência de conflitos familiares que interfiram com o processo formativo, condicionando os níveis de assiduidade dos(as) formandos(as).	Acompanhamento regular do processo, uma vez que este facilita a mediação de conflitos familiares e realização de reuniões extraordinárias sempre que se justifique, perante a ocorrência de acontecimentos que coloquem em causa o normal funcionamento da Acção de Formação.
Oscilação dos níveis de motivação dos(as) formandos(as) e eventual abandono do processo formativo.	A formação deverá ser o mais prática possível e remeter para as vivências quotidianas da população. No caso de abandono do processo, os desistentes deverão ser substituídos por novos(as) formandos(as).
Adaptação ao contexto real de trabalho, por parte dos(as) formandos(as).	Acompanhamento da formação em contexto real de trabalho, quer pela equipa ou pelo(a) mediador(a), quer pelos tutores da entidade que acolhe os(as) formandos(as), que estão permanentemente no local.
Adaptação dos(as) estagiários(as) ao Estágio de Inserção.	A equipa de acompanhamento deverá prestar ainda nesta fase, todo o apoio e acompanhamento necessário aos(as) estagiários(as).
Colocação dos estagiários(as) no mercado de trabalho	Plano específico para a promoção do perfil de competências desenvolvido Envolvimento de um mediador de emprego

FORMAÇÃO PARA TÉCNICOS(AS) DE INSERÇÃO E INTER/MULTICULTURALIDADE

A inclusão social de grupos minoritários surge, cada vez mais, como um processo onde o(a) técnico(a) de inserção terá que desenvolver novas competências profissionais, posicionando-se no contexto de intervenção e em processo de aprendizagem contínua.

No Modelo Integrado, a formação específica destes profissionais é assumida como uma ferramenta relevante para a adequação da intervenção às reais necessidades da população cigana residente no território, bem como estratégia mobilizadora dos recursos específicos das diferentes Instituições, tendo assim também em vista a concretização de uma intervenção multidimensional e inter-institucional.

O Plano de Formação delineado valoriza especialmente o desenvolvimento de competências pessoais e sociais (Gestão das Emoções e Motivação e Técnicas de Comunicação Assertivas) e de competências interculturais (as especificidades da Cultura e as questões da Deontologia e Estratégias de Mediação).

Recursos Necessários

- 1- Coordenador(a) da Acção de Formação
- 2- Entidades Formadoras
- 3- Formadores(as) (conhecedores da intervenção e cultura cigana)
- 4- Grupo de Formandos(as) – maioritariamente profissionais directamente relacionados com a integração social e profissional da população cigana.
- 5- Parceria estabelecida com principais Instituições do território envolvidas na integração social e profissional da população cigana.

Etapas Metodológicas

- 1- Construção do Plano de Formação a partir das necessidades de formação identificadas pelos profissionais de inserção - técnicos(as)

O Modelo Integrado – Princípios Estratégicos

2- Sistematização do perfil de competências pessoais e profissionais do(a) Técnico(a) de Inserção e Inter/Multiculturalidade.

3- Recrutamento e Selecção de formadores(as) - convite a Instituições e/ou profissionais com experiências de intervenção e/ou de investigação relevantes na matéria; convite a mediadores(as) ciganos(as).

4- Recrutamento e Selecção de formandos (as) – solicitação às Instituições parceiras para identificarem um(a) técnico(a) para frequentar a Acção; convite/sensibilização a outras Instituições (com intervenção com a população cigana) para que os seus profissionais frequentem a acção de formação.

5- Organização do processo formativo em sessões temáticas de 7h (1 dia por mês).

6- Solicitação aos(as) formadores(as) para a realização de sessões dinâmicas, com valorização de relatos/experiências de intervenção.

7- Realização de Estágio Transnacional – visita de estudo para conhecimento das políticas e/ou realidades do país; momentos de trabalho específico entre profissionais.

8- Dinamização de Sessões de Reflexão/Avaliação/Partilha (durante e pós-formação): formandos(as) e Parceria de Desenvolvimento; Grupos de Discussão Formandos(as) (Auto-Avaliação e Avaliação Externa); Encontros Informais entre formandos(as) e entidade formadora e grupos de formandos(as).

Principais resultados

1- Desenvolvimento de Competências directamente relacionadas com o aumento dos níveis de informação sobre a especificidade da cultura cigana e para a contratualização de medidas de inserção mais ajustadas a esta população.

2- Identificação de novas competências centradas na capacidade de actuação dos(as) beneficiários(as).

- 3.- Reconhecimento do(a) técnico(a) como elemento da intervenção e a necessidade de trabalhar “com” e não “para” – o estabelecimento da relação de confiança e de proximidade.
- 4.- Desenvolvimento de competências de avaliação da intervenção – identificação das necessidades, argumentação e definição de propostas para melhorar a intervenção.
- 5.- Maior e melhor articulação inter-institucional na definição dos percursos de inserção social e profissional.

Eventuais dificuldades	Sugestões para ultrapassá-las
Seleção de Formadores(as) que apresentem experiência de trabalho com a população cigana.	Pedido de excepção para emissão de CAP ao IEFP. Envolvimento de mediadores(as)
Realização de reuniões de preparação e avaliação com a presença de todos os(as) formadores(as) envolvidos pela disparidade das zonas geográficas de residência e/ou agendas profissionais.	Realização de reuniões parcelares e/ou individuais com entidade formadora. Produção do Manual de Apoio ao(a) Formador(a).
Seleção dos(as) formandos(as) para participar no Estágio Transnacional.	Prever o Estágio, em alternativa, no caso de “tecto” de orçamento, em território nacional. Mobilizar formadores(as) de outros países na Acção de Formação.
Dificuldade de interiorização de algumas competências pessoais e sociais fundamentais ao desenvolvimento de relações interculturais (o “eu” e o “outro”).	Recurso a casos práticos e a estratégias de “Role Playing” no processo formativo.

ANEXO III - Critérios objectivos e
pontuação dos pedidos de habitação para a
priorização das famílias a enquadrar em
“Situação de emergência” e no
“PROHABITA”

CRITÉRIOS OBJECTIVOS E PONTUAÇÃO DOS PEDIDOS DE HABITAÇÃO PARA A PRIORIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS A ENQUADRAR EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

NOME:
MORADA:
FREGUESIA:

TELEFONE:
DATA:

Variáveis / Critérios de pontuação	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
1. TIPO DE ALOJAMENTO		
Sem habitação	25	
Em barraca ou construção abarracada	20	
Em quarto	15	
Em parte de casa	10	
Em prédio ou moradia	5	
2. TÍTULO DE OCUPAÇÃO		
Habitação própria	0	
Habitação arrendada	1	
Habitação subarrendada	2	
Habitação cedida	3	
Coabitação com familiares	4	
Coabitação com outros	5	
3. RELAÇÃO RENDA / RENDIMENTO DO ALOJAMENTO ACTUAL		
Menos de 14%	1	
De 14% a 20%	2	
De 20% a 30%	3	
De 30% a 50%	4	
De 50% a 75%	10	
De 75% a 100%	20	
4. SITUAÇÃO HABITACIONAL		
Estável	1	
Em risco de acção de despejo ou de perda da habitação	20	
Acção de despejo com sentença transitada em julgado ou acção de penhora da habitação	25	
5. SITUAÇÃO DO ALOJAMENTO		
Degradado	4	
Razoável	2	
Bom	1	
6. CONDIÇÕES DE CONFORTO E SALUBRIDADE		
Sem esgoto	3	
Sem água	3	
Sem retrete	6	
Sem banheira ou chuveiro	3	
Sem electricidade	1	
7. SITUAÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR		
Elementos do agregado:		
Com menos de 6 anos	6	
Dos 6 aos 10 anos	5	
Dos 11 aos 14 anos	4	
Dos 15 aos 17 anos	3	
Dos 18 aos 25 anos	2	
Dos 25 aos 60 anos	1	
Dos 61 anos aos 64 anos	6	
Mais de 65 anos	7	
8. PROBLEMÁTICAS NO AGREGADO FAMILIAR		
Alcoolismo e/ou toxicod dependência	40	

CRITÉRIOS OBJECTIVOS E PONTUAÇÃO DOS PEDIDOS DE HABITAÇÃO PARA A PRIORIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS A ENQUADRAR EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Variáveis / Critérios de pontuação	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Violência doméstica	40	
Pessoas idosas ou com deficiência, com elevado grau de dependência	40	
Deficiência física ou mental	40	
Grave efermidade	40	

9. IMPOSSIBILIDADE DE ACEDER A UMA HABITAÇÃO PELOS PRÓPRIOS MEIOS (capitação do rendimento inferior a 50% do RMM, depois de deduzido no rendimento do agregado o valor da renda condicionada de uma habitação municipal de tipologia adequada)		
Menos de 12,5 %	40	
de 12,5% a 20%	30	
de 20% a 30%	20	
de 30% a 40%	10	
de 40% a 50%	5	
de 50 a 75%	2	
de 75% a 100%	1	
Mais de 100%	0	

10. ÍNDICE DE OCUPAÇÃO (IO = nº pessoas / nº quartos):		

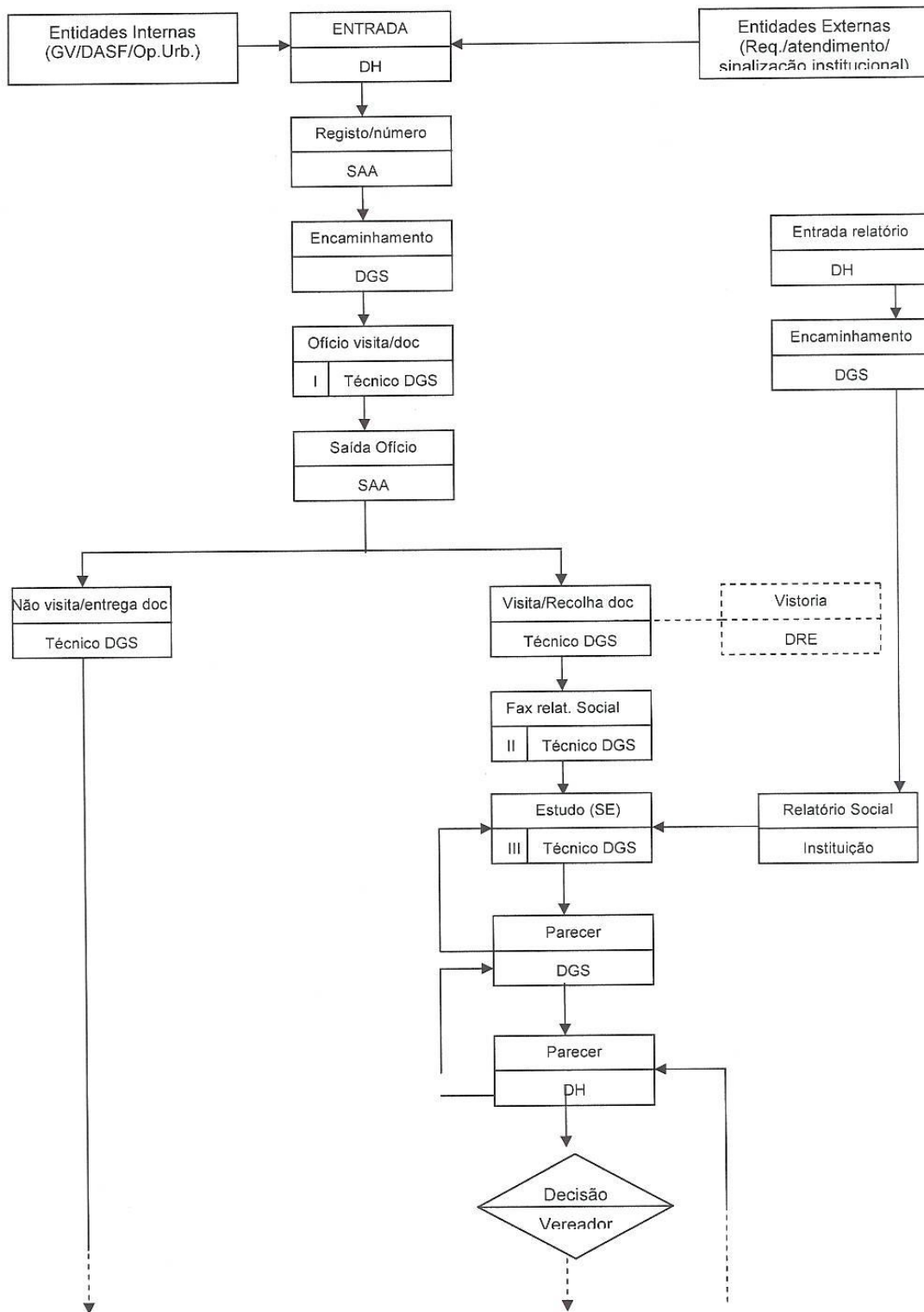
11. TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO		
Menos de 1 ano	1	
De 1 a 5 anos	5	
De 5 a 10 anos	8	
Mais de 10 anos	10	

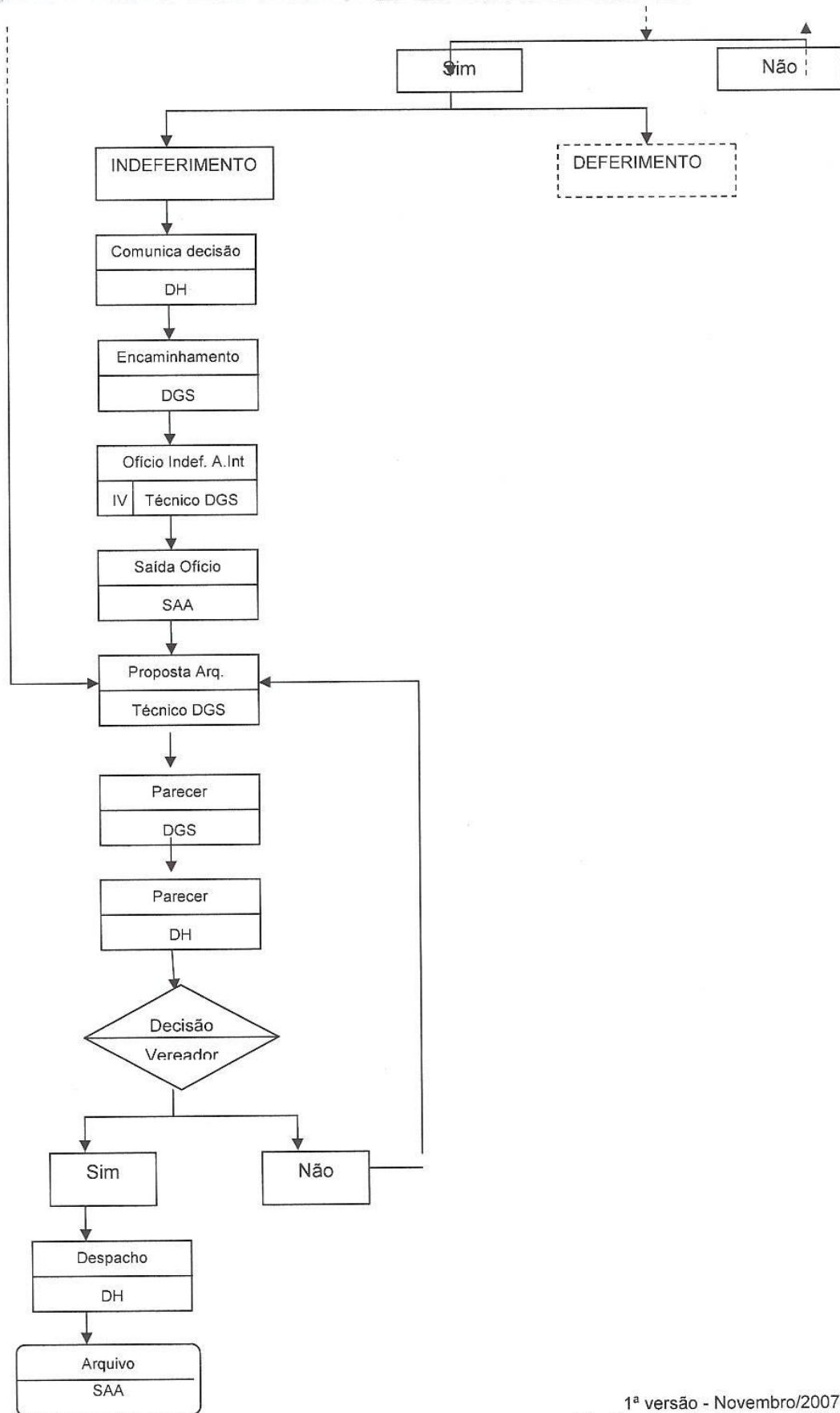
12. SITUAÇÃO FACE AO TRABALHO		
Emprego estável	2	
Emprego precário	3	
Frequência de Curso de Formação	4	
Sem ocupação	0	
Desempregado (inscrito no Centro de Emprego)	5	
Desempregado de longa duração (inscrito no Centro de Emprego)	6	
Estudante	5	
Reformado / Pensionista (com pensão mínima)	5	
Reformado / Pensionista	2	
Doméstica	0	

Proposta de critérios e respectiva pontuação, para a priorização das famílias a realojar no âmbito do PROHABITA

Crítérios para a priorização das famílias	
	Pontuação
1. Condições de habitabilidade	
a) Habitação oriunda de operações urbanísticas	30
b) Habitação em ruína	20
c) Construções abarracadas	10
d) Estruturas/Edificações provisórias	10
e) Situações de sobreocupação com um grau de - 1	8
f) Situações de sobreocupação com um grau de - 2	10
g) Situações de sobreocupação com um grau de - 3	15
h) Situações de sobreocupação com um grau de - 4 ou mais	20
i) Quarto/Outros	5
2. Condições higiénicas da habitação	
a) Sem esgoto	2
b) Sem água	2
c) Sem sanita	2
d) Sem banheira ou chuveiro	2
e) Sem electricidade	2
3. Grupos etários do chefe de família	
a) Menos de 30 anos	4
b) De 31 a 45 anos	8
c) De 46 a 64 anos	12
d) Mais de 65 anos	16
4. Menores residentes	
a) Por cada filho	3
5. Ascendentes residentes	
a) Por cada ascendente	2
6. Inserção social (formação/emprego e reformados)	
a) Chefe de família	4
b) Cônjuge/companheiro	4
c) Reformados/Pensionistas por cada elemento do agregado familiar	6
7. Situação socio-económica	
Rendimento mensal, per capita, do agregado familiar em percentagem da retribuição mínima mensal (RMM)	
a) Menos de 12,5%	20
b) De 12,5% a 20%	15
c) De 20% a 30%	10
d) De 30% a 40%	8
e) De 40% a 50%	6
f) De 50% a 60%	4
g) De 60% a 80%	2
h) De 80% a 100%	1
i) Mais de 100%	0
8. Situações especiais devidamente justificadas	
a) Problemas de saúde com carácter grave e permanente por cada elemento do agregado familiar	10

Anexo IV - Fluxograma “Descrição do Processo de Gestão da Habitação”





Anexo V - Regime de Renda apoiada

e Comunicações, não sendo, contudo, passível de qualquer bonificação.

Artigo 18.º

Sanções

1 — Constitui crime de especulação, nos termos do Decreto-Lei n.º 28/84, de 20 de Janeiro, a comercialização de fogos a preços superiores aos que forem estabelecidos nos termos do artigo 11.º ou a prática de renda em violação do regime de renda condicionada aplicável nos termos do n.º 2 do artigo 12.º

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a violação dos preços máximos implica a suspensão, por um ano, do alvará da empresa promotora responsável pelo CDH ou da mediadora imobiliária.

3 — A violação do disposto no artigo 14.º implica para a empresa a perda da bonificação respectiva, sem prejuízo da demais responsabilidade contratual ou outra em que incorra.

4 — O incumprimento do CDH pela empresa promotora implica a suspensão do respectivo alvará até que seja regularizada a situação.

Artigo 19.º

Norma revogatória

1 — É revogado o Decreto-Lei n.º 39/89, de 1 de Fevereiro, com excepção do artigo 15.º, na parte em que também em vigor o artigo 8.º, n.º 1, alíneas b) e d), do artigo 17.º, n.ºs 3 a 5, do Decreto-Lei n.º 236/85, de 5 de Julho.

2 — As remissões efectuadas para o Decreto-Lei n.º 39/89, de 1 de Fevereiro, consideram-se feitas para presente diploma.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 18 de Março de 1993. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Ário Fernando de Campos Pinto* — *Artur Aurélio Teixeira Rodrigues Consolado* — *Jorge Braga de Macedo* — *Joaquim Martins Ferreira do Amaral*.

Promulgado em 26 de Abril de 1993.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 27 de Abril de 1993.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

Decreto-Lei n.º 100/93

de 7 de Maio

Os imóveis sujeitos ao regime de arrendamento soencontram-se ainda, à semelhança do que acontece com o mercado de arrendamento em geral, até à data em vigor do Decreto-Lei n.º 321-B/90, de 15 de Outubro, vinculados a mecanismos vários de actualização de renda pouco funcionais e que têm contribuído, nos últimos anos, para uma acentuada e acelerada degradação do parque habitacional afecto ao arrendamento social.

Importa, por isso, reformular e uniformizar os regimes de renda a que tais imóveis estão sujeitos, de modo desejavelmente, a todas as habitações destinadas

a arrendamento de cariz social, quer tenham sido adquiridas ou construídas pelo Estado, seus organismos autónomos ou institutos públicos, quer pelas autarquias locais ou pelas instituições particulares de solidariedade social, desde que com o apoio financeiro do Estado, se aplique um só regime — o regime da renda apoiada —, conforme dispõe o artigo 82.º do Regime do Arrendamento Urbano, aprovado pelo diploma acima citado.

Tal regime baseia-se na existência de um preço técnico, determinado objectivamente, tendo em conta o valor real do fogo, e de uma taxa de esforço determinada em função do rendimento do agregado familiar.

É da determinação da taxa de esforço que resulta o valor da renda apoiada.

Estabelecem-se, assim, os mecanismos de determinação do valor locativo do fogo — o preço técnico —, bem como do montante que o arrendatário pode efectivamente suportar — a renda apoiada.

Este valor evoluirá em função e na medida do rendimento do agregado familiar do arrendatário.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º — 1 — O presente diploma tem por objecto o estabelecimento do regime de renda apoiada.

2 — Ficam sujeitos ao regime de renda apoiada os arrendamentos das habitações do Estado, seus organismos autónomos e institutos públicos, bem como os das adquiridas ou promovidas pelas Regiões Autónomas, pelos municípios e pelas instituições particulares de solidariedade social com participações a fundo perdido concedidas pelo Estado, celebrados após a entrada em vigor do presente diploma.

3 — Ficam igualmente sujeitos ao regime de renda apoiada os arrendamentos das habitações adquiridas ou promovidas pelas Regiões Autónomas, participadas a fundo perdido pela respectiva Região, celebrados após a entrada em vigor do presente diploma.

Art. 2.º — 1 — O regime de renda apoiada baseia-se na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço, nos termos do presente diploma.

2 — Da taxa de esforço resulta o valor da renda apoiada, adiante designada por renda.

Art. 3.º — 1 — Para os efeitos do presente diploma considera-se:

a) «Agregado familiar», o conjunto de pessoas constituído pelo arrendatário, pelo cônjuge ou pessoa que com aquele viva há mais de cinco anos em condições análogas, pelos parentes ou afins na linha recta ou até ao 3.º grau da linha colateral, bem como pelas pessoas relativamente às quais, por força de lei ou de negócio jurídico que não respeite directamente à habitação, haja obrigação de convivência ou de alimentos e ainda outras pessoas a quem a entidade locadora autorize a coabitação com o arrendatário;

b) «Dependente», elemento do agregado familiar com menos de 25 anos que não tenha rendimentos e que, mesmo sendo maior, possua, comprovadamente, qualquer forma de incapacidade permanente ou seja considerado inapto

para o trabalho ou para angariar meios de subsistência;

- c) «Rendimento mensal bruto», o quantitativo que resulta da divisão por 12 dos rendimentos anuais líquidos auferidos por todos os elementos do agregado familiar à data da determinação do valor da renda;
- d) «Rendimento mensal corrigido», rendimento mensal bruto deduzido de uma quantia igual a três décimos do salário mínimo nacional pelo primeiro dependente e de um décimo por cada um dos outros dependentes, sendo a dedução acrescida de um décimo por cada dependente que, comprovadamente, possua qualquer forma de incapacidade permanente;
- e) «Salário mínimo nacional», o fixado para a generalidade dos trabalhadores.

2 — Para efeitos do disposto na alínea c) do número anterior, consideram-se rendimentos o valor mensal de todos os ordenados, salários e outras remunerações do trabalho, incluindo diuturnidades, horas extraordinárias e subsídios, e ainda o valor de quaisquer pensões, nomeadamente de reforma, aposentação, velhice, invalidez, sobrevivência, e os provenientes de outras fontes de rendimento, com excepção do abono de família e das prestações complementares.

Art. 4.º — 1 — O preço técnico a que se refere o artigo 2.º é calculado nos mesmos termos em que o é a renda condicionada, sendo o seu valor arredondado para a dezena de escudos imediatamente inferior.

2 — Para os efeitos do disposto no número anterior, o valor do fogo será o que tiver sido considerado para cálculo do montante do respectivo financiamento.

3 — Quando não for possível determinar o valor do fogo nos termos do número anterior ou quando esse valor for manifestamente inadequado, é considerado o seu valor actualizado, estabelecido nos termos do regime de renda condicionada, tendo em conta o respectivo nível de conforto, estado de conservação, coeficiente de vetustez e área útil e o preço da habitação por metro quadrado.

Art. 5.º — 1 — O valor devido pelo arrendatário é o da renda apoiada.

2 — O valor da renda é determinado pela aplicação da taxa de esforço (T) ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o T , arredondado às milésimas, que resulta da aplicação da seguinte fórmula:

$$T = \frac{0,08 R_c}{S_{mn}}$$

em que:

R_c = Rendimento mensal corrigido do agregado familiar;

S_{mn} = Salário mínimo nacional.

3 — O valor da renda é arredondado para a dezena de escudos imediatamente inferior e não pode exceder o valor do preço técnico nem ser inferior a 1% do salário mínimo nacional.

Art. 6.º — 1 — Para a determinação do valor da renda, os arrendatários devem declarar os respectivos rendimentos à entidade locadora anual, bienal ou trienalmente, conforme opção desta.

2 — Nos casos em que os rendimentos do agregado familiar tenham carácter incerto, temporário ou variável e não seja apresentada prova bastante que justifi-

que essa natureza, a entidade locadora presumirá que o agregado familiar auferiu um rendimento superior a declarado sempre que um dos seus membros exercer actividade que notoriamente produza rendimentos superiores aos declarados ou seja possuidor de bens não compatíveis com aquela declaração.

3 — A declaração estabelecida no número anterior é ilidível pelo interessado mediante a apresentação de prova em contrário.

4 — No acto da presunção deve a entidade locadora estabelecer o montante do rendimento mensal bruto do agregado familiar que considera relevante para a fixação da renda e de tudo notificar o arrendatário no prazo de 15 dias.

5 — O incumprimento do disposto no n.º 1, que por falta de declaração quer por falsa declaração, determina o imediato pagamento, por inteiro, do preço técnico, sem prejuízo de constituir fundamento de resolução do contrato de arrendamento.

6 — O disposto no número anterior não prejudica, nos termos da lei geral, a eventual responsabilidade criminal do declarante.

Art. 7.º — 1 — A renda vence-se no 1.º dia útil de mês a que respeita.

2 — O pagamento da renda é efectuado no local e pelo modo fixado pela entidade locadora.

3 — Sempre que o pagamento seja feito por débito do respectivo quantitativo na conta bancária do arrendatário, é dispensada a emissão do recibo de renda, desde que a entidade locadora e a data do pagamento se mostrem identificadas no extracto autenticado pelo modo em uso na instituição de crédito.

Art. 8.º — 1 — O preço técnico actualiza-se, anual e automaticamente, pela aplicação do coeficiente de actualização dos contratos de arrendamento em regime de renda condicionada.

2 — O montante da renda actualiza-se, também anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar, salvo o disposto no n.º 4.

3 — A renda pode ainda ser reajustada, a todo o tempo, sempre que se verifique alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar, resultante de morte, invalidez permanente e absoluta ou desemprego de um dos seus membros.

4 — Quando, por opção da entidade locadora, o arrendatário apenas declare bienal ou trienalmente os rendimentos do seu agregado familiar, a actualização da renda é feita com base na variação percentual para esse ano do salário mínimo nacional.

5 — Se o disposto no número anterior levar a uma actualização da renda superior à que resultaria da aplicação do n.º 2, o arrendatário pode sempre declarar à entidade locadora os rendimentos do seu agregado familiar para a respectiva correcção.

6 — A entidade locadora deve, com a antecedência mínima de 30 dias, comunicar por escrito ao arrendatário qualquer alteração aos valores do preço técnico ou da respectiva renda.

Art. 9.º — 1 — Compete à entidade locadora a organização dos processos tendentes à determinação do montante da renda.

2 — A entidade locadora pode, a todo o tempo, solicitar aos arrendatários quaisquer documentos e esclarecimentos necessários para a instrução e ou actualiza-

- Adjudicar a obra de "Recuperação da habitação municipal sita na Rua Verde Pinho – Bloco C – Entrada 2- R/c Esq." à firma "Ferreira de Sousa, Construções Cívicas e Obras Públicas", pelo valor de 14.994,76 €, acrescido de IVA, com prazo de execução de 60 dias, incluindo sábados, domingos e feriados, com dispensa de contrato escrito.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XI.7. Regime de Renda Apoiada – Adopção de Critérios Especiais.

Relativamente a este assunto a Divisão de Gestão Social apresentou a informação nº 1120, de 07/12/2004, que a seguir se transcreve:

"Por razões de justiça e igualdade social, a Câmara Municipal de Coimbra deliberou (deliberação nº 3324/2003, de 27 de Outubro), de acordo com o permitido pelo artº 11º do Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de Maio, desencadear o processo tendente à aplicação do regime de "renda apoiada" relativamente à generalidade das habitações municipais de cariz social, bem como proceder à actualização das rendas respeitantes aos arrendamentos já celebrados no regime de renda apoiada.

Assim, foi dada sequência ao processo no que se refere à aplicação do regime de renda apoiada relativamente às habitações municipais de cariz social, cujos contratos de arrendamento foram celebrados anteriormente à entrada em vigor do Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de Maio, nos Bairros do Misericórdia, Ingote e Fonte da Talha, nos termos das deliberações da Câmara Municipal de Coimbra de 24/11/2003, de 31/05/2004 e de 16/08/2004, respectivamente, com a adopção dos seguintes critérios na fórmula de cálculo da renda apoiada, tendo por objectivo melhor adaptar à realidade existente o Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de Maio:

- Considerar apenas 50% do valor das pensões de reforma, aposentação, velhice, invalidez e sobrevivência, contando apenas com os 12 meses de pensão base e considerá-los na categoria de "dependente".
- Não contabilizar os rendimentos auferidos pelos jovens com menos de 25 anos integrantes de um agregado familiar e que os referidos jovens continuem a beneficiar da condição de "dependente".
- Levar apenas em conta os 12 meses de salário, considerando apenas o salário base, não incluindo as diuturnidades, as horas extraordinárias e outros subsídios.

No que se refere à actualização das rendas respeitantes aos arrendamentos já celebrados no regime de renda apoiada (Bairros da Rosa, Conchada – Rua Padre Melo, bem como nas habitações localizadas noutros bairros municipais em que já se encontrava aplicado aquele regime) até à presente data não foi ainda apresentado o cálculo das respectivas rendas.

No entanto, e considerando que, nos termos do nº 3 do artigo 8º do Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de Maio a renda pode ser reajustada a todo o tempo, sempre que se verifique alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar, resultante de morte, invalidez permanente e absoluta ou desemprego de um dos seus membros, temo-nos confrontado com diversos pedidos de reajustamento da renda, bem como alterações de renda resultantes de transmissões de arrendamentos, assim como novos arrendamentos decorrentes de mudanças de habitação e de realojamentos de agregados em situações de emergência.

Assim, e considerando as questões que nos são colocadas com maior frequência pelas famílias quando confrontadas com os valores resultantes da aplicação do Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de

Maio, designadamente:

- O facto de afectar negativamente as famílias que integram reformados com baixos rendimentos, dado não serem contabilizadas as despesas de saúde que esta faixa da população normalmente tem de suportar;
- O facto de serem contabilizados os rendimentos dos jovens, quando estes muitas vezes não contribuem para a economia familiar;
- O facto de serem contabilizados os rendimentos ocasionais (horas extraordinárias, subsídios de refeição e de turno, etc.) que normalmente são variáveis mas que contribuem para onerar o valor da renda.

propõe-se que, também por razões de justiça e igualdade social, sejam adoptados os seguintes critérios na fórmula de cálculo da renda apoiada, quer aos actuais arrendatários que já têm contratos de arrendamento celebrados ao abrigo do Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de Maio, quer aos novos arrendamentos celebrados ao abrigo deste diploma legal:

- a. Considerar apenas 50% do valor das pensões de reforma, aposentação, velhice, invalidez e sobrevivência, contando apenas com os 12 meses de pensão base e considerá-los na categoria de "dependente".
- b. Não contabilizar os rendimentos auferidos pelos jovens com menos de 25 anos integrantes de um agregado familiar e que os referidos jovens continuem a beneficiar da condição de "dependente".
- c. Levar apenas em conta os 12 meses de salário, considerando apenas o salário base, não incluindo as diuturnidades, as horas extraordinárias e outros subsídios.

Caso seja aprovada a candidatura apresentada pela Câmara Municipal de Coimbra ao PROHABITA, é nosso entendimento que esta questão deverá também ser proposta superiormente ao INH".

Para o mesmo assunto o Sr. Vereador **Gouveia Monteiro** apresentou o seguinte despacho em 23/12/2004:

"Concordo. O regime de renda apoiada dever ser aplicada de igual modo a todos os agregados familiares".

Posto isto, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5800/2005 (03/01/2005):

- **Aprovar as propostas constantes da informação nº 1120 da Divisão de Gestão Social acima transcrita.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO XII - CULTURA

XII.1. Homenagem a Miguel Torga.

Anexo VI - Guiões das entrevistas às famílias e aos técnicos

Guião para as famílias realojadas

1) Percurso profissional

Fale-me do seu percurso profissional desde o seu primeiro emprego até à actualidade (experiência de trabalho).

Para quem não trabalha: Trabalhou alguma vez? Ou em casa? E o que faz o seu/sua marido/mulher?

2) Educação dos filhos

Constituição do agregado familiar.

A importância da educação dos filhos.

3) Apoios sociais/familiares

Relação com a segurança social (se está inscrito; faz descontos)

Recebe apoios sociais e dos familiares? (ou foram suspensos?)

4) Pré-realojamento

Experiências residenciais anteriores.

Se já tinha a experiência de viver numa casa (e como era essa casa) e lidar com electrodomésticos.

Como decorreu o seu realojamento? Como foi o processo de realojamento (descrição e avaliação, pontos positivos e negativos); Com quem contactaram; Como tiveram conhecimento do D.H.

Como foram à CMC; burocracias, reuniões, papéis, vontade própria ou não.

Como lidam com o processo burocrático e psicológico.

O passado (família, amigos), o que perdeu e o que ganhou (dimensão afectiva).

O que querem e o que não querem.

Balanco das coisas boas e más, como viveram a situação.

Houve algum tipo de formação?

5) Pós-realojamento

Adaptação à nova casa e inserção, relação com vizinhos e bairro/rua.

O que acha das condições da sua casa? (Opinião geral acerca da situação habitacional, aspectos positivos e negativos)

Responsabilidades da nova casa (despesas aumentaram ou diminuíram; condomínio)

Qual o valor da renda e opinião acerca desse valor.

Realização de obras/reparações e manutenção da casa.

Comparação da situação habitacional anterior e da actual situação.

Opinião acerca do acompanhamento dos técnicos relativamente ao realojamento (sentiu-se apoiado, alerta para a existência de novos problemas, guia do morador).

O que poderia ser feito para melhorar o acompanhamento pós-realojamento.

6) Expectativas perante o futuro (casa e futuro profissional)

Deseja autonomizar-se (em relação à casa) ou não? (sair da casa ou permanecer).

Expectativas a nível profissional (no caso de estar empregado se a situação é estável e no caso de estar desempregado quais as expectativas).

Guião para técnicos DGS na Fornalhinha

1) Realojamento

- Como funciona o processo de atribuição de habitação? Que critérios estão na base da avaliação dos pedidos e da atribuição?
- Quais são os passos (as etapas) a seguir? (burocracias)
- Como se processa o realojamento?
- Que problemas e dificuldades identifica nos processos de realojamento? De que tipo: burocráticos? materiais (recursos e condições disponíveis para os processos)? pessoais (comportamentos dos realojados)? subjectivos (desajustamentos entre condições proporcionadas e expectativas dos realojados)? outros?
- Quais são as condições ideais para o sucesso do processo de realojamento?

2) Sensibilidade

- Como técnico/a, como lida com os problemas e comportamentos das pessoas? Quais são os critérios? (sensibilidade, estereótipos)

3) Famílias

- Quais são os motivos que estão na origem do pedido? E quais as expectativas das pessoas?
- Quais são os aspectos positivos e negativos vividos pelas famílias durante o processo de realojamento?
- As famílias mostram-se satisfeitas com as habitações que lhes são atribuídas? Que tipo de comentários é que as pessoas fazem relativamente à habitação?
- Quais os aspectos que mais satisfazem as famílias realojadas? E os aspectos de menor satisfação referidos pelos realojados?
- O que sentem ou como reagem os realojados perante uma possível mudança de casa, quando as circunstâncias obrigam a isso?
- Quais as despesas que as famílias viram a aumentar depois do realojamento?
- As famílias mostram-se satisfeitas com o ambiente do bairro (do lugar onde moram seja bairro ou subarrendamento)? E com a vizinhança? E quanto aos recursos disponíveis, infra-estruturas da habitação?

Guião para técnicas DGS no CMAS

- Qual é o objectivo deste centro?
- Quais as acções em vigor e o público-alvo?
- A população participa nestas acções? E como avalia essa participação?
- Conseguem realmente contribuir para a integração da população, nomeadamente dos jovens nestes bairros? E quais os resultados concretos?
- Quais são os problemas sociais dos bairros da Rosa e do Ingote?
- Como é o ambiente dos bairros e quais os estereótipos associados com estes e se correspondem à realidade?
- Que tipo de problemas levam as pessoas a procurar-vos? Como acompanham as pessoas?

3) Realojamento

- Como funciona o processo de atribuição de habitação? Que critérios estão na base da avaliação dos pedidos (e actualmente quantos são) e da atribuição?
- Quais são os passos (as etapas) a seguir? (burocracias)
- Como se processa o realojamento?
- Que problemas e dificuldades identifica nos processos de realojamento? De que tipo: burocráticos? materiais (recursos e condições disponíveis para os processos)? pessoais (comportamentos dos realojados)? subjectivos (desajustamentos entre condições proporcionadas e expectativas dos realojados)? outros?
- Quais são as condições ideais para o sucesso do processo de realojamento?

4) Sensibilidade

- Como técnico/a, como lida com os problemas e comportamentos das pessoas? Quais são os critérios? (sensibilidade, estereótipos)

4) Famílias

- Quais são os motivos que estão na origem do pedido? E quais as expectativas das pessoas?
- Quais são os aspectos positivos e negativos vividos pelas famílias durante o processo de realojamento?
- As famílias mostram-se satisfeitas com as habitações que lhes são atribuídas? Que tipo de comentários é que as pessoas fazem relativamente à habitação?
- Quais os aspectos que mais satisfazem as famílias realojadas? E os aspectos de menor satisfação referidos pelos realojados?

- O que sentem ou como reagem os realojados perante uma possível mudança de casa, quando as circunstâncias obrigam a isso?
- Quais as despesas que as famílias viram a aumentar depois do realojamento?
- As famílias mostram-se satisfeitas com o ambiente do bairro (do lugar onde moram seja bairro ou subarrendamento)? E com a vizinhança? E quanto aos recursos disponíveis, infra-estruturas da habitação?

Anexo VII - Fichas das famílias

Entrevista 1:

Data da realização: 20/04/2009

Freguesia: Eiras

Tipologia da Habitação: T3

Agregado familiar: Composto por um casal (o elemento masculino é de etnia cigana) e três filhas menores e estudantes. A entrevistada padece de doença mental e o seu companheiro está desempregado. Uma das filhas do casal padece também de doença renal crónica.

Motivo do realojamento: O casal vivia numa barraca sem as mínimas condições habitacionais. No passado, esta família residiu ainda em dois bairros municipais antes de ser realojada numa habitação do mercado privado.

Entrevista 2:

Data da realização: 27/04/2009

Freguesia: Santa Cruz

Tipologia da Habitação: T2

Agregado familiar: Composto pela entrevistada, divorciada e o filho menor e estudante. A munícipe trabalha como assistente operacional num Jardim de Infância.

Motivo do realojamento: Esta família vivia num espaço construído para arrumos, adaptado para habitação mas sem as mínimas condições de habitabilidade pois a construção estava inacabada, em mau estado de conservação, sem água canalizada, saneamento ou instalação sanitária.

Entrevista 3:

Data da realização: 27/04/2009

Freguesia: Santa Cruz

Tipologia da Habitação: T3

Agregado familiar: Composto pela entrevistada, a sua filha e a sua neta menor. A entrevistada é divorciada e reformada por invalidez, a filha é maior, estudante e solteira. Tanto a entrevistada como a sua filha sofrem de espondilite anquilosante, doença da coluna vertebral.

Motivo do realojamento: Esta família residia numa habitação com deficientes condições de segurança e salubridade, com número de quartos insuficiente e cujos acessos constituíam uma forte condicionante à mobilidade de ambas.

Entrevista 4:

Data da realização: 07/05/2009

Freguesia: Santa Cruz

Tipologia da Habitação: T3

Agregado familiar: Composto pela entrevistada, viúva e fisioterapeuta por conta própria, a sua filha maior, estudante e solteira e a sua neta menor. A entrevistada e a sua neta possuem graves problemas respiratórios. Esta família é natural da Bielorrússia e reside em Portugal há cerca de quatro anos.

Motivo do realojamento: A família vivia numa construção clandestina (garagem adaptada sem licença de habitabilidade), em terreno privado, sem condições e em mau estado de conservação, num espaço exíguo e com apenas uma janela dificultando a circulação de ar.

Entrevista 5:

Data da realização: 07/05/2009

Freguesia: Santa Cruz

Tipologia da Habitação: T2

Agregado familiar: Composto pela entrevistada, solteira e desempregada e pelos seus dois filhos do sexo masculinos, menores e portadores de deficiência. História familiar complicada, com situações de gravidez na adolescência e toxicodependência.

Motivo do realojamento: A munícipe vivia com os dois filhos num quarto de um Centro de acolhimento sem condições económicas para aceder a uma habitação.

Entrevista 6:

Data da realização: 13/05/2009

Freguesia: Eiras

Tipologia da Habitação: T1

Agregado familiar: Composto por um casal em que a entrevistada está desempregada e o marido exerce a actividade de arrumador de carros. Este casal tem três filhos maiores com os quais mantêm poucas relações pois desde cedo estiveram institucionalizados devido às parcas condições económicas e habitacionais dos pais.

Motivo do realojamento: Esta família vivia numa habitação por empréstimo, sem pagar renda e sem condições de habitabilidade e salubridade pois era uma construção antiga, em mau estado de conservação, sem electricidade e as poucas janelas existentes estavam fechadas por razões de segurança.

Entrevista 7:

Data da realização: 13/05/2009

Freguesia: Santa Cruz

Tipologia da Habitação:

Agregado familiar: Composto por um casal, desempregado e dois filhos menores e estudantes.

Motivo do realojamento: Projecto de Valorização do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e realojamento das famílias residentes na área de intervenção deste projecto. Além disso, a habitação em que a família residia era uma construção antiga, estava muito degradada, sem casa de banho.

Entrevista 8:

Data da realização: 18/05/2009

Freguesia: São Martinho do Bispo

Tipologia da Habitação: T3

Agregado familiar: Composto por um casal em que a entrevistada está desempregada e o marido é funcionário da CMC (cantoneiro de limpeza) e os seus três filhos, menores e estudantes. Esta família teve um passado complicado pois a entrevistada sofreu de várias depressões e o seu marido foi toxicodependente e alcoólatra, no entanto, há onze anos que nada consome sendo regularmente acompanhado.

Motivo do realojamento: Esta família vivia num anexo degradado (construção clandestina em terreno privado) sem as mínimas condições de habitabilidade com apenas única divisão e sem casa de banho.

Entrevista 9:

Data da realização: 18/05/2009

Freguesia: Torre Vilela

Tipologia da Habitação: T2

Agregado familiar: Composto pela entrevistada, divorciada, desempregada, frequenta um programa de inserção na área da educação e os três filhos menores e estudantes.

Motivo do realojamento: Esta família vivia em situação de favor na casa do ex-companheiro da munícipe. Situação de grave carência habitacional e económica em que as crianças são sujeitas a violência física e psicológica precisando de sair com urgência do contexto social onde se encontram.

Entrevista 10:

Data da realização: 25/05/2009

Freguesia: Santa Cruz

Tipologia da habitação: T1

Agregado familiar: Composto por um elemento do sexo feminino, idoso e reformado (anteriormente dedicava-se à agricultura).

Motivo do realojamento: A munícipe vivia sem as mínimas condições de habitabilidade, sem instalações sanitárias nem cozinha (barraca de alvenaria em terreno privado, em mau estado de conservação, sem saneamento nem cozinha interna, casa de banho interna, banheira ou base de duche). Além disso, na altura estava a ser alvo de acção de despejo pelo não cumprimento do pagamento das rendas.

Entrevista 11:

Data da realização: 22/05/2009

Freguesia: Almedina

Tipologia da Habitação: T2

Agregado familiar: Composto pela entrevistada, solteira, desempregada e doente renal crónico e a filha menor que sofre de paralisia cerebral. A munícipe é natural de S. Tomé e Príncipe.

Motivo do realojamento: Esta família vivia numa construção clandestina, em terreno privado, sem condições e em mau estado de conservação. Além disso, na altura estava a ser alvo de acção de despejo pelo não cumprimento do pagamento das rendas.

Entrevista 12:

Data da realização: 22/05/2009

Freguesia: Almedina

Tipologia da Habitação: T2

Agregado familiar: Composto pela entrevistada, desempregada e a filha menor e estudante. O companheiro da entrevistada encontra-se detido no Estabelecimento Prisional de Coimbra. Família de etnia cigana.

Motivo do realojamento: Esta família residia numa barraca (abrigo improvisado) em terreno público, sem as mínimas condições de higiene e salubridade.

Entrevista 13:

Data da realização: 25/05/2009

Freguesia: Santa Cruz

Tipologia da Habitação: T4

Agregado familiar: Composto pela múnicipe, o companheiro, ambos desempregados e três filhos, dois menores e estudantes e um maior e desempregado. A entrevistada tem ainda mais dois filhos, uma filha que se encontra institucionalizada e um filho que se autonomizou.

Motivo do realojamento: Esta família residia numa habitação em elevado estado de degradação, é uma construção antiga com poucas condições habitacionais.

Entrevista 14:

Data da realização: 28/05/2009

Freguesia: Eiras

Tipologia da Habitação: T3

Agregado familiar: Casal e três filhos menores e estudantes. A entrevistada trabalha há pouco tempo como empregada de limpeza dos HUC e o companheiro é empregado das Águas de Coimbra.

Motivo do realojamento: Esta família vivia em situação de favor numa barraca de alvenaria em terreno privado, propriedade de familiares, sem condições habitacionais (sem saneamento e casa de banho interna) e em mau estado de conservação.

Entrevista 15:

Data da realização: 28/05/2009

Freguesia: Santa Cruz

Tipologia da Habitação: T2

Agregado familiar: Casal, ambos desempregados e quatro filhos menores e estudantes. Família de etnia cigana. O entrevistado foi dependente químico e está a ser acompanhado. Um dos filhos do casal sofre de problemas respiratórios.

Motivo do realojamento: Esta família vivia numa tenda por baixo de um viaduto sem as mínimas condições de habitabilidade.

Entrevista 16:

Data da realização: 28/05/2009

Freguesia: Santa Cruz

Tipologia da Habitação: T3

Agregado familiar: Casal e três filhos menores e estudantes. A entrevistada deixou de trabalhar para cuidar dos dois filhos mais novos e gémeos que sofrem de doença renal

crónica. O marido trabalha como funcionário do mercado abastecedor. Antes de ser diagnosticada a doença dos seus filhos, viviam com bastantes possibilidades.

Motivo do realojamento: Esta família residia num local onde existia uma vala que punha em risco a casa (com deficientes condições de segurança e salubridade) e as crianças especialmente quando chovia.

Entrevista 17:

Data da realização: 29/05/2009

Freguesia: Santa Cruz

Tipologia da Habitação: T4

Agregado familiar: Composto por um casal e seis filhos menores e estudantes. Família de etnia cigana. A entrevistada está desempregada e o companheiro está integrado num POC na limpeza das matas. Ambos os elementos do casal frequentaram as Novas Oportunidades para aquisição do 1º ciclo.

Motivo do realojamento: Esta família depois de ter vivido numa carrinha e numa barraca foi residir para o Parque de Nómadas, o que resultou no seu realojamento em habitação no mercado privado.

Entrevista 18:

Data da realização: 29/05/2009

Freguesia: Santo António dos Olivais

Tipologia da Habitação: T2

Agregado familiar: Casal e filho menor e estudante. A entrevistada é empregada de refeitório e é natural do Brasil. O marido está reformado por invalidez. Esta família teve um historial complicado com situações de violência conjugal e alcoolismo. Durante um período, o Tribunal de Menores retirou-lhes a guarda do filho.

Motivo do realojamento: Esta família residiu numa habitação com poucas condições, tinha também contraído dívidas de um arrendamento anterior devido à sua incapacidade económica para pagar as rendas.

Entrevista 19:

Data da realização: 1/06/2009

Freguesia: Eiras

Tipologia da Habitação: T2

Agregado familiar: Casal, ambos desempregados e dois filhos menores e estudantes. A entrevistada sofre de fibromialgia e de doença de carácter psiquiátrico e um dos filhos sofre de enurese.

Motivo do realojamento: Esta família vivia numa barraca que, apesar de ter luz e água canalizada obtida através da casa de familiares, não tem condições para ser habitada com um mínimo de higiene, segurança e salubridade.

Entrevista 20:

Data da realização: 1/06/2009

Freguesia: Santo António dos Olivais

Tipologia da Habitação: T2

Agregado familiar: Composto pela entrevistada, divorciada e empregada de balcão e duas filhas menores e estudantes. A entrevistada sofreu de várias depressões por não ter condições económicas, pois parte do seu salário é-lhe retirado todos os meses para o pagamento de dívidas contraídas durante o seu casamento sem poder contar com qualquer ajuda por parte do pai das crianças.

Motivo do realojamento: Esta família residia numa habitação com condições de habitabilidade mas sem meios económicos para efectuar o pagamento das rendas, que na altura, já estava em atraso.

Entrevista 21:

Data da realização: 02/06/2009

Freguesia: Santo António dos Olivais

Tipologia da Habitação: T3

Agregado familiar: Casal e quatro filhos, três menores e um maior, todos estudantes. A entrevistada trabalha como técnica de vending e o companheiro está desempregado. O casal teve um passado de toxicoddependência que conseguiu ultrapassar.

Motivo do realojamento: Esta família vivia em situação de sobreocupação sem capacidade económica para pagar as rendas.

Entrevista 22:

Data da realização: 02/06/2009

Freguesia: Eiras

Tipologia da Habitação: T3

Agregado familiar: Casal, desempregado e três filhos menores, um dos quais estudante. Família de etnia cigana.

Motivo do realojamento: A família encontrava-se em situação de grave carência habitacional pois vivia numa carinha.

Entrevista 23:

Data da realização: 04/06/2009

Freguesia: Eiras

Tipologia da Habitação: T2

Agregado familiar: Composto pela entrevistada, divorciada que frequenta curso de informática pelo qual recebe uma bolsa e o filho menor e estudante.

Motivo do realojamento: Esta família vivia em situação de favor na habitação do ex-marido da múnicipe sofrendo de violência física e verbal sem capacidade para aceder a uma habitação pelos próprios meios.

Entrevista 24:

Data da realização: 05/06/2009

Freguesia: São Bartolomeu

Tipologia da Habitação: T3

Agregado familiar: Composto pela entrevistada, divorciada e desempregada e as suas duas filhas, uma menor e estudante e outra maior e desempregada. A entrevistada possui uma história de vida muito complicada ligada à prática de actividades ilícitas e à prostituição. Durante um período, o Tribunal de Menores retirou-lhe a guarda das filhas. Este família foi acompanhada por diversas instituições.

Motivo do realojamento: A família foi alvo de acção de despejo pelo não cumprimento com o pagamento das rendas, além de ter vivido em situação de sobreocupação. A entrevistada chegou a viver na rua.

Entrevista 25:

Data da realização: 08/06/2009

Freguesia: Santa Clara

Tipologia da Habitação: T3

Agregado familiar: Composto pela entrevistada, divorciada e ajudante de cabeleireiro e os seus dois filhos menores e estudantes.

Motivo do realojamento: Esta família residia em casa de familiares em situação de favor e de sobreocupação sem capacidade para aceder a uma habitação pelos seus próprios meios.

Entrevista 26:

Data da realização: 08/0/2009

Freguesia: Santa Cruz

Tipologia da Habitação: T1

Agregado familiar: Composto por um elemento do sexo feminino, viúva, natural de Angola e integrada num POC como auxiliar numa casa de saúde. A entrevistada é amputada de um braço. Na altura, veio residir com o seu marido para Portugal por motivos de saúde.

Motivo do realojamento: Esta família residia numa habitação arrendada contudo sem capacidade para pagar as rendas pois o seu marido era doente oncológico (acabando por falecer) e a munícipe não tinha expectativas de arranjar emprego visto a sua deficiência.

Entrevista 27:

Data da realização: 09/06/2009

Freguesia: Eiras

Tipologia da Habitação: T3

Agregado familiar: Composto pela entrevistada, separada e desempregada e pelos seus três filhos, uma filha menor e estudante, uma filha menor e desempregada e um filho maior e desempregado. Família de etnia cigana.

Motivo do realojamento: Esta família encontrava-se em situação de grave carência habitacional pois viveu numa barraca e posteriormente numa habitação abandonada, ambas sem as mínimas condições de habitabilidade. No passado, esta família residiu ainda em outra habitação municipal.

Entrevista 28:

Data da realização: 09/06/2009

Freguesia: Eiras

Tipologia da Habitação: T2

Agregado familiar: Composto por um elemento do sexo feminino, divorciado e desempregado.

Motivo do realojamento: A entrevistada vivia num sótão com divisões muito pequenas, sem as mínimas condições de habitabilidade além de ter sofrido de grave enfermidade de foro oncológico. Além disso, como não conseguia encontrar emprego, na altura estava a ser alvo de acção de despejo pelo não cumprimento do pagamento das rendas.

Entrevista 29:

Data da realização: 09/06/2009

Freguesia: Santo António dos Olivais

Tipologia da Habitação: T2

Agregado familiar: Composto pela entrevistada, divorciada, vendedora ambulante e o filho menor estudante. A munícipe vive com o filho mais novo, sendo que os seus outros dois filhos já se autonomizaram. Família de etnia cigana.

Motivo do realojamento: Esta família residia num bairro municipal. No entanto, a munícipe e o filho eram vítimas de maus tratos por parte do seu ex-marido. A entrevistada foi ainda vítima de perseguição e ameaças por elementos da sua etnia pelo facto de se ter divorciado.

Entrevista 30:

Data da realização: 19/06/2009

Freguesia: Santa Cruz

Tipologia da Habitação: T2

Agregado familiar: Casal desempregado e duas filhas, uma maior e desempregada, a outra menor e estudante.

Motivo do realojamento: Projecto de Valorização do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e realojamento das famílias residentes na área de intervenção deste projecto. Além disso, a habitação em que a família residia era uma construção antiga, muito degradada e sem casa de banho.

Anexo XIII – Manual de Boas Práticas de Realojamento

Manual de Boas Práticas de Realojamento



Manual de Boas Práticas de
Realojamento realizado no
âmbito do estágio de mestrado
em Sociologia promovido pela
Faculdade de Economia da
Universidade de Coimbra no
Departamento de Habitação da
Câmara Municipal de Coimbra

Mariana Sofia Pereira Marques Roxo

Coimbra, 2010

Índice

1. Introdução	1
2. Conceitos.....	2
3. Problemas que o Realojamento coloca.....	4
4. As fases do Processo de Realojamento: o Pré-Realojamento e o Pós- Realojamento.....	6
4.1. Pré-Realojamento.....	7
4.1.1. Regras de boas práticas.....	7
4.2. Pós-Realojamento.....	10
4.1.2. Regras de boas práticas.....	10
5. Conclusão.....	14
6. Referências Bibliográficas.....	16

1. Introdução

O presente Manual de Boas Práticas de Realojamento foi desenvolvido no âmbito do meu estágio de mestrado na Divisão de Gestão Social do Departamento de Habitação da Câmara Municipal de Coimbra.

Este documento tem como objectivo a definição de regras de boas práticas a efectuar durante o processo de Realojamento: no Pré-Realojamento e no Pós-Realojamento.

Importa por isso definir esta expressão “boas práticas”, que “oriunda da gestão (do inglês *best practices*), designa os modos mais eficientes e mais eficazes de levar a cabo uma tarefa, segundo determinados procedimentos estabelecidos e comprovados ao longo do tempo por um grande número de pessoas. Em diversas profissões têm sido criadas normas de boas práticas que regulamentam o desempenho mais correcto dos respectivos profissionais” (RCBP, 2007¹).

É de extrema importância que as regras de boas práticas a desenvolver em cada fase garantam a continuidade e o equilíbrio do processo de Realojamento (Geraldo, 2008: 1). Estas regras devem ser contínuas e com o mesmo objectivo em comum.

Este Manual destina-se aos técnicos do Departamento de Habitação da Câmara Municipal de Coimbra e de outras instituições que façam parcerias com a Câmara Municipal de Coimbra e é dirigido à realidade habitacional do Município de Coimbra.

Este trabalho foi realizado tendo como base duas propostas de boas práticas para o realojamento efectuadas por técnicas da Divisão de Gestão Social do Departamento de Habitação da Câmara Municipal de Coimbra e a minha experiência durante o meu estágio de mestrado em Sociologia promovido pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra no Departamento de Habitação, através da observação cuidadosa *in loco* e das entrevistas efectuadas aos técnicos e às famílias realojadas.

¹ Informação obtida na página electrónica da Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas: <http://rcbp.dglb.pt/pt/ServProf/S%C3%ADtios%C3%BAteis/BoasPraticas/Paginas/default.aspx>.

2. Conceitos

Os conceitos abordados relativos à problemática do realojamento serão: “mal alojados”, “realojar” e “habitação social”.

Segundo Pegado *et al.*, “a habitação enquanto domínio fundamental das condições de vida das populações, constitui-se como uma área privilegiada de visibilidade das situações de carência e de detecção dos sectores populacionais socialmente mais desfavorecidos” (1999: 31). Ou seja, a análise das condições habitacionais de um agregado familiar fornece informação sobre a existência de situações de pobreza e de exclusão social. O tipo de alojamento assim como as suas infra-estruturas básicas e a lotação da habitação são elementos caracterizadores das condições habitacionais.

Em Portugal, o direito a uma habitação condigna é um direito constitucional (artigo nº 65 da CRP²) porém não é uma realidade ao alcance de todos.

“Mal alojados” é o termo que caracteriza os indivíduos que não partilham deste direito. Estes “partilham, assim, de condições habitacionais e de vida bastante deficitárias dos padrões médios de qualidade de vida e bem-estar, são dotados de fracos recursos de escolaridade e especialização profissional, e socialmente caracterizam-se pelas suas dificuldades em competirem nos mercados de oferta de habitação. Estes podem residir em contextos habitacionais tão diversos como bairros de barracas; bairros de alvenaria sem infra-estruturas e carentes de planeamento urbanístico; bairros camarários provisórios que com o tempo se degradam e que apresentam condições de habitabilidade bastante deficientes; em edifícios não concluídos e/ou embargados, entretanto ocupados para habitação; em áreas antigas caracterizadas por coabitações e sobre-ocupações; em alguns pátios, vilas e ilhas; em locais não destinados à habitação (grutas, cascos de árvores, etc.); ou ainda os sem abrigo, que vivem na rua” (Freitas, 1995: 4-5).

De acordo com Maria João Freitas (1995: 4), a atribuição de alojamentos a famílias mal alojadas tem sido uma preocupação de diversos municípios seja com objectivos higienistas de combate à insalubridade promovendo assim a saúde pública para proporcionar a estas populações melhores condições de vida e bem-estar nomeadamente nas suas condições habitacionais.

Entendendo que o realojamento diz respeito ao acto de realojar, esta expressão “realojar”, “pode significar *alojar de novo* e tem estado quase sempre associado à necessidade de atribuir alojamento a famílias que carecem de condições habitacionais

² Informação obtida na página electrónica da Constituição da República Portuguesa: <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx#art65>.

mínimas, a famílias vitimadas por catástrofes, a famílias residentes em áreas a desafectar em sequência de obras públicas ou ainda a programas de eliminação sistemática de barracas (...) e de ilhas (...) e à distribuição de fogos pelos seus habitantes”. Segundo Maria João Freitas, “os processos de realojamento têm sido sobretudo caracterizados pela atribuição e distribuição de alojamentos por famílias que deles carecem com urgência. E este tem sido o sentido que comumente se lhe tem atribuído, ou seja, *realojar é dar casas*” (Freitas, 1995: 3-16). Nesse sentido, de modo a combater esta ideia e a tornar o realojamento como um processo socialmente mais completo, realço a importância de iniciativas como esta, a de realização de um Manual de Boas Práticas de Realojamento assim como de outras medidas já implementadas pela Câmara Municipal de Coimbra com vista à integração social das populações.

Por fim, relativamente ao conceito de “habitação social”, este não está claramente definido. A Portaria nº 828/88 de 29 de Dezembro diz-nos que esta é uma “habitação de custos controlados promovida com apoio financeiro do Estado, nomeadamente pelas Câmaras Municipais, Cooperativas de Habitação, Empresas Privadas e Instituições Particulares de Solidariedade Social, destinadas à venda ou arrendamento e as que obedecem aos limites da área bruta, custo de construção e preços de venda fixados” (Vilaça, 1998: 139). Eduardo Vilaça diz-nos que “a ideia consagrada neste diploma legal dissocia claramente a habitação de custos controlados da habitação social tal como era entendida (...) donde se poderá depreender, em termos práticos, que qualquer pessoa/família poderá ter acesso a este tipo de habitação desde que esteja interessada” (Vilaça, 1998: 139).

Problemas que o Realojamento coloca

Nesta parte irei abordar alguns problemas que o realojamento coloca tanto às famílias realojadas como aos municípios.

Primeiramente, importa caracterizar as famílias realojadas pelo Departamento de Habitação. No geral, são famílias com carências profundas a nível económico, social, habitacional. Muitas vezes, a questão habitacional e económica esconde problemas sociais graves que não são colmatados de maneira nenhuma com a atribuição da habitação. Actualmente, o desemprego é um dos problemas mais graves da sociedade portuguesa que afecta todas as classes sociais e níveis de instrução. Contudo, as baixas qualificações profissionais das famílias residentes nas habitações sociais não ajudam à obtenção de emprego, reforçando assim uma “situação de desemprego de longa duração e a dificuldade de permanecer no mercado de trabalho” (Geraldo, 2008: 2).

Um dos problemas que não podia deixar de enunciar diz respeito ao tempo de espera a que estas famílias estão sujeitas até à atribuição de habitação. Como sabemos, este tempo de espera que pode ir de meses a alguns anos é psicologicamente pesado, gerador de ansiedade e as famílias têm que fazer a melhor gestão possível das suas próprias expectativas.

O realojamento em si traduz-se positivamente “na melhoria substantiva das condições habitacionais e, por esta via, das condições de vida criando requisitos fundamentais a uma maior promoção e integrações sociais; na concretização de um sonho permanentemente alimentado por esta população incapaz de resolver por meios próprios as suas carências habitacionais, gerando elevados níveis de satisfação dirigidos à casa; no reinvestimento em torno da casa e da vida familiar que se converte no principal espaço/tempo da vida quotidiana e que obriga a uma reestruturação das despesas e dos consumos”. No entanto, a eficácia do realojamento fica comprometida quanto à melhoria de vida das famílias (Guerra, 1998: 171-172) pois, a atribuição de uma habitação traz consigo também novas responsabilidades e por vezes denota-se uma certa desmotivação das famílias para os restantes aspectos da sua vida.

O alojamento introduz “efeitos perversos”. Como exemplo disso e segundo um estudo efectuado ao Bairro da Boavista situado no concelho de Lisboa, foram identificados problemas como “a perda de sociabilidades e uso dos espaços domésticos (a casa como extensão para a rua e para o bairro); a perda relativa dos valores simbólicos e de suporte de sociabilidades como a dimensão vizinhança e rua; o fechamento da casa ao exterior (a exigência de referentes identitários mais centrados na individualidade de cada família); a perda de uma lógica espacial comunitária (*neighborhood oriented*), a favor de uma lógica espacial individualista (*house oriented*);

e a apresentação de um significativo sentimento de saudade da vivência quotidiana que os antigos cenários residenciais proporcionavam” (Freitas, 1995: 23). Por isso, realço a importância de um acompanhamento social dirigido às famílias tanto no período de Pré-Realojamento como na fase de Pós-Realojamento.

É também de referir o choque de hábitos e de culturas com especial ênfase para as minorias étnicas e particularmente para as famílias de etnia cigana tendo em conta a realidade do concelho de Coimbra. Isto porque, “as intervenções do governo na área da habitação não são planeadas exclusivamente para os membros da comunidade cigana, antes abrangem todos os grupos que vivem em condições habitacionais precárias. Embora estes programas de habitação social sejam a única via disponível para os ciganos para melhorar a sua situação habitacional, sendo por isso um dos mais importantes benefícios sociais para a comunidade cigana em Portugal, o processo de realojamento tem sido objecto de aceso debate. O realojamento não leva em linha de conta as especificidades culturais dos diferentes grupos étnicos e não promove a coexistência intercultural; pelo contrário reforça a segregação de grupos já de si marginalizados, tais como os ciganos” (ERRC e Númena, 2007: 57). A Câmara de Coimbra tem adoptado um conjunto de medidas, exemplos de boas práticas, que visam a integração social das famílias de etnia cigana no concelho. Iniciativas como o Modelo Integrado de Actuação com a População Cigana com o “Parque de Nómadas” como o primeiro centro de estágio a nível nacional para famílias de etnia cigana são de louvar.

Relativamente aos Municípios, o maior problema prende-se com a questão de falta de recursos materiais (habitações) e humanos de que dispõem para a quantidade de casos que têm entre mãos. Ressalto por isso, a “importância de inovar no recurso a novas metodologias de intervenção, mais expeditas, potenciando, nomeadamente, os recursos humanos existentes” (Freitas, 1995: 114).

As fases do Processo de Realojamento: o Pré-Realojamento e o Pós-Realojamento

A fase de pré-realojamento vai desde a inclusão das famílias na listagem de famílias a realojar até à data da assinatura dos contratos de arrendamento (Madeira. 2008: 3).

Nesta primeira fase deverá ser feito um diagnóstico às famílias assim como, um conjunto de acções de preparação para o realojamento que terão a sua continuidade na fase de Pós-realojamento. Esta última fase que diz respeito ao acompanhamento das famílias realojadas é por isso “designada usualmente por acompanhamento social das famílias”. Ela “inicia-se com a assinatura do contrato de arrendamento ou subarrendamento dependendo se estamos a fazer um realojamento numa habitação municipal ou no mercado privado, e a respectiva entrega das chaves da habitação” (Geraldo. 2008: 1). O objectivo desta fase será a definição de um projecto de vida pelos técnicos e pelas famílias tendo em conta os problemas familiares identificados no diagnóstico anterior.

Pré-realojamento

Nesta fase pretende-se preparar as famílias para o seu realojamento, isto é, dotá-las de capacidades através da obtenção de informação e formação que contribuam para uma melhor organização e gestão da sua habitação assim como para uma integração social dentro do meio em que vivem. Pois, “prover as famílias carenciadas de uma habitação condigna não é, por si só, solução de todos os seus problemas, nomeadamente, pelo desconhecimento da utilização do espaço que vai habitar e também pela falta de preparação para estabelecer relações de vizinhança” Tendo como objectivo a melhoria da qualidade de vida das famílias a realojar, existe “todo um trabalho a desenvolver até à entrega da chave do fogo, o qual se reveste de extrema importância, uma vez que se irá repercutir no modo como cada agregado familiar se apropriará da habitação” (Madeira, 2008: 1).

Regras de boas práticas:

- Delineação do campo de actuação do Departamento de Habitação da Câmara Municipal de Coimbra. Desde o primeiro atendimento, o munícipe deve ser informado com clareza sobre o objectivo da existência do Departamento de Habitação, o seu campo de actuação e os seus limites. Também o contacto telefónico do Departamento deve ser fornecido. As famílias devem ainda ser informadas com quem contactar em caso de dúvidas, durante todo o processo de realojamento.

- Realização do diagnóstico familiar através do qual se deverão identificar os pontos fracos e os pontos fortes de cada família. Referindo-me aos pontos fracos, o objectivo será a identificação de “situações geradoras de desequilíbrios familiares provocadas essencialmente, por problemas de dependência do álcool, toxicoddependência, violência doméstica e abandono escolar” (Geraldo, 2008: 1). Quanto aos pontos fortes, refiro-me à existência de uma família estruturada, com uma situação socioprofissional estável ou com condições de estabilizar e com os filhos integrados no sistema de ensino.

A identificação de todos os problemas das famílias a realojar “contribuirá para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, bem como auxiliará no acompanhamento social das famílias, após o realojamento” (Madeira, 2008: 3). Ou seja, o acompanhamento das famílias durante o período de pré-realojamento será fulcral para o sucesso do realojamento em si e contribuirá para um acompanhamento mais completo no período do pós-realojamento.

- Organização de “sessões de preparação e sensibilização para o realojamento” destinadas às famílias a realojar. Estas sessões devem abordar temáticas como:

- Direitos e deveres dos inquilinos/futuros arrendatários - “A sessão de esclarecimento sobre os direitos e deveres dos futuros arrendatários municipais, passará por desenvolver o conteúdo do Manual do Morador/Regulamento de Gestão do Parque Habitacional Municipal, designadamente, a explicação do regime de renda (Renda Apoiada), os deveres dos moradores como residentes em casas municipais, os cuidados a ter com os espaços comuns, as relações de vizinhança e outros” (Madeira, 2008:2).
- Manutenção e conservação das habitações - “Como conservar significa cuidar, pretende-se com a acção de informação sobre a manutenção e conservação das habitações orientar os agregados familiares para a utilização dos equipamentos da nova casa, quer em intervenções na própria habitação, quer através de conselhos úteis a ter no espaço habitacional. No que respeita à realização desta sessão julga-se pertinente a disponibilização de uma habitação exclusivamente para o efeito, no sentido de desenvolver uma formação prática (*in loco*). Também aqui se poderá esclarecer os procedimentos a ter com a requisição do gás, da electricidade e da água” (Madeira, 2008: 2). Nesta acção de formação, as famílias devem ficar com a noção exacta do que é ter uma casa.
- Gestão da vida doméstica – “terá como intuito rentabilizar os recursos de cada família, auxiliando nas opções adoptadas diariamente, de acordo com o orçamento familiar e as respectivas necessidades. Para a dinamização desta acção, e à semelhança da proposta anterior, considera-se que a cedência de uma habitação permitirá explicar/ensinar na prática alguns aspectos relacionados com a vivência saudável numa habitação. Esta sessão deverá ser ministrada preferencialmente por um educador social” (Madeira, 2008: 2). A figura do Educador Social será importante para um melhor acompanhamento das famílias ao nível da aquisição de competências para a organização do espaço/casa assim como para uma melhor gestão da economia doméstica.

- Elaboração e distribuição a todos os agregados familiares a realojar ou já realojados, do “Manual do Morador” já referido anteriormente que inclua a questão dos seus direitos e deveres enquanto inquilinos municipais assim como o esclarecimento de questões relacionadas com a habitação nomeadamente modificações na casa ou obras.

- Distribuição de um filme produzido pela Autarquia com os cuidados a ter com as habitações, a sua preservação assim como das partes comuns e os procedimentos a cumprir tais como o pagamento de rendas, da água, luz e gás dentro dos prazos.

- Educação ambiental - “A temática educação ambiental tem por objectivo promover, junto das famílias a realojar, hábitos e comportamentos conducentes a uma gestão adequada dos resíduos produzidos nas suas habitações, bem como fomentar a prática da reutilização e da reciclagem. Para a concretização desta acção sugere-se a colaboração do Departamento de Ambiente e Qualidade de Vida (DAQV) da CMC” (Madeira, 2008: 2).
- Educação para a higiene e saúde – “A acção de sensibilização Educação para a higiene e saúde procurará esclarecer dúvidas e prestar informação/formação no âmbito do planeamento familiar, da saúde materna e infantil, do plano nacional de vacinação e da saúde do idoso. No que diz respeito à higiene, pretende-se abordar questões relacionadas com a higiene oral e pessoal e ao nível da alimentação. Esta sessão deverá ser conduzida por um técnico da área da saúde” (Madeira, 2008: 2).

- Relativamente a este último aspecto, também a distribuição de folhetos com hábitos de higiene e de alimentação saudáveis assim como o incentivo dos técnicos para que as famílias lessem esses folhetos informativos.

- As acções de preparação para o realojamento devem ser adequadas a cada família, através de vários grupos de famílias e sempre com a presença de técnicos com formação adequada a cada tema abordado.

- Por fim, deve-se estudar também a necessidade de um possível apoio logístico nas mudanças destas famílias, tendo em consideração a capacidade económica, física, a idade dos elementos do agregado familiar cujas acções serão desenvolvidas na fase de Pós-realojamento (Geraldo, 2008: 3).

Importa referir também que os procedimentos burocráticos habituais e indispensáveis nesta fase do processo de realojamento: “Solicitar às famílias os documentos actualizados (identificação e rendimentos); Visitar a habitação a atribuir a cada família; Calcular o valor da renda apoiada; Declaração do termo de aceitação, quer da habitação, quer da renda; leitura da minuta do contrato de arrendamento e/ou subarrendamento; Reunião com as possíveis instituições que acompanham a família, com o objectivo de integrar as diferentes áreas de inserção, com vista a auxiliar na definição de um único projecto de vida; Instrução da proposta de realojamento para reunião de Câmara; Celebração dos contratos de arrendamento e/ou subarrendamento; Informar as instituições locais, envolvidas no processo da família, da sua nova morada” (Madeira, 2008: 3).

Pós-realojamento

O trabalho a desenvolver nesta fase deve ser consistente e contínuo com o trabalho desenvolvido anteriormente, tendo sempre em conta o diagnóstico da família realizado na fase de pré-realojamento. Tendo em consideração o diagnóstico efectuado à família na fase de pré-realojamento, os pontos fracos e os pontos fortes anteriormente referidos, o elemento central desta fase será a definição do Projecto de Vida da família, em conjunto com esta, “respeitando totalmente as suas características, tendo em vista a supressão ou redução dos pontos fracos identificados”, considerando também os seus desejos para o futuro. Importa então definir o conceito de “Projecto de Vida” como “um conjunto de acções que promovam a integração das famílias que se encontram em risco de exclusão motivada por factores económicos, sociais ou culturais” (Geraldo, 2008:1).

Regras de boas práticas:

- Definição de um Projecto de Vida com base nos seguintes parâmetros:

- Educação e Formação Profissional – O objectivo deste parâmetro será a integração das famílias no mercado de trabalho.

“Disponibilizar informação relativa às Entidades que promovem e apoiam a inserção no mercado de trabalho (IEFP³, UNIVA⁴ e Empresas de Trabalho Temporário);

Estabelecer um Plano de Acção para procura activa de emprego com tarefas bem definidas e calendarizadas;

Sensibilizar e motivar para a Formação Profissional na perspectiva de aquisição ou actualização de conhecimentos que melhorem a qualificação profissional contribuindo dessa forma para a manutenção do emprego/trabalho ou para a inserção no mercado de trabalho” (Geraldo, 2008: 2). Neste sentido, a estreita articulação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional é de grande importância. As famílias sentir-se-ão mais confiantes se forem apoiadas pelo Departamento de Habitação nesta questão tão complicada que é a obtenção de um emprego.

- Educação e Escola - O propósito deste parâmetro será a sensibilização das famílias para a importância da educação na vida das crianças e jovens para que

³ Instituto do Emprego e Formação Profissional.

⁴ Unidade de Inserção na Vida Activa.

estes futuramente adquiram ferramentas que lhes proporcionem o acesso a empregos mais qualificados e com melhores rendimentos. Esta será “a via para interromper a reprodução social de modelos de vida carenciada e de exclusão. A educação deverá representar no trabalho da intervenção social um papel fundamental não só para as crianças e jovens mas também para os adultos tendo em vista o desenvolvimento de competências pessoais e sociais” (Geraldo, 2008: 2).

“Sensibilizar e motivar as famílias para as questões ligadas ao percurso escolar das crianças e jovens, através da participação activa nas actividades promovidas pelos Estabelecimentos de Ensino;

Desenvolver um modelo de comunicação tridimensional (Família/Escola/Divisão de Gestão Social) de forma a actuar preventivamente face: ao abandono escolar, ao insucesso escolar, à violência e à toxicod dependência;

Organizar espaços de debate interactivo para esclarecimento, designadamente, no que respeita à importância da participação activa dos Encarregados de Educação na integração e sucesso escolar dos filhos;

Promover parcerias com os estabelecimentos de ensino através da realização de protocolos de acompanhamento às crianças e jovens que evidenciem dificuldades de aprendizagem, comportamentos desviantes ou outros problemas” (Geraldo, 2008: 2).

- Competências Pessoais e Sociais - Este ponto diz respeito à implementação de um “conjunto de acções orientadas para o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, que promovam a inserção socioprofissional e o exercício da cidadania, contribuindo assim para a melhoria das condições de vida da população residente” (Geraldo, 2008: 3). Torna-se assim essencial, dotar esta população de competências pessoais e sociais que a ajude a encarar de frente as dificuldades.

“Promover acções e eventos multiculturais;

Acções de formação que estimulem as capacidades de trabalho e as rotinas de trabalho;

Acções de formação que preparem adultos desempregados e jovens à procura do 1º emprego, para a procura activa de emprego – Técnicas de Procura de Emprego⁵, Técnicas de Comunicação;

⁵ O gabinete de saídas profissionais da Universidade de Coimbra possui um curso de Técnicas de Procura de Emprego que poderá ser uma mais-valia.

Acções de sensibilização/formação dirigidas aos pais, de forma a que estes possam educar de forma diferente os seus filhos, contribuindo assim para crianças e jovens emocionalmente mais equilibrados, integrados socialmente e naturalmente contribuir para quebrar o ciclo da exclusão do abandono escolar e mesmo da marginalidade. Estas acções deverão ser programadas e realizadas por técnicos especializados, devem ser apoiadas com a distribuição de folhetos informativos e pelo acompanhamento técnico regular e personalizado às famílias, com particular incidência nas mais disfuncionais;

Acções de Formação/Sensibilização para a Igualdade de Oportunidades promovendo o desenvolvimento de atitudes, comportamentos e competências para o reforço da participação equilibrada de homens e mulheres na sociedade: Prevenir a Violência Doméstica, Educar para a Cidadania” (Geraldo, 2008: 3).

Acções de Formação/Sensibilização para a Educação cívica serão de especial interesse para crianças e jovens. De salientar que, as acções de formação devem ser sempre executadas por técnicos com formação adequada.

“Criar um Observatório interdisciplinar que, para além de dinamizar estas acções, acompanhe no terreno o seu impacto” (Geraldo, 2008: 3).

- Mostrar disponibilidade para o apoio logístico nas mudanças, se necessário.
- Apresentação formal do novo inquilino ao Administrador do Condomínio (caso esteja constituído) e/ou aos restantes moradores do prédio (Geraldo, 2008: 3) e entrega à família do Regulamento do Condomínio.
- Os técnicos do Departamento de Habitação devem proceder a visitas regulares de modo a averiguar a evolução da situação socioeconómica de cada agregado familiar.
- Proceder à elaboração e aplicação de inquéritos periódicos às famílias realojadas sobre a satisfação residencial, o ambiente do bairro e a actuação camarária.
- Promoção de acções de animação sócio-cultural, actividades culturais e recreativas entre as várias famílias residentes nos bairros municipais, assim como a boa continuação de iniciativas como o “Festa dos vizinhos”, apelando à interacção entre as famílias dos bairros municipais com vista à manutenção de uma boa convivência entre os residentes dos bairros.
- Apelar à participação mais activa dos moradores dos bairros municipais, através da criação de associações e comissões de moradores em todos os bairros municipais.

- Criação de Gabinetes de Apoio ao Morador⁶ situados dentro dos próprios bairros municipais para o tratamento de questões relacionadas com a vivência nos bairros e a sua gestão.
- Investimento em mediadores sócio-culturais de forma a existir um diálogo mais frutífero entre o Departamento de Habitação e as minorias étnicas.
- Em caso de situação de despejo, promover acções de apoio psicológico à(s) família(s) envolvida(s).

⁶ Gabinetes do género do Centro Municipal de Acção Social (CMAS) localizado no Bairro da Rosa.

Conclusão

O Manual de Boas Práticas de Realojamento pretende ser um documento de apoio aos técnicos do Departamento de Habitação da Câmara Municipal de Coimbra, tendo como propósito a melhoria da prática de realojar tentando criar assim um conjunto de condições que contribuam para o sucesso deste processo que se traduzirá na reinserção social das famílias e na concretização de um projecto de vida.

Este conjunto de regras de boas práticas aqui apresentadas, sem a pretensão de serem uma análise exaustiva, pretende apenas sugerir algumas práticas que, sendo adoptadas pelo Município de Coimbra, com certeza contribuirão para processos de realojamento efectuados com sucesso. Gostaria que este manual pudesse constituir um pequeno contributo para um realojamento com êxito.

É conveniente sublinhar a importância das parcerias da Câmara Municipal de Coimbra com diversas Instituições nas diversas áreas cujos exemplos referi anteriormente, de modo a otimizar os resultados do acompanhamento pré e pós-realojamento às famílias. É de salientar a interacção do Departamento de Habitação com os outros Departamentos da Câmara Municipal de Coimbra, com outros serviços e Instituições consoante a necessidade. Uma estreita articulação com a Segurança Social, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, as Juntas de Freguesia, os Centros de Saúde, como exemplos, será de extrema importância na análise e solução de problemas familiares, contribuindo assim para processos de realojamento bem sucedidos.

É necessário ter em conta que cada família tem as suas especificidades e o seu projecto de vida. Através da atribuição de uma habitação que, como a base da vida pode possibilitar a construção de um futuro melhor, tendo sempre em conta os desejos, as vontades das famílias dando sempre importância ao que elas desejam e realmente necessitam, sem impor nada.

Este Manual pretende reflectir uma preocupação com o combate à situação de pobreza em que a educação/formação profissional se apresentam como factores-chave para que estas famílias possam ter um futuro mais risonho. Destaco ainda, o caso das minorias étnicas, em particular das famílias de etnia cigana, que sendo alvo de discriminação têm um acesso muito condicionado ao emprego. Deve ter-se em linha de conta as capacidades, as necessidades e as práticas culturais dos ciganos, que pela especificidade da sua cultura devem ter um acompanhamento personalizado e especializado, para que, simultaneamente, acedam a melhores condições habitacionais e de vida, sem violar os princípios da cultura cigana e o seu *modus vivendi*.

Somente com o interesse dos técnicos aliado à vontade dos agregados familiares em participar activamente nestas acções, é possível a resolução dos seus problemas e a elaboração do seu projecto de vida. Até porque, o reconhecimento da importância da participação destas famílias nestes processos de intervenção, atribui-lhes um estatuto de cidadania que vai actuar como factor de integração social (Freitas, 1995: 114).

Como nos diz Leonor Coutinho, “num país onde as carências habitacionais se acumularam durante décadas é necessário pensar na integração das populações como componente da política de habitação, pois não vale a pena realojar famílias se não se procurarem respostas para os problemas do emprego e da reinserção social” (Freitas, 1995: 144).

Referências Bibliográficas

Coutinho, Leonor (1997), “Discurso da Senhora Secretária de Estado da Habitação e Comunicações Dra. Leonor Coutinho” in Pestana Barros e J. C. Gomes Santos (org.), *A Habitação e a Reintegração social em Portugal*, Editora Vulgata: Lisboa, pp. 7-9.

Entrevistas realizadas aos técnicos do Departamento de Habitação da Câmara Municipal de Coimbra.

Entrevistas realizadas às famílias realojadas pelo Departamento de Habitação da Câmara Municipal de Coimbra.

Freitas, Maria João Lopes (1995), *Ainda em busca de um direito à cidadania: Situações de Realojamento em análise*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil: Lisboa.

Geraldo (2008), *Avaliação de Desempenho 2008*, Departamento de Habitação da Câmara Municipal de Coimbra.

Madeira (2008), *Projecto: Preparar para Realojar*, Departamento de Habitação da Câmara Municipal de Coimbra.

Vilaça, Eduardo (1998), “Habitação Social – Uma Abordagem Sistemática” in Conselho Económico e Social (org.), *Colóquio “A política de habitação”*, Conselho Económico e Social: Lisboa, pp. 139-159.

Páginas electrónicas:

Constituição da República Portuguesa (2005), página consultada a 1 de Agosto e disponível em <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx#art65>.

Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas (2007), *Boas Práticas*. Página consultada a 30 de Janeiro e disponível em <http://rcbp.dglb.pt/pt/ServProf/S%C3%ADtios%C3%BAteis/BoasPraticas/Paginas/default.aspx>.